

**CONVÊNIO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL. IPARDES
ESTUDO DE INTEGRAÇÃO DE POLOS
AGRO-INDUSTRIAS DO PARANÁ
TERCEIRA FASE
ANÁLISE DA MÃO - DE - OBRA NO PARANÁ**

**CONVÊNIO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL. IPARDES
ESTUDO DE INTEGRAÇÃO DE POLOS
AGRO-INDUSTRIAS DO PARANÁ
TERCEIRA FASE
ANÁLISE DA MÃO-DE-OBRA NO PARANÁ**

**CONDICÕES DETERMINANTES DA OFERTA DE MÃO-DE-OBRA
PARTICULARIZAÇÃO DA OFERTA E DEMANDA DE
MÃO-DE-OBRA DO SETOR AGRO-INDUSTRIAL
VOLUME I - PARTE I**

CURITIBA - JANEIRO DE 1975

Í N D I C E

	PÁG.
VOLUME I	
1 - OBJETIVOS E DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DE ESTUDO	1/1
1.1 - OBJETIVOS GERAIS E INICIAIS	1/1
1.2 - A PROBLEMÁTICA TEÓRICA E METODOLÓGICA	1/2
1.3 - DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DE ESTUDO E HIPÓTESES BÁSICAS	1/16
1.4 - METODOLOGIA	1/25
1.5 - FONTES DE DADOS UTILIZADOS	1/29
PARTE I - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OFERTA GLOBAL DE MÃO-DE-OBRA	
2 - LIMITES MÁXIMOS DE OFERTA DE MÃO-DE-OBRA	2/1
2.1 - POPULAÇÃO DO PARANÁ DE 1940 A 1970. COMPARAÇÃO COM A POPULAÇÃO BRASILEIRA	2/2
3 - MIGRAÇÕES, PARTICIPAÇÃO NO INCREMENTO E NA REARTICULAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA	3/1
3.1 - OBJETIVOS DO ESTUDO DAS MIGRAÇÕES	3/4
3.2 - ORIGEM REGIONAL E VOLUME DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS .	3/5
3.2.1 - Fluxos Imigratórios Acumulados. Conceito de Local de Nascimento	3/5
3.2.2 - Fluxos Imigratórios do Período. Conceito de Local de Nascimento	3/8
3.2.3 - Migrações Inter-Regionais. Conceito de Residência Anterior	3/11
3.2.4 - Fluxos dos Imigrantes por Local de Nascimento, Segundo as Regiões de Residência Anterior	3/13
3.2.5 - Características da Fixação dos Imigrantes por Local de Nascimento pelo Tempo de Residência no Estado	3/16
3.2.6 - Origem e Volume dos Fluxos. Conclusões .	3/19

	PÁG.
3.3 - VOLUME E CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS RURAIS E URBANOS	3/21
3.3.1 - Fluxos Migratórios Segundo a Origem e o Destino por Situação de Domicílio Rural e Urbana	3/21
3.3.2 - Composição da População Migrante por Sexo e Situação de Domicílio segundo o Tempo de Residência no Paraná	3/34
3.4 - PARTICIPAÇÃO DAS MIGRAÇÕES NO INCREMENTO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL	3/38
3.4.1 - Taxas de Urbanização	3/40
3.4.2 - Migrações Intra-Regionais e Inter-Regionais segundo a Orientação dos Fluxos. Conceito de Residência Anterior. Participação dos Imigrantes no Total da População Urbana e Rural	3/42
3.4.3 - Participação dos Imigrantes Segundo a Naturalidade e o Destino dos Fluxos no Incremento da População	3/47
3.4.4 - Contribuição das Migrações no Incremento da População Urbana e Rural - Tendências	3/55
3.5 - AS EMIGRAÇÕES E AS IMIGRAÇÕES LÍQUIDAS PARA O PARANÁ	3/76
3.5.1 - As Emigrações do Paraná	3/76
3.5.2 - Migrações Líquidas - Comparação do Paraná com as demais Regiões - Evolução e Tendências	3/82
3.6 - ESTRUTURA POR IDADE E SEXO DA POPULAÇÃO. PARTICIPAÇÃO DAS MIGRAÇÕES NO SEU PERFIL	3/87
3.7 - OBSERVAÇÕES FINAIS	3/106
4 - A ESCOLARIDADE DA OFERTA DE MÃO-DE-OBRA (EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO)	4/1
4.1 - EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ESCOLAR	4/3
4.1.1 - Expansão da Escolarização Total	4/4

	PÁG.
4.1.2 - Incremento da Escolaridade da População em Idade Ativa	4/16
4.1.3 - Evolução Comparada da Escolaridade Masculina e Feminina	4/25
4.1.4 - O Comportamento da População em Idade Ativa, por Grupos Etários, na Categoria sem Instrução	4/36
4.1.5 - A Guisa de Resumo e Conclusões	4/38
4.2 - O MERCADO DE TRABALHO E A ESCOLARIDADE	4/42
4.2.1 - A Escolaridade da População Ocupada	4/48
4.2.2 - Evolução da Absorção pelo Mercado de Trabalho dos Diferentes Níveis de Escolaridade	4/51
4.2.3 - O Mercado de Trabalho e a Escolaridade Feminina	4/58
4.2.4 - Inter-Relações entre o Ritmo de Crescimento da Oferta e Demanda de Níveis de Escolaridade	4/63
4.2.5 - A Correspondência entre a Profissionalização e a Ocupação das Parcelas da População de nível Médio e Superior	4/69
4.3 - RENDIMENTO E ESCOLARIDADE	4/81
4.4 - CONCLUSÃO	4/92

VOLUME II

PARTE II - A ESTRUTURA DE EMPREGO E A DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA

5 - CARACTERIZAÇÃO TEÓRICA DA DISPONIBILIDADE DE MÃO-DE-OBRA E DAS FORMAS DE MERCADO DE TRABALHO	5/1
5.1 - DISPONIBILIDADE SOCIAL E SUB-UTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	5/2
5.2 - O COMPORTAMENTO DA OFERTA E DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA NAS DIFERENTES FORMAS DE MERCADO DE TRABALHO	5/17

6 - A SITUAÇÃO DE EMPREGO NO PARANÁ FACE À REGIÃO SUL E SÃO PAULO	6/1
6.1 - A ESTRUTURA SETORIAL DE RENDA COMPARADA	6/2
6.2 - A ESTRUTURA SETORIAL DE EMPREGO COMPARADA	6/27
6.3 - A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO SETORIAL COMPARADA	6/47
6.4 - CONCLUSÃO	6/62
7 - TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DA OCUPAÇÃO	7/1
8 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA SETORIAL DE EMPREGO	8/1
8.1 - EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA DE EMPREGO POR SETOR E POR SEXO	8/1
8.1.1 - Setor Primário	8/10
8.1.2 - Setor Secundário	8/13
8.1.3 - Setor Terciário	8/21
8.1.4 - Resumo e Conclusões	8/28
8.2 - EVOLUÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO FORMALIZADO E NÃO FORMALIZADO E DA ESCOLARIDADE NA ESTRUTURA SETORIAL DE EMPREGO	8/30
8.2.1 - A Evolução do Mercado de Trabalho Agrícola e as Migrações	8/41
8.2.2 - Evolução do Mercado de Trabalho do Setor Secundário	8/54
8.2.3 - Evolução do Mercado de Trabalho do Setor Terciário	8/56
8.2.4 - Conclusão	8/63
9 - A MOBILIDADE POTENCIAL DA MÃO-DE-OBRA EM 1970 E A ESTIMATIVA DA DISPONIBILIDADE SOCIAL PARA O TRABALHO EM 1972	9/1

	PÁG.
9.1 - SITUAÇÃO DO EMPREGO EM 1970. A MOBILIDADE POTENCIAL DE MÃO-DE-OBRA	9/3
9.1.1 - Perspectivas de Liberação de Mão-de-obra do Setor Agrícola	9/8
9.1.2 - Mobilidade Potencial da Mão-de-obra do Setor Secundário	9/13
9.1.3 - Mobilidade Potencial da Mão-de-obra do Setor Terciário	9/16
9.2 - ESTIMATIVA DA DISPONIBILIDADE SOCIAL PARA O TRABALHO EM 1972	9/28

CONCLUSÃO PARCIAL: PARTES I E II

VOLUME III

PARTE III - A MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL E AGRO-INDUSTRIAL

10 - TENDÊNCIAS HISTÓRICAS DA ABSORÇÃO DE MÃO-DE-OBRA PELA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E AGRO-INDÚSTRIA	10/1
10.1 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA NO TOTAL DA POPULAÇÃO OCUPADA	10/1
10.2 - ABSORÇÃO RELATIVA POR TAMANHO DE ESTABELECIMENTO	10/9
11 - CONDIÇÕES DETERMINANTES DA DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA DOS SETORES AGRO-INDUSTRIALIS RELATIVAMENTE AO TOTAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	11/1
11.1 - A AGRO-INDÚSTRIA E A INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	11/1
11.2 - A DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA POR GÊNEROS	11/14
11.2.1 - O valor da Transformação Industrial .	11/16
11.2.2 - A Produtividade do Trabalho	11/24
11.2.3 - A Expansão do Setor, as Mudanças Tecnológicas e seu Significado na Absorção de Mão-de-Obra	11/31

	PÁG.
11.2.4 - Salário e Lucro	11/35
11.3 - A ABSORÇÃO RELATIVA DE MÃO-DE-OBRA POR GÊNEROS .	11/44
11.3.1 - Alterações na Participação por Sexo do Pessoal Ocupado	11/52
11.4 - ESTRUTURA OCUPACIONAL	11/60
11.4.1 - Absorção Relativa pelos Setores Produtivo e Administrativo e Segundo Categorias Técnicas e não Técnicas	11/60
11.5 - CONCLUSÃO	11/75
12 - PERSPECTIVAS DA DEMANDA DE MÃO-DE-OBRA AGRO-INDUSTRIAL PARA 1980	12/1
12.1 - DO PONTO DE VISTA DA DEMANDA	12/1
12.2 - DO PONTO DE VISTA DA OFERTA	12/5

CONCLUSÃO GERAL

PROPOSIÇÕES GERAIS

ANEXO METODOLÓGICO

ANEXO ESTATÍSTICO

BIBLIOGRAFIA

1. OBJETIVOS E DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DE ESTUDO

OBJETIVOS E DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DO ESTUDO

1.1

OBJETIVOS GERAIS E INICIAIS

O objetivo do estudo de mão-de-obra no contexto de todo o trabalho da Agro-Indústria no Paraná, é conhecer e antecipar o impacto na estrutura de emprego e no comportamento da mão-de-obra, diante da implantação de uma política de expansão do setor agro-industrial e de seus efeitos consequentes no total das atividades econômicas do Estado.

A necessidade do conhecimento das condições determinantes da oferta e demanda de mão-de-obra no setor agro-industrial se baseava em duas suposições alternativas:

- 1) Supor que, diante do incremento da demanda pela política de expansão do setor agro-industrial, a oferta da mão-de-obra poderia se constituir em ponto de estrangulamento. Teria a oferta, condições de reagir em quantidade e qualidade desejados ao incremento da demanda?
- 2) Supor a existência de disponibilidade de mão-de-obra:
 - a) Supor, na situação atual anterior à política de expansão do setor agro-industrial, a existência de um "superavit", ou seja, a existência de uma disponibilidade de mão-de-obra maior que a ocupada, uma oferta de mão-de-obra excedente, que poderia ser absorvida pelo crescimento da demanda.
 - b) Ou ainda supor que haveria uma liberação de mão-de-obra rural em ritmo mais intensivo. Qual seria a capacidade adicional de geração de emprego no Estado consequente da expansão do setor agro-industrial?

A partir de uma ou de outra suposição, era necessário:

- 1) Conhecer as condições determinantes da oferta e demanda de mão-de-obra; e
- 2) Qualificar e quantificar a oferta e a demanda, projetando-as para 1980, numa primeira hipótese, de acordo com as tendências observadas, e numa segunda hipótese, introduzir o crescimento da demanda admitido com a expansão do setor agro-industrial.

O objetivo era obter saldos positivos ou negativos entre oferta e demanda que, poderiam justificar ou nortear uma política de emprego, se necessária.

1.2

A PROBLEMÁTICA TEÓRICA E METODOLÓGICA

A perspectiva inicial que nuclearmente orientou a formulação do estudo de mão-de-obra foi a da existência de uma diferença que poderia ser quantificada entre oferta e demanda.

Na verdade, teoricamente, as conceituações de oferta e demanda se diferenciam. Por demanda de mão-de-obra se entende a quantidade por tipo de trabalho qualificado ou não que está sendo requerida e utilizada para o processo produtivo numa determinada unidade produtora, num setor ou mesmo nas atividades econômicas globais de uma região. O trabalho é aqui considerado como um fator de produção que é combinado com os outros fatores de produção, capital e terra.

Um estudo sobre demanda de mão-de-obra deve levar em conta a relação funcional entre a quantidade de produto obtido e as quantidades dos fatores necessários à sua obtenção. Assim, a consideração da demanda de mão-de-obra deve ter sempre por referência a relação entre fatores (no setor industrial, a relação

capital-trabalho por excelência) e a relação com o produto, ou em termos de quantidade produzida ou em termos de valor monetário.

A demanda de mão-de-obra não é resultado do requerimento de trabalho pelo capital, pelo valor agregado por si, mas depende da forma de articulação entre fatores e insumos que adquirem uma certa instabilidade no processo produtivo, dentro das possíveis opções dos processos tecnológicos conhecidos.

Supondo-se implicitamente que a mão-de-obra que se encontra ocupada está sendo utilizada como fator de produção, pode-se tomar o conceito de demanda de mão-de-obra de forma menos restrita, isto é, considera-se demanda toda a mão-de-obra ocupada, mesmo sem se fazer referência às relações funcionais entre os fatores.

Por oferta de mão-de-obra se entende toda a população que se disponha a trabalhar mediante uma remuneração em dinheiro ou em espécie da venda de seu trabalho, ou da venda de seus serviços ou mediante quaisquer outros rendimentos, como a renda ou o lucro, desde que para obtê-los exerçam efetivamente uma ocupação.

A conceituação de oferta de trabalho opera uma inversão de ótica em relação à ótica de categoria de demanda. Como demanda, a mão-de-obra é requerida pelo processo produtivo. Como oferta, a mão-de-obra requer oportunidades de trabalho, já que se coloca disponível e em condições de trabalhar.

Por quaisquer que sejam as razões econômico-sociais, há uma população disponível para o trabalho podendo, conceitualmente, ser a oferta maior ou menor que a demanda, num momento e numa região dada.

O conceito oferta de mão-de-obra abrange, portanto, tanto a população ocupada como a não ocupada, desde que essa última se disponha a trabalhar.

A partir dessa mesma perspectiva de não tomar por oferta de mão-de-obra apenas a população ocupada, mas todos aqueles que se dispõem a trabalhar, tanto as conceituações de força de trabalho quanto a de população economicamente ativa acentuam a preocupação de distinguir do total da população, além da parcela que se encontra ocupada, aquela parcela disponível ou em condições de participar do processo de produção de bens ou serviços suscetíveis de gerar renda. No entanto, esses conceitos apenas conseguem abranger a população que declaradamente procura emprego, os desempregados.

Como o conceito de oferta de mão de obra está tradicionalmente vinculado a duas acepções: uma em que passa a ser sinônimo de PEA ou de FT e outra muito abrangente identificada aos limites máximos populacionais, apenas sofrendo a restrição de considerar apenas a população em idade ativa (PIA), optou-se por utilizar ao lado desses conceitos, o conceito disponibilidade de mão-de-obra mais capaz de definir o cerne das preocupações desse trabalho. O conceito de disponibilidade releva a importância de caracterizar a população que aspira trabalhar, mesmo que sua efetivação dependa de um conjunto de condições objetivas como intensificação da necessidade, melhoria das oportunidades de emprego, etc. Assim nem sempre essa população declara estar procurando emprego, porque efetivamente pode não o estar fazendo.

Será então objetivo do trabalho detectar esta disponibilidade. Sua dificuldade está em que, diante da realidade do mercado de trabalho em países em desenvolvimento, os limites entre ocupação e desocupação são fluidos a tal ponto que as divergências de critérios transparecem indiscutivelmente nos levantamentos dos Censos Demográficos e Setoriais e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio.

Os diferentes graus de integração no mercado de trabalho podem ser percebidos pelas diferenças de rendimento, pelo trabalho realizado intermitentemente, e pelo trabalho realizado comple-

mentarmente a outras atividades, tendo-se em vista sempre os diferentes tipos de mercado de trabalho, esquematicamente, o assalariado, o autônomo e a produção de subsistência - excedente. São os diferentes graus de integração no mercado de trabalho que tornam necessário considerar que a população disponível para o trabalho assalariado (que é o que se procura caracterizar) pode ser encontrado tanto entre o que o Censo Demográfico caracteriza como ocupados, quanto entre os não ocupados.

É neste sentido que se deve entender a conceituação de disponibilidade para o trabalho. E um dos objetivos será conseguir caracterizá-la entre a população em idade ativa.

O âmbito inicial do trabalho levava à preocupação e delimitação da oferta e demanda de mão-de-obra especificamente do setor agro-industrial.

O estudo da demanda poderia ser realizado, dentro das limitações dos dados disponíveis, analisando-se a utilização do fator trabalho em relação ao capital e ao valor adicionado, através dos resultados publicados dos Censos Industriais. Por volume de demanda entender-se-ia a quantidade de pessoal ocupado detectada pelos levantamentos do IBGE.

O problema estava em delimitar a oferta setorial de mão-de-obra para a Agro-Indústria.

Por oferta setorial de mão-de-obra, se entende toda a população disponível e em condições de trabalhar no setor agro-industrial. Evidentemente, uma parcela é imediatamente detectável: a população disponível que já está ocupada no setor agro-industrial.

Neste sentido, oferta e demanda seriam idênticas, não haveria como computar saldos positivos ou negativos, nem muito menos supor qualquer alteração no comportamento da oferta diante de uma retração ou incremento da demanda.

A simples análise superficial de quaisquer dados estatísticos que permitam apreciar a evolução de um mesmo mercado de trabalho regional, ou a comparação entre diferentes regiões, demonstra de forma inequívoca que tanto se operam alterações no volume da população ocupada em relação ao volume da população total, como na distribuição setorial da população ocupada, embora a ritmos bastante variáveis.

No mínimo, pode-se concluir que a oferta de mão-de-obra agro-industrial, imperceptível estaticamente analisando-se apenas um momento, tornar-se-ia visível se analisadas as tendências das décadas recentes, se percebesse, por exemplo, o aumento relativo da população ocupada naquele setor. A análise "post-factum" da evolução indica que, naquele momento considerado estaticamente, havia disponibilidade de mão-de-obra para aquele setor que, no entanto, se manifestaria somente no momento seguinte.

Supor, no entanto, que uma vez realizado um estudo evolutivo "post-factum" da população ocupada no setor, poder-se-ia projetar as tendências encontradas para a próxima década, não seria resolver um problema. Seria anulá-lo, pois a resposta implícita é a de que nem a demanda nem a oferta de mão-de-obra do setor agro-industrial poderiam ser ampliadas além do ritmo da tendência encontrada nas últimas décadas.

O cerne da proposição do estudo de mão-de-obra e de sua problemática a ser resolvida não era a de buscar determinar o comportamento da oferta de mão-de-obra de acordo com as tendências previsíveis, mas determinar a sua resposta diante de um incremento da demanda do setor agro-industrial, superior ao seu ritmo evolutivo observado.

Este aumento de demanda decorreria da introdução de uma variável interveniente na determinação da estrutura de emprego: a implantação de uma política de expansão do setor agro-industrial. Para se poder prever a resposta da oferta de mão-de-obra seria

necessário conhecer a disponibilidade existente entre a população não ocupada e a disponibilidade existente entre a população ocupada.

A disponibilidade da população não ocupada, como procuramos indicar através da variação das taxas de ocupação ao longo do tempo, ou comparativamente a outras regiões ou nações, não é visível pelos resultados dos Censos Demográficos num momento dado, a não ser a de uma pequena parcela: os desempregados definidos como aqueles que, na data do censo, estavam procurando emprego.

Em 1970, o total de desempregados assim definidos, representava 0,61% e os que estavam procurando emprego pela primeira vez, 0,33% do total da população economicamente ativa, definida como a somatória dos ocupados, desempregados e os que procuram emprego pela primeira vez.

A disponibilidade visível para o setor industrial constituída pelos desempregados no setor, representava 1,27% do total da PEA do setor. Os desempregados que anteriormente eram "empregados" considerados no sentido restrito de assalariados, representavam 1,43% do total dos empregados no setor. Os desempregados, cuja posição na ocupação habitual anterior era a de autônomos, representavam 0,58% do total dos autônomos. Para melhor se apreender o significado desses percentuais, é necessário ainda se saber que os empregados representavam 82,23% e os autônomos 13,88% do total da PEA do setor, e os restantes, 3,89%, compreenderiam empregadores, não remunerados e sem declaração.

Estes dados dimensionam a única parcela disponível detectada diretamente pela análise dos dados dos Censos num momento dado, uma parcela realmente diminuta face ao real montante da população disponível entre os não ocupados.

Os dados dos censos decenais anteriores não permitem o dimensionamento da categoria de "desempregados", tal como definida

pelo Censo de 1970, pois sua conceituação é outra. Se o permitissem, indicariam uma participação semelhante, que, embora mais ou menos acentuada, jamais poderia receber a atribuição da responsabilidade de, ao lado do incremento vegetativo previsível relativamente à população total aí vivendo em 1940, por exemplo, explicar o incremento absoluto posterior da oferta de mão-de-obra nas décadas seguintes ou mesmo os das variações das taxas de ocupação por grupo etário, por sexo e por setores.

A potencialidade da oferta de mão-de-obra para atender a demanda crescente do setor agro-industrial não pode, portanto, ser considerada igual à "disponibilidade visível" dos desempregados no setor, por inúmeras razões, dentre as quais são principais:

- 1) A disponibilidade global e setorial dos não ocupados é maior que a dos desempregados tanto ao nível nacional como regional, no caso, o Paraná.
- 2) O montante da oferta de mão-de-obra de uma região varia segundo movimentos de realocação de mão-de-obra no âmbito nacional, definindo aceleramento ou perda de ritmo nos âmbitos regionais.
- 3) O montante da oferta setorial depende da mobilidade da população ocupada inter-setorialmente e/ou das consequências na utilização da mão-de-obra decorrentes de mudança da importância econômica dos setores.

Buscando indicar e delimitar as parcelas da população que, frente a um aumento da demanda agro-industrial por mão-de-obra, se constituiriam em oferta de mão-de-obra, dividiu-se essa oferta potencial em várias sub-categorias, agrupadas segundo a suposição de um impacto maior ou menor na distribuição setorial da estrutura de emprego da região (Paraná), ou na articulação inter-regional de mercados de trabalho.

Supondo-se, portanto, um incremento absoluto e relativo maior do setor agro-industrial em relação aos outros setores, considerase inicialmente, como oferta potencial de mão-de-obra para o setor, excluindo-se a oferta já efetivada que é a população aí ocupada, as seguintes categorias, tornando constantes algumas condições:

Grupo A - Disponibilidade para o trabalho no setor agro-industrial sem que o incremento relativo do total das atividades urbanas exceda as tendências observadas no Paraná de liberação de mão-de-obra das atividades primárias.

Subgrupo Aa - Disponibilidade sem quaisquer mudanças na população ocupada dos outros setores urbanos.

- 1) Os desempregados que estivessem procurando emprego no setor seriam a oferta imediata de mão-de-obra, talvez a única oferta potencial "visível" num momento dado.
- 2) Os desempregados que estivessem procurando emprego em outros setores urbanos e que seriam atraídos pelo incremento da demanda agro-industrial. Oferta também quase imediata e quase "visível".
- 3) Parcela da população não ocupada que não pudesse ser considerada desempregada por não estar na busca ativa de emprego (definição utilizada nas estatísticas do trabalho) especialmente mulheres e jovens (cuja taxa de ocupação é geralmente menor). Mesmo que, num momento dado, não possam ser definidos como desempregados, num segundo momento, podem se dispor para o trabalho, diante de melhores oportunidades ou da intensificação da necessidade de obter alguma fonte de rendimento.

Subgrupo Ab - Disponibilidade para o setor agro-industrial em situações que implicam na redistribuição da mão-de-obra do setor industrial de mercado de emprego formalizado.

- 4) Disponibilidade devido à liberação de mão-de-obra por algum

ou alguns setores de atividade da indústria de transformação que venham apresentando ou venham a apresentar um decréscimo na participação relativa de absorção de mão-de-obra. As razões tanto poderiam ser a utilização de densidade maior de capital ou decréscimo no montante de valor adicionado gerado.

- 5) Disponibilidade devida à liberação de mão-de-obra resultante da substituição da importância relativa de setores da indústria de transformação que absorviam muita mão-de-obra para outros que absorvem relativamente menos mão-de-obra.

Se a liberação de mão-de-obra referida nos itens 4 e 5 estiver ocorrendo, ou vier a ocorrer, deve-se considerar esta oferta como facilmente assimilável, dadas as mesmas características básicas de trabalho e situação de vida dos empregados em setores da indústria de transformação, quer sejam eles agro-industriais ou não. As relações de trabalho são similares não só porque se dão em locais de trabalho semelhantes: os estabelecimentos fabris e com rendimento e escolaridade semelhantes, quanto por se constituirem num mercado de emprego formalizado que definem situações de vida e formas de encarar o trabalho específicas.

Entender-se-á no âmbito deste trabalho, por mercado de emprego formalizado todas as relações de trabalho que se constituam legalmente em vínculos empregatícios entre empregado e um único empregador.

Por mercado de trabalho não formalizado se entenderá todas as outras relações de trabalho:

- a) Aquelas que se dão a partir de uma variedade de patrões, situando-se numa linha divisória muito fluída: ser empregado de vários patrões ou ser trabalhador "por conta própria" pela venda de serviços ou do trabalho realizado.
- b) As situações de trabalho propriamente autônomo mais estabi-

lizadas, podendo mesmo oferecer níveis de rendimento mais altos e geralmente institucionalizadas legalmente.

- c) As relações de trabalho entre proprietários ou responsáveis e os membros não remunerados da família.
- d) As relações de parceria.

A distinção entre mercado de emprego formalizado e não formalizado visa possibilitar isolar e medir as inter-relações entre "demanda" no sentido restrito, isto é, a demanda de estabelecimentos industriais, agropecuários e de serviços por trabalho como fator de produção, na sua forma típica de empregado ou trabalhador assalariado, e a demanda não formalizada que é a parcela da demanda global do sistema econômico que engloba todas as pessoas ocupadas e não são requeridas como empregadas. Considerando-se assim que a demanda do setor agro-industrial é uma demanda formalizada, pode-se supor que a oferta de mão-de-obra variará conforme se trate de pessoas já "empregadas" no mesmo setor ou em outros setores, ou de pessoas ocupadas mas não empregadas no mesmo ou em outros setores, com condições de vida diferentes.

Tanto as respostas da população como oferta quanto as necessidades da demanda variarão segundo se trate de mercado formalizado ou não, e portanto, indicam que tais diferenças devem ser levadas em conta como será explicitado ao longo do trabalho.

Ao se considerar neste item a disponibilidade de mão-de-obra para o setor agro-industrial apenas entre o mercado formalizado industrial, busca-se saber se a demanda agro-industrial poderá ser apenas atendida pela mudança de taxas de absorção de mão-de-obra nos diferentes gêneros industriais, supondo-se, portanto, constante tendência observável entre mercado formalizado e não formalizado, e a relação entre pessoal empregado no setor industrial e o total do pessoal empregado.

Sub-grupo Ac - Disponibilidade para o setor agro-industrial em situações que implicam na redistribuição do pessoal ocupado nos setores industrial e terciário em termos de mercado formalizado e não formalizado.

- 6) Disponibilidade devida à liberação de mão-de-obra, do mercado formalizado dos setores industrial e terciário, desde que as pessoas liberadas o fossem com graus de qualificação similares e rendimentos mais baixos que o setor em expansão, supondo-se que o aumento da demanda agro-industrial não elevasse os salários.
- 7) Disponibilidade devida à liberação de mão-de-obra dos setores industrial e terciário de mercado formalizado e não formalizado, que se dirigessem para o setor agro-industrial em expansão, com elevação dos salários, tornar-se-iam disponíveis as pessoas desses setores com graus de qualificação similares e rendimentos iguais.

A consideração da qualificação e do rendimento permitirá identificar os grupos que se disporão para o trabalho agro-industrial se se der em condições de manutenção ou elevação de salários. No entanto, se essa população realmente se oferece para o trabalho no setor agro-industrial, implicará numa diminuição relativa da população ocupada do mercado formalizado e/ou não formalizado. Esta liberação dependerá, portanto, da possibilidade de o mercado formalizado manter seu ritmo e capacidade de produção com absorção menor de mão-de-obra. A maior produtividade do trabalho deverá ser propiciada substancialmente pelo incremento de capital ou parcialmente por uma melhor organização do trabalho. Quanto à liberação de mão-de-obra do mercado não formalizado, dependerá também da capacidade de manter a produção no ritmo requerido e/ou observado com menor número de pessoas ocupadas.

A identificação analítica de disponibilidade maior ou menor de

mão-de-obra para a demanda formalizada, será decorrente da definição teórica de que parcelas da população do mercado não formalizado, são ou não consideradas imprescindíveis para o desenvolvimento e funcionamento de todo o sistema econômico.

Se se considerar a baixa produtividade do trabalho do setor terciário como indicador de um terciário "inchado", isto é, um terciário que apenas em parte atende à função de produzir serviços para o secundário e o primário e, em grande parte, se constitui em "excedente" de mão-de-obra, então o terciário será considerado como "depósito" de mão-de-obra. Aceita esta suposição teórica, encontrar-se-á uma grande disponibilidade de mão-de-obra. Uma vez crescente a capacidade de absorção do setor industrial considerado produtivo, a mão de obra excedente do terciário passará para o setor industrial. Geralmente, a parcela do terciário considerada como excedente é aquela identificada a uma "criação artificial" de ocupação, por pessoas que não requeridas pelo mercado de emprego formalizado, criam ou impõem serviços ou trabalhos a baixos rendimentos.

Por outro lado, se supõe também que os setores ou classes de atividades menos capitalizadas poderiam, sem maiores dificuldades, aumentar a produtividade do trabalho incrementando capital. Assim, se reforça a afirmação de que tais setores absorvem mão-de-obra facilmente liberável ou dispensável.

Se se supozer, teoricamente, que os setores pouco capitalizados, especialmente os que constituem mercado de emprego não formalizado, como grande parte da prestação de serviços, exercem funções que, portanto, não são prescindíveis, então se torna inequívoca a necessidade de diferenciar e não confundir dispensabilidade econômica e disponibilidade de mão-de-obra. A perspectiva da disponibilidade é social. É a perspectiva do comportamento da população em relação ao mercado de trabalho, buscando tipos e oportunidades de emprego mais compatíveis com suas necessidades ou desejos. Diante de um aumento da geração

de empregos mais capazes de atender as necessidades da população, algumas atividades que eram exercidas em condições muito precárias podem sofrer restrição de oferta de mão-de-obra, tornando-se necessário alterar a forma pela qual tais atividades eram exercidas através, geralmente, da capitalização da produção desses bens ou serviços e aumento da produtividade com aumento dos seus custos e com as consequências derivadas para o restante das atividades econômicas. Na verdade os diferentes tipos de mercado de trabalho são resultantes não só das condições da demanda, quanto da oferta. As funções geralmente atribuídas a esses setores nos países em desenvolvimento, com baixa ou restrita capacidade de capitalização, são as de permitir oferecer serviços de produção e serviços de consumo a custos baixos, ao mesmo tempo que permitem a capitalização daqueles setores, especialmente do industrial e de algumas classes de atividades do terciário que, dado o progresso tecnológico "universal" e as condições de concorrência de mercado, não podem operar sem essa capitalização.

Evidentemente, a partir desta proposição teórica, se ocorrer liberação de mão-de-obra desses setores diante da expansão de oportunidades de emprego mais favoráveis, se supõe repercussões na forma de acumulação.

Supõe-se assim que se o terciário liberar mão-de-obra para agro-indústria, terá probabilidade de continuar a absorver proporções relativamente grandes de mão-de-obra, que ao diminuir, por exemplo, a oferta de mão-de-obra para as atividades de prestação de serviço, haverá pressão no mercado por aumento da oferta.

Assim, será provável o incremento da demanda do setor agro-industrial e do terciário, levando a necessidade de se considerar que a expansão da demanda industrial do lado da continuidade da grande demanda de mão-de-obra, poderá acarretar necessidade de liberação de mão-de-obra do setor primário.

Grupo B - Disponibilidade para o trabalho no setor, se a expansão da demanda agro-industrial para ser atendida exigir, ou porque é muito intensa ou porque vem acompanhada de manutenção ou expansão da absorção de mão-de-obra pelos setores de atividades urbanas, um ritmo crescente de liberação de mão-de-obra maior que o das tendências observadas.

Subgrupo Ba - Disponibilidade devida à liberação de mão-de-obra crescente do setor primário para os setores secundário e terciário, sem mudança nas tendências da articulação inter-regional de alocação de mão-de-obra.

8) A possibilidade de liberação de mão-de-obra agrícola depende da intensificação da produção em propriedade de tamanho médio ou grande, que liberem mais mão-de-obra, em detrimento da produção em pequenas propriedades, que incorporam muita mão-de-obra, especialmente em termos de mercado e, por outro lado, ou, ao mesmo tempo, da intensificação de tipos de culturas como a soja e o trigo e a expansão da pecuária, que incorporam relativamente pouca mão-de-obra.

Na hipótese da liberação de mão-de-obra com diminuição em ritmo relativamente maior da população ocupada na agricultura, a mão-de-obra deveria migrar para as cidades e se incorporar em atividades que diretamente suprissem o "deficit" de mão-de-obra agro-industrial ou indiretamente suprissem o mercado de trabalho de mais baixa qualificação, como a indústria de construção ou o mercado não formalizado do terciário. As pessoas aí ocupadas, já socializadas no modo de vida urbano e, portanto, com mais condições de atender aos requisitos de demanda industrial, por sua vez se tornariam disponíveis para o trabalho agro-industrial.

Subgrupo Bb - Disponibilidade devida à liberação de mão-de-obra agrícola para os setores urbanos, que só ocorrerá se se continuar ou aumentar a oferta de mão-de-obra agrícola proveniente do incremento externo, devido aos movimentos migratórios inter-regionais para a zona rural do Paraná.

9) O setor agrícola poderá estar apresentando tendências a incorporar mão-de-obra em pequenas propriedades, que não se disporá por isso a migrar para as cidades, e que, por outro lado poderá, se o fizer, representar queda na capacidade produtiva agrícola devido à perda de sua participação. Assim, somente a liberação poderá ser mais intensa se a "entrada" no setor rural continuar ou expandir seu ritmo.

Grupo C - Disponibilidade devida à liberação de mão-de-obra de outras regiões diretamente para as atividades urbanas do Paraná.

10) Alterações na expansão ou ocorrência de estagnação nas atividades das outras regiões, ou ainda alterações no grau de capitalização, poderão liberar mão-de-obra crescente não só para a região rural como diretamente para a região urbana. Esta disponibilidade poderá ser considerada tanto complementarmente, como poder-se-á supor a situação extrema de somente através dela for possível atender à expansão da demanda agro-industrial, no caso de todas as outras situações não ocorrerem.

1.3

DELIMITAÇÃO DO ÂMBITO DE ESTUDO E HIPÓTESES BÁSICAS

Tal como definida, a oferta setorial se torna a mais abrangente possível. Compreende tanto a disponibilidade potencial dos não ocupados como dos ocupados em setores. Tanto a disponibilidade de mercado regional quanto à devida aos fenômenos migratórios inter-regionais.

Evidentemente, tal abrangência exige respostas provenientes do conhecimento de variáveis sobremodo amplas como o conhecimento:

1) Das condições determinantes da demanda não só do setor agro-industrial como de todos os setores do mercado regional, sua

integração no mercado nacional com suas consequências estimulantes de um ou de outro setor, e seus efeitos na articulação da liberação e absorção de mão-de-obra entre as regiões.

- 2) Das condições determinantes da oferta global do mercado regional, seus limites máximos de volume dados, por um lado, pelos parâmetros populacionais e composição etária, por outro lado, pela decomposição da população em idade ativa em população ocupada, desempregada e disponível.
- 3) Das condições determinantes da distribuição da oferta global em população ocupada, desempregada e disponível em e para cada setor, constituindo assim ofertas setoriais.
- 4) Das condições determinantes da oferta de mão-de-obra proveniente de outras regiões através das migrações e da sua alocação em atividades rurais ou urbanas.
- 5) Da articulação entre mercado formalizado (empregados assalariados) e não formalizado no ambiente urbano e rural e das tendências possíveis deste tipo de articulação.

A problemática levantada a partir da tentativa de definir as possíveis condições de oferta e demanda de mão-de-obra do setor agro-industrial transcede o contexto setorial, indicando a necessidade de analisar a situação global do mercado de trabalho para conseguir detectar as condições determinantes da demanda e oferta de mão-de-obra para a agro-indústria.

Para delimitar o escopo deste trabalho se buscou uma nova perspectiva que possibilitasse operacionalizar o estudo dessas condições gerais, assim como selecionar algumas variáveis para atenção mais aprofundada. Na verdade, implícita no raciocínio acima esboçado, está indicada a importância de duas formas de conhecimento para analisar o comportamento atual e futuro da adequação entre oferta e demanda:

- 1) O conhecimento dos mecanismos atuais de ajustamento entre oferta e demanda e de sua evolução, para permitir inferência sobre as tendências futuras.
- 2) O conhecimento de variáveis intervenientes como a expansão da demanda de qualquer setor, ou de vários setores por reações articuladas ou relativamente autônomas que venham alterar em graus diferentes de profundidade as tendências observadas.

A primeira forma de conhecimento permite viabilizar a abrangência do estudo da adequação entre demanda e oferta de mão-de-obra, tendo em vista a articulação setorial de toda a estrutura de emprego na região em estudo e na articulação com o mercado de trabalho nacional, através da observação das tendências presentes na sua evolução.

Neste caso, parte-se já do suposto que a estrutura de emprego observada evolutivamente já é uma forma de ajustamento entre oferta e demanda, e que, diante de seu conhecimento pode-se ter uma aproximação das tendências de alteração na estrutura de emprego.

Esta primeira forma também é requisito para que se possa estudar especificamente o resultado da introdução de qualquer uma das variáveis que venha alterar as formas previsíveis de ajustamento entre demanda e oferta.

Dada a inexistência de análises do comportamento tendencial do ajustamento entre oferta e demanda na região em estudo, apesar da disponibilidade dos dados censitários, optou-se por realizar tal estudo no âmbito do trabalho da "Agro-Indústria", para então introduzir uma das variáveis capazes de alterar a previsível adequação entre oferta e demanda: a expansão da demanda agro-industrial.

O conhecimento da evolução das taxas de ocupação e da distribuição da população ocupada que expressam o ajuste entre a oferta e demanda, é indiscutivelmente pertinente e imprescindível se se quer caracterizar o mercado de trabalho em estudo, mas não é suficiente. Nem para uma análise posterior, e muito menos para permitir prever com razoável precisão ou sustentar projeções de seu comportamento. Para isso, seria necessário um conhecimento e uma análise simultânea do comportamento dos setores econômicos, quanto ao ritmo de geração de valores de produção, e quanto a sua necessidade relativa de mão-de-obra por valor produzido, que, por sua vez é dependente do capital e da tecnologia utilizados e, no caso da agricultura, da área da terra. Seria portanto necessário efetuar simultaneamente a análise a partir da ótica da demanda de todos os setores econômicos.

Se já a análise da evolução da oferta de mão-de-obra ocupada e não ocupada representava um alto grau de ampliação do ponto inicial de análise, um estudo da demanda tornar-se-ia incomparavelmente mais abrangente. A dificuldade de dados derivados especialmente da não publicação dos Censos Setoriais Econômicos (mesmo disponíveis, longe estariam de resolver todos os problemas inerentes) reforçavam à inexistência de tal estudo no âmbito de um trabalho centrado no problema da oferta de mão-de-obra para a agro-indústria.

Assim, a análise da estrutura setorial de emprego propiciará condições que permitirão a indicação de tendências de seu comportamento, assim como condições de responder à questão da disponibilidade de mão-de-obra para a agro-indústria; mas não sustentará projeções sobre a futura alteração da estrutura setorial de emprego. As projeções só se justificariam a partir do conhecimento do comportamento dos setores econômicos diante da demanda de mão-de-obra.

A segunda forma de conhecimento anteriormente indicada não poderá ser realizada no âmbito deste trabalho, com exceção do setor industrial. A análise da evolução da oferta total de mão-

de-obra resolia o problema da disponibilidade para o setor agro-industrial, mas não permitia caracterizar as condições determinantes da demanda e muito menos a sua evolução. Assim, somente o setor industrial, desagregado em setor agro-industrial e não agro-industrial, é que será analisado a partir da ótica da demanda.

Além da análise evolutiva a partir dos dados disponíveis dos Censos Industriais, o objeto é também quantificar a mão-de-obra que será demandada pelo setor agro-industrial.

O estudo de mão-de-obra teve início antes que se completasse a segunda fase do estudo econômico sobre o setor. Antes que se completassem os estudos que permitiram a projeção da expansão do valor gerado pela agro-indústria.

Ao mesmo tempo, portanto, que se realizaram os estudos sobre as perspectivas da expansão da agro-indústria, se iniciaram os estudos sobre mão-de-obra. Optou-se, assim, por supor a expansão da agro-indústria e, por decorrência da sua demanda de mão-de-obra, ainda que não se pudesse quantificá-la, e analisar o mercado de trabalho global em função da existência ou não da disponibilidade de mão-de-obra diante da expansão da demanda. Posteriormente, depois de feita a projeção da geração do valor de produção da agro-indústria, foi possível projetar a demanda de mão-de-obra agro-industrial, dimensionando o impacto sobre a geração de emprego.

Desta forma, foi possível responder simultaneamente às duas suposições alternativas implícitas na questão sobre o problema da mão-de-obra agro-industrial. Seria um ponto de estrangulamento? Ou a expansão agro-industrial viria em parte resolver um problema de insuficiência de oportunidades de emprego?

Com o estudo de mão-de-obra se pretende uma análise das tendências observadas do ajustamento entre oferta e demanda inter-setoriais, e uma análise mais detalhada do comportamento do setor

agro-industrial, ao combinar a utilização dos fatores capital e trabalho no seu processo de produção e geração de um valor adicionado.

Se, por um lado visa propiciar elementos para indicar as tendências observadas entre demanda e oferta globais, e propiciar o conhecimento da relação capital, trabalho e valor adicionado, que permitirá a projeção da mão-de-obra a ser requisitada pelas atividades agro-industriais em expansão, por outro lado, esta análise é mais do que isso.

Ao analisar e explicar qualitativamente a evolução do ajustamento entre oferta e demanda, pretende indicar a potencialidade de resposta alterada da oferta de mão-de-obra diante de alterações na demanda global ou setorial, dando especial atenção à alteração da demanda do setor agro-industrial.

Procura-se, na verdade, fugir ao erro que se incorreria ao sustentar conclusões de um trabalho que se apoiasse apenas na perspectiva da diferença entre oferta e demanda de mão-de-obra. Ao se levantar sistematicamente a questão da oferta de mão-de-obra como ponto de estrangulamento, ou a questão inversa da disponibilidade constante de mão-de-obra nunca absorvida pela demanda, esquece-se do outro lado da questão: a estrutura setorial de emprego é o resultado dos mecanismos de ajustamento entre oferta e demanda, não só a nível regional, como inter-regional.

As crises geralmente setoriais e conjunturais de falta de mão-de-obra são, na verdade, elementos integrantes dos mecanismos de ajustamento. A falta de mão-de-obra para ocupações específicas acaba por levantar os salários e criar assim a sua própria oferta e muitas vezes, mais tarde, o rebaixamento dos salários.

Nos países desenvolvidos, são as variações das tendências que se aproximam e se distanciam da situação de pleno emprego que definem as crises de desemprego.

Em países ou regiões em desenvolvimento o problema é mais complexo. Embora com disponibilidade mais ampla entre os não ocupados, já que as taxas de ocupação são mais baixas que as dos países desenvolvidos, as diferenças entre os mercados de trabalho formalizado e não formalizado urbanos e rurais, são de tal amplitude que dificultam a mobilidade inter-setorial e intermercado formalizado e não formalizado.

As diferenças de qualificação e de socialização da população que vive em função de um ou outro tipo de mercado, e de uma situação urbana ou rural, podem gerar um "descompasso" entre a geração de oportunidades de novos empregos favoráveis num setor, e a resposta da oferta. Assim, apesar da considerada "sub-ocupação" geralmente associada a baixos rendimentos, jornadas incompletas e baixa produtividade dos setores terciário e primário de mercado de emprego não formalizado, ocorreram crises conjunturais de falta de mão-de-obra para setores de mercado de emprego formalizado.

Nem por isso, pode-se deduzir que o mercado não formalizado está fora do mecanismo estrutural de ajustamento entre oferta e demanda, pois as atividades exercidas em ocupações não formalizadas são parte integrante do processo de produção econômico-global, gerando tanto bens de produção, como bens de serviço. O mercado de emprego não formalizado será considerado teoricamente, como integrante do processo de expansão econômico-global.

Já que a população ocupada gera um valor de produção, levar-se-á sempre em consideração, embora não possa ser comprovada no âmbito do trabalho, a hipótese de que o mercado de emprego não formalizado é propiciador do próprio modo de expansão das atividades que se realizam num mercado de emprego formalizado.

Com as ocupações não formalizadas geram também valor, elas se constituem como demanda do sistema econômico por

este tipo de ocupações. Assim, os mecanismos de ajustamento entre oferta e demanda de mão-de-obra são também mecanismos de alocação de pessoal nos dois tipos de mercado de emprego. Os mecanismos de alocação de pessoal nos vários setores e nos dois tipos de mercado operam seletivamente apoiados no processo de socialização diferencial das parcelas da população, segundo sua situação de vida que os adequa para vivências de trabalho em situações similares, ou propicia mudanças (como a obtenção de graus de escolaridade superior) compatíveis com a situação anterior.

A estrutura setorial de emprego é o resultado de um duplo movimento: o funcionamento do sistema econômico que gera e permite uma demanda por ocupações e atividades, e a disponibilidade da população para trabalhar, quer por vontade quer por ser incentivada por rendimentos maiores, quer por necessidade de garantir ou aumentar a capacidade de consumo auferida pelo rendimento familiar, ou ainda, neutralizar uma queda da capacidade de consumo derivada da queda do rendimento.

O ajustamento setorial da oferta e demanda se realiza pelo processo seletivo em termos de sexo, qualificação ou requisitos variados, como força física, disciplina, etc.

Tem-se, portanto, como hipótese básica que a estrutura setorial de emprego, assim como a relação entre mercado de trabalho formalizado e não formalizado e as taxas de ocupação e disponibilidade observáveis, são o resultado dos ajustamentos entre oferta e demanda, decorrentes da estruturação econômica regional e sua articulação no processo de divisão de trabalho inter-regional.

Na verdade, não há outro modo de considerar os dados disponíveis levantados pelos Censos Demográficos e Setoriais. São o retrato de uma situação de emprego resultante do ajustamento. Ao se enfocar algumas características da população ocupada como

nível de escolaridade, taxa de participação feminina no trabalho, taxa de participação no trabalho por idade e outras, como se poderá distinguir se tais características são decorrentes da oferta ou da demanda?

Rigorosamente, nestes termos, a estrutura de emprego deveria ser explicada, por uma parte, pelas necessidades ou preferências da demanda, por outra, pelas condições da oferta. Na verdade não há como distingui-las no âmbito dos dados disponíveis dos censos, pois eles são em si o retrato estático da situação de emprego num momento dado.

Embora a estrutura do levantamento do Censo Demográfico pretendia caracterizar mais a perspectiva da oferta pela composição da população e distribuição pelas ocupações habituais, e os Censos Setoriais pretendam caracterizar mais a perspectiva da demanda considerando o trabalho como um fator de produção referido a um montante de capital e a um valor de produção, tanto um quanto os outros são retratos da situação de emprego resultado já do processo de ajustamento entre oferta e demanda.

Observe-se que por "ajustamento" não se entende aqui nem a inexistência de problemas sociais nem a inexistência de deficiências ou crises de demanda de mão-de-obra, mas sim o processo sócio-econômico mais amplo que, ao mesmo tempo, define a estruturação econômica de uma região ou nação e a estruturação do processo de socialização e criação de aptidões e necessidades individuais, para cumprir as atividades econômicas requeridas e possíveis, embora nem sempre de forma harmônica, quer se encare da perspectiva social ou econômica.

Considerar-se-ão simultaneamente as duas hipóteses básicas deste trabalho até então discutidas, que são:

- 1) A oferta e a demanda não são idênticas porque se comportam segundo estímulos próprios. A demanda requer o trabalho co-

mo fator de produção e exige certas características como o nível de qualificação conforme a ocupação.

A oferta depende da disponibilidade para o trabalho da população para obter os meios de subsistência e o acesso a determinados requisitos para obter determinados empregos.

- 2) A oferta e a demanda global se identificam ao se considerar a estrutura de emprego como resultado de seu ajustamento.

A partir desta consideração e de toda a exposição das variadas possibilidades de se considerar a oferta setorial, agro-industrial exposta na apresentação da problemática teórica e metodológica, fica claro que o estudo dos condicionantes da oferta e demanda de mão-de-obra do setor agro-industrial não se restringe a problemas internos do próprio setor.

1.4

METODOLOGIA

Tendo em vista estas duas hipóteses e dada a inexistência de estudos do comportamento global da mão-de-obra no Estado do Paraná, apesar da existência dos dados censitários disponíveis, definiram-se como objetivos específicos capazes de nortearem a estruturação metodológica do presente trabalho, a análise das tendências observáveis e a indicação, sempre que possível, das potencialidades de alteração no ajustamento entre oferta e demanda globais e setoriais. A estruturação metodológica do trabalho, que ora se segue, já leva em conta as características dos dados disponíveis.

- 1) Detectar e analisar as tendências observadas dos limites máximos da oferta global regional, considerados como o volume e o incremento populacional, distribuição etária e por sexo, resultantes do incremento vegetativo e do incremento migratório inter-regional de saldo positivo. Indicar, sempre que

possível, potencialidade de alterações do comportamento de tais tendências, especialmente dos fenômenos migratórios, que serão sempre considerados como mecanismo de realocação de mão-de-obra ou de ajustamento entre demanda e oferta a nível inter-regional, decorrentes em grande parte dos processos de divisão de trabalho inter-regional.

- 2) Detectar e analisar as tendências de ajustamento de demanda e oferta entre atividades urbanas e rurais, através dos movimentos migratórios intra ou inter-regionais, com destinos rurais ou urbanos. Indicar, sempre que possível, potencialidade de alterações do comportamento.
- 3) Detectar e analisar as tendências do ajustamento entre oferta e demanda globais e setoriais, a partir da evolução das taxas de ocupação, da estrutura de emprego e das relações entre mercado de emprego formalizado e não formalizado, considerando a continuidade de tais tendências como simultaneamente oferta e demanda globais e setoriais.
- 4) Tendo em vista que esta evolução já é a expressão de alterações ocorridas no mecanismo de ajustamento, e que as tendências observadas poderão ser alteradas diante da intensificação da demanda global ou setorial.
 - 4.a - Detectar com precisão e dimensionar a disponibilidade social global de mão-de-obra, quer se encontre entre a população ocupada ou não ocupada, segundo os critérios do Censo Demográfico, ampliando assim o conceito e o volume da oferta global definida como PEA, isto é, a soma entre ocupados e desempregados. Por ser global essa disponibilidade social abrange a disponibilidade de mão-de-obra que poderia se efetivar como oferta futura diante de uma expansão da demanda agro-industrial ou da demanda global.

4.b - Indicar sempre que possível potencialidades de mobilidade inter-setorial de mão-de-obra, especialmente dos vários setores e dos mercados de emprego formalizado e não formalizado, para o setor agro-industrial formalizado. A potencialidade de mobilidade inter-setorial será analisada da perspectiva da oferta, isto é, da indicação de que grupos ocupacionais teriam maior probabilidade de se oferecerem para o mercado formalizado e, em especial, para o setor agro-industrial, considerando-se os dados disponíveis nos censos: posição, escolaridade e rendimento, embora nem de longe esgotem as variáveis intervenientes.

A possibilidade econômica de mobilidade inter-setorial merecerá no âmbito do trabalho apenas abordagem aproximativa, através da comparação da capacidade de geração de renda setorial por pessoa ocupada, e da estrutura setorial de emprego do Estado do Paraná, em relação a estados ou regiões mais industrializados, levantando-se então algumas hipóteses alternativas.

- 5) Caracterizar a escolaridade da oferta de mão-de-obra e detectar as condições de seu nível e de suas alterações, para poder inferir as tendências futuras do nível de escolaridade da mão-de-obra.
- 6) Detectar as tendências da magnitude de mão-de-obra absorvida pelos estabelecimentos agro-industriais, face ao total de estabelecimentos do setor da indústria de transformação e, por sua vez, face ao total do setor secundário. Analisar as tendências observadas de mobilidade inter-setorial e indicar potencialidades de mudanças.
- 7) Detectar e analisar o comportamento, não só do setor agro-industrial, como de todo o setor da indústria de transformação (para permitir caracterizar suas especificidades) da

perspectiva da "demanda", isto é, na forma da utilização e combinação dos fatores capital e trabalho na geração do valor adicionado.

- 8) Detectar e analisar o comportamento diferencial de cada gênero agro-industrial em relação ao total do gênero da indústria de transformação, para avaliar sua capacidade diferencial de absorver mão-de-obra e incorporação de capital.
- 9) Dimensionar o incremento da demanda de mão-de-obra agro-industrial, através da previsão do crescimento do valor pela agro-indústria, detectado pelos estudos econômicos da agro-indústria. Uma vez determinados os gêneros agro-industriais que serão dinamizados e seu crescimento, a análise comparativa do comportamento dos gêneros permitirá a previsão do volume de mão-de-obra que será absorvido, supondo-se constantes ou alterando-se as tendências observadas relativas à densidade de capital e produtividade do trabalho e do capital.
- 10) Relacionando o incremento da demanda e a dimensão da disponibilidade social e da evolução da estrutura setorial de emprego, responder à questão de, se a oferta de mão-de-obra se constitui em ponto de estrangulamento, ou se é a capacidade adicional de geração de emprego do setor agro-industrial que oferecerá maiores oportunidades de emprego numa situação de insuficiência e grande disponibilidade.

O estudo de mão-de-obra a nível estadual, evolutivo e abrangente de todos os setores de atividade, visa não só atender as necessidades requeridas pelo trabalho da agro-indústria, em conhecer o comportamento da demanda e oferta de mão-de-obra, como também pretende se constituir na introdução de estudos mais específicos de mão-de-obra, necessários para acompanhar qualquer política global ou setorial de dinamização das atividades econômicas do Estado.

Não se pretende, por outro lado, oferecer a mesma caracterização da mão-de-obra agro-industrial que fosse obtida através de uma pesquisa de campo.

A caracterização da oferta e da demanda setorial seria mais atualizada e a um nível de maior aprofundamento, e poderia detectar pontos de estrangulamento conjunturais por ocupação e qualificação, e indicar medidas mais específicas de intervenção, como necessidade de formação ou treinamento de mão-de-obra por tipos de ocupação, conhecendo-se mais precisamente a experiência anterior, os setores e a situação urbana ou rural de origem da população ocupada, que permitiriam prever a qualidade da mão-de-obra disponível, face a um incremento de demanda.

Se a utilização dos dados censitários não substitui os resultados de uma pesquisa específica, permite, no entanto, a caracterização mais abrangente da estrutura de mão-de-obra e as tendências evolutivas de absorção setorial de mão-de-obra, indispensáveis diante da até então inexistência de análise de dados.

1.5

FONTES DE DADOS UTILIZADOS

O estudo das taxas de ocupação e não ocupação e da estrutura de emprego, se centrou na utilização dos dados tabulados dos Censos Demográficos.

Os Censos Demográficos investigam por amostragem (25%) a ocupação principal da população global, abrangendo assim um maior número de pessoas que os Censos Setoriais, e permitindo uma homogeneidade no tratamento simultâneo da população ocupada nos setores e classes de atividades e sua relação com a população não ocupada.

Apesar do Censo Demográfico abranger um número maior de pessoas, subestima a participação da parcela ocupada no total da população. No Censo Demográfico a parcela da população ocupada

é medida pela atividade principal. As instruções dadas aos aplicadores enfatizam as possibilidades de se incorrer em erro ao classificar, entre os ocupados, pessoas que possuam dupla atividade. Assim, especialmente mulheres e menores, que trabalhem como membros não remunerados da família ou ocupações parciais remuneradas, são subestimados.

Os Censos Agropecuários foram utilizados complementarmente na análise da população ocupada no setor, pois permitem uma correção dos Censos Demográficos, especialmente em relação à subestimação das mulheres ocupadas na agricultura. Por outro lado, a análise mais aprofundada da posição da população agrícola na ocupação, assim como a absorção de mão-de-obra por tamanho de estabelecimentos, somente foi possível através da utilização dos dados dos Censos Agropecuários.

Deve-se ter, no entanto, sempre em conta que os dados dos Censos Agropecuários foram utilizados complementarmente na medida em que um maior aprofundamento do setor fugia ao âmbito do trabalho.

Os dados disponíveis pela Pesquisa por Amostra de Domicílio para o Estado do Paraná, se referem apenas ao ano de 1972. Sua utilização foi feita também complementarmente ao estudo evolutivo. Sua discrepância com os dados censitários propiciou indicações bastante importantes sobre as diferentes condições de integração no mercado de trabalho da população ocupada. No entanto, seu maior aprofundamento sobre as condições de emprego e subemprego permitiram o dimensionamento da disponibilidade social.

Os dados dos Censos Demográficos nuclearam toda a análise do ajustamento entre oferta e demanda de mão-de-obra, de estrutura de emprego às migrações e às variáveis populacionais. Para poder tornar consistente as comparações dos anos de 1940 a 1970, várias agregações diferentes foram feitas, ou algumas ressalvas

foram indicadas, já que houve mudanças de critério entre os censos. Infelizmente os dados sobre ocupação levantados pelo Censo Demográfico de 1960 a nível estadual, não estão disponíveis. De 1960, são acessíveis apenas os dados de uma pequena amostragem, 1,27% do total do Brasil que têm sido utilizados e analisados.

Do Paraná, apenas foram apurados e estão disponíveis, os dados referentes à população em termos brutos, isto é, sem nem mesmo a distribuição por sexo e faixa etária. Evidentemente, a falta dos dados do ano de 1960 está presente em toda a análise, dificultando-a bastante e impedindo o conhecimento mais exato da evolução demográfica e da estrutura de emprego.

Para a análise da mão-de-obra ocupada no setor da indústria de transformação e no setor agro-industrial, foram utilizados os dados dos Censos Industriais de 1950, 1960 e 1970.

A falta de um dos dados fundamentais para a análise da demanda de mão-de-obra, o capital aplicado em 1970, que não foi publicado, e a impossibilidade de desagregar o montante de capital aplicado em 1960 segundo os grupos de atividades agro-industriais e não agro-industriais, dificultou bastante a análise. Por outro lado, a mudança de critérios relativamente às agregações e desagregações de pessoal ocupado, e as mudanças de conceituação como a do "técnico", também apresentaram problemas para a análise.

As possibilidades e as limitações que os dados disponíveis apresentaram na sua utilização, serão apresentadas mais profundamente em cada uma das partes do trabalho.

PARTE I – CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OFERTA GLOBAL DE MÃO-DE-OBRA

PARTE I - CARACTERÍSTICAS GERAIS DA OFERTA GLOBAL DE MÃO-DE-OBRA

A unidade dos três capítulos que constituem esta parte se centra na caracterização ampla dos limites máximos da Oferta Global de Mão-de-Obra considerada como o total da população em idade ativa. Dimensiona seu volume (capítulo 2) e situa as migrações como o componente fundamental para explicar o notável incremento verificado (capítulo 3). Por outro lado, a oferta global de mão-de-obra tem significados diferenciados conforme seu nível de escolaridade. Apesar de ser apenas uma medida aproximada e indiretamente indicadora de sua qualificação, o grau de escolaridade propicia importante caracterização do volume total de oferta de mão-de-obra (capítulo 4).

Além dessa mesma função, de caracterizar a oferta de mão-de-obra global, cada capítulo, dado seu tema específico, apresenta a sua unidade bastante específica e particular. As conclusões que propiciam serão retomadas e reconsideradas nas partes subsequentes que analisam especificamente a estrutura setorial de emprego e a demanda de mão-de-obra pelo setor agro-industrial.

2. LIMITES MÁXIMOS DE OFERTA DE MÃO-DE-OBRA

LIMITES MÁXIMOS DE OFERTA DE MÃO-DE-OBRA

Os limites máximos de quantidades de pessoas que se oferecem como força de trabalho, num determinado momento, são dados pelo tamanho da população, pela sua composição por sexo e idade. A população presente, como se sabe, não coincide com a oferta de trabalho, mas define o volume e a proporção da população apta a participar das atividades económicas.

Por outro lado, também as possibilidades de mudança de um dado comportamento demográfico são determinadas por uma série de variáveis exógenas. Estas precisam ser levadas em conta quando se pretende indicar quais as tendências populacionais de uma região, além da consideração da própria dinâmica demográfica interna.

A alocação regional dessa força de trabalho disponível depende da localização regional das atividades económicas exigidas pelo mercado nacional e internacional.

As migrações atuam, pois, como um mecanismo de alocação dessa força de trabalho, tanto a nível inter-regional como dentro da própria região, ou seja, de acordo com modificações na divisão inter-regional do trabalho e com as constantes diferenciações das atividades dentro de uma mesma região. Através desse mecanismo de contínua redistribuição da força de trabalho, uma parte da população se dedicará a atividades agrícolas, outra parte a atividades urbanas e sofrerão ainda novas realocações, segundo divisões internas dessas atividades.

Os fluxos migratórios são, portanto, uma variável de grande relevância visto que os limites do crescimento demográfico não são dados pela dinâmica interna da população. Aliás, o próprio crescimento "vegetativo" é influenciado grandemente pelo componente migratório, como se verá adiante.

No caso do Paraná, o estudo das migrações não se justifica apenas metodologicamente, como uma das variáveis populacionais a serem levadas em conta. O fluxo migratório é, realmente, o fator principal do crescimento intenso da população nas últimas décadas.

2.1

POPULAÇÃO DO PARANÁ DE 1940 A 1970 - TAXAS DE INCREMENTO - COMPARAÇÃO COM A POPULAÇÃO BRASILEIRA

Pela Tabela 2.1 (a) observa-se o volume da população do Paraná nos quatro últimos recenseamentos, sua densidade e a participação no total da população do Brasil.

TABELA 2.1 (a) - POPULAÇÃO TOTAL, DENSIDADE DEMOGRÁFICA E PARTICIPAÇÃO NA POPULAÇÃO DO BRASIL - PARANÁ - 1940-1970.

	1940	1950	1960	1970
População Total do Paraná	1.236.276	2.115.547	4.296.375	6.929.868
Densidade Demográfica	6,21	10,63	21,58	34,81
População Total do Brasil	41.236.315	51.944.397	70.992.343	93.139.037
Participação da População do Paraná no Brasil	3,00%	4,07%	6,05%	7,44%

FONTE: IBGE/CD/Anuário 1973 - IPARDES

Verifica-se um crescimento constante em todos os aspectos, com altas taxas de incremento, mas cujo ritmo não é uniforme, como se pode constatar pela tabela a seguir:

TABELA 2.1 (b) - INCREMENTO DA POPULAÇÃO DO PARANÁ E DO BRASIL
DE 1940 A 1970

INCREMENTO	1940-1950	1950-1960	1960-1970
NO PERÍODO			
Paraná	71,13%	103,09%	61,30%
Brasil	25,96%	36,67%	31,20%
ANUAL (Geométrico)			
Paraná	5,5 %	7,3 %	4,9 %
Brasil	2,3 %	3,2 %	2,8 %

FONTE: IBGE/CD, PR-BR/Anuário 1940 e 1973 - IPARDES

O ponto mais alto de incremento foi 1950-60 e embora tenha sido menor em 1960-70, as taxas de incremento da população do Paraná estão muito acima da média brasileira. Seu crescimento supera o de todas as regiões brasileiras, com exceção da centro-oeste, no período 1960-70, (Tabela 2.1 (c)), abaixo.

TABELA 2.1 (c) - INCREMENTO DECENAL DA POPULAÇÃO TOTAL POR REGIÕES - BRASIL - 1940 - 1970

REGIÕES	1940-1950	1950-1960	1960-1970
I (RO-AC-AM-RR-PA-AP)	26,14	41,03	38,53
II (MA-PI)	28,07	42,85	24,44
III (CE-RN-PB-PE-AL-FN)	24,55	20,85	26,19
IV (SE-BA)	22,83	23,22	24,34
V (MG-ES)	15,70	30,20	15,01
VI (RJ-GB)	29,42	43,54	34,05
VII (SP)	27,21	42,04	36,97
VIII (PR)	71,13	103,09	61,30
IX (SC-RS)	27,26	32,67	25,95
X (MT-GO-DF)	38,00	73,11	68,72
TOTAL	25,96	36,67	31,20

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

Assim, a população em idade apta a participar das atividades econômicas, isto é, a população em idade ativa (PIA) definida como a população de mais de dez anos pelos critérios adotados pelos censos do IBGE (*), também apresentou um crescimento importante em todo esse período:

TABELA 2.1 (d) - INCREMENTO PERCENTUAL DA PIA

INCREMENTO PERCENTUAL	1940/50	1950/60 (1)	1960/70 (1)
Paraná	70,45%	102,12%	59,69%
Brasil	25,89%	33,38%	35,08%

FONTE: IBGE/CD, PR-BR/Anuário 1940 e 1973 - IPARDES

(1) Vide AM 2.1 - 2º - para o cálculo da PIA de 1960

OBS.: Os dados absolutos estão no AE 2.1 (d).

Pela tabela acima, verifica-se que o incremento percentual da PIA no Paraná é bem maior, em todas as décadas, ao apresentado pela PIA brasileira, acompanhando, evidentemente, o incremento da população total. No entanto, a diferença de ritmo do incremento da PIA paranaense em relação à PIA brasileira, teve um comportamento diverso da diferença entre a população total (PT) paranaense e brasileira.

Na década 1940-50, a diferença de incremento populacional entre o Paraná e o Brasil em termos de PIA foi menor que o apresentado pelo conjunto da população. Na década 1950-60, a diferença de incremento da PIA paranaense e brasileira foi maior que a diferença entre o incremento da PT paranaense e da brasileira. Em outros termos, foi nessa década que a participação da PIA paranaense no total da PT paranaense se tornou maior que a participação da PIA brasileira no total da PT brasileira.

(*) Vide AM 2.1 - 1º -

Na década 1960-70, já a diferença entre o incremento da PIA paranaense e o da PIA brasileira foi menor que a diferença entre o incremento da PT paranaense e brasileira.

Deve-se observar também que o ritmo de crescimento da PIA brasileira e paranaense foi sempre menor que o da PT brasileira e paranaense, com exceção do ritmo de crescimento da PIA brasileira que superou o da PT brasileira na década 1960-70. Nessa mesma década, no Paraná, a intensidade de crescimento da PIA diminuia mais que o decréscimo do ritmo de crescimento da PT.

Na década 1960-70, portanto, observa-se que as diferenças de incremento da população total e da população em idade ativa entre o Paraná e o Brasil se reduzem. Na década anterior, no entanto, as diferenças foram maiores e em especial em relação à PIA. Esse comportamento diferencial entre décadas e entre Paraná e Brasil, evidencia num primeiro tempo a ação mais intensa da migração e, num segundo tempo, os efeitos da diminuição de intensidade e dos resultados dos fluxos anteriores, como se verá adiante. A Prancha 2.1 (1.^{ad}) ilustra essa situação.

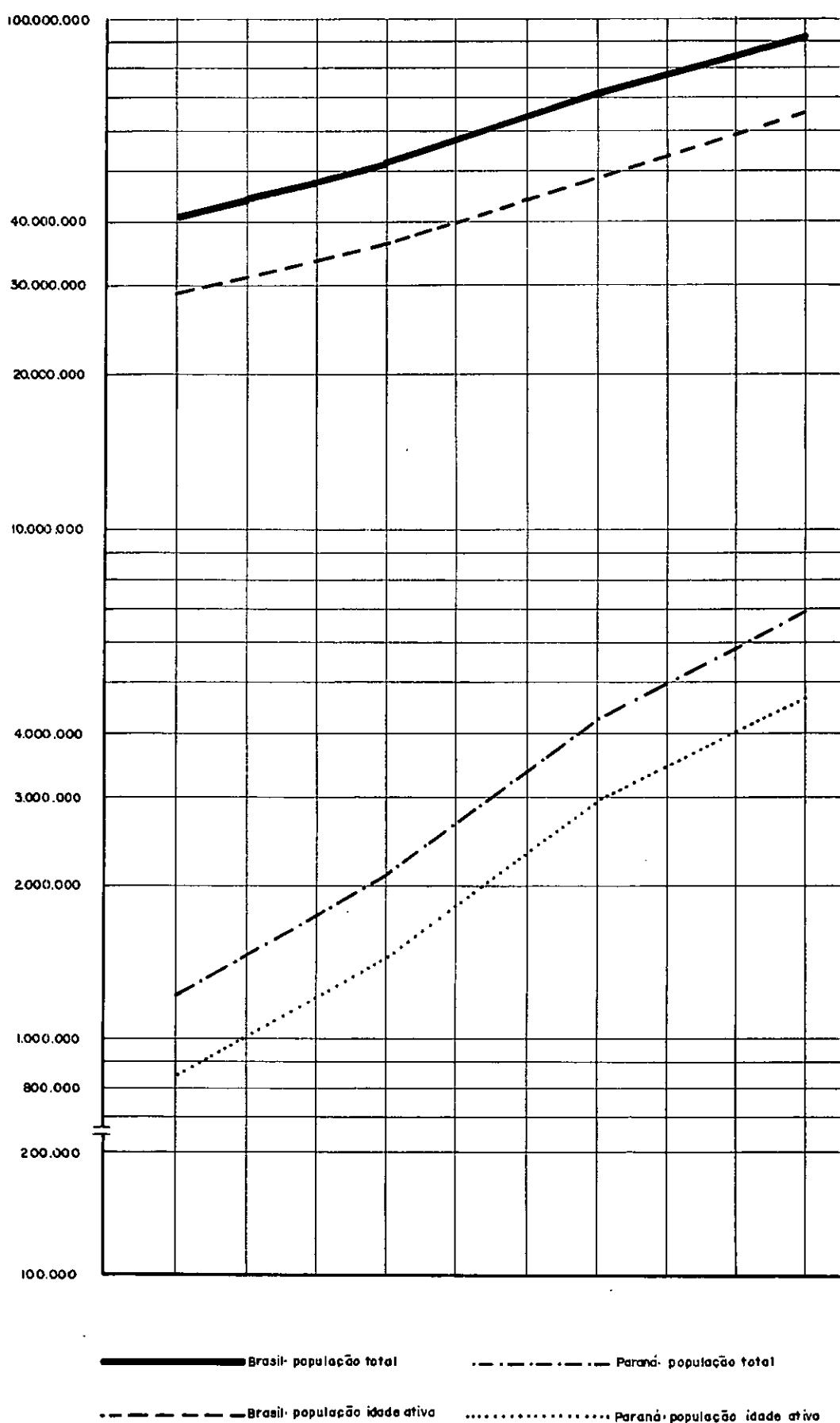
A Tabela 2.1 (e), permite visualizar as mudanças ocorridas na participação da PIA na PT paranaense e brasileira e, portanto, permite também a análise do comportamento da população de 0 a 9 anos em relação ao total.

TABELA 2.1 (e) - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PIA E DA FAIXA DE 0 A 9 ANOS, NO TOTAL DA POPULAÇÃO

		1940	1950	1960	1970
PARANÁ	PIA	69,11	68,84	69,54	67,83
	0-9	30,89	31,16	30,46	32,17
BRASIL	PIA	70,42	70,38	68,69	70,75
	0-9	29,58	29,62	31,31	29,25

FONTE: IBGE/CD, PR-BR/Anuário 1940 e 1973 - IPARDES
(Vide AM 2.1)

PRANCHA 2.1 (1^o) CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA - BRASIL e PARANÁ 1940/1970



Constata-se, primeiramente, que a proporção de população em idade ativa é menor no Paraná que no Brasil, excetuando-se 1960. Essa situação, típica de uma população jovem, será explicada mais tarde.

Na década 1940-50, portanto, a população de 0 a 9 anos cresceu tanto no Brasil quanto no Paraná, em especial neste último. Na década 1950-60, a população de 0 a 9 anos diminuía no Paraná, enquanto crescia a do Brasil, mais intensamente que na década anterior. Na década 1960-70, surge pela primeira vez, a tendência de diminuição da população de 0 a 9 anos, em termos da população brasileira. Esta tendência reflete a queda da taxa de natalidade no período 1960-70, já que os dados globais da população brasileira anulam os efeitos dos fenômenos migratórios inter-regionais. A estimativa feita por Mortara⁽¹⁾ para 1940 é entre 42,0 e 44,0 por mil habitantes; para 1950, 43,5; para 1960, 44,0, enquanto a de 1960-70 feita por Madeira⁽²⁾ é de 37,7 e a de Santos⁽³⁾ para 1970, é de 35,0 por mil habitantes. É na década 1960-70 que a participação da população de 0 a 9 anos aumenta no Paraná, alcançando uma taxa de participação ainda não atingida no período considerado. Evidencia-se assim, a necessidade de correlacionar a estrutura de idade aos fenômenos migratórios e aos seus efeitos (Vide item 3.7).

(1) MORTARA, G. - "A Natalidade e a Fecundidade Feminina no Brasil. Estudos de Estatística Teórica e Aplicada" - Estatística Demográfica, vol. 30, cap. V.

(2) MADEIRA, J.L. - "O IBGE e os Estudos de Fecundidade no Brasil: Histórico e Perspectivas da Fecundidade". Ciência e Cultura, vol. 24 (10), out. 1972.

(3) SANTOS, J.L.F. - "Projeção da População Brasileira: 1970 a 2.000". Trabalho apresentado na XXV Reunião Anual da SBPC.

3. MIGRAÇÕES, PARTICIPAÇÃO NO INCREMENTO E NA REARTICULAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

MIGRAÇÕES, PARTICIPAÇÃO NO INCREMENTO E NA REARTICULAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA

O processo de desenvolvimento capitalista implica numa redistribuição das atividades econômicas, decorrentes das necessidades técnicas e econômicas da produção, criando situações de desequilíbrios regionais (concentração de áreas industriais, regiões de produção agrícola voltadas ao mercado externo, regiões de economias voltadas à subsistência). Estes desequilíbrios estão extremamente relacionados com os fenômenos de mobilidade espacial e, principalmente, social das populações.

Deste modo, o estudo dos movimentos migratórios devem estar relacionados ao processo de desenvolvimento, verificando que grupos sociais são levados a se deslocar, em cada momento e em cada região, e a forma de integração destes migrantes nos locais de destino. Deve-se observar ainda, as condições subjetivas, que em última instância dependem dos objetivos, como as aspirações, avaliações que os migrantes fazem de suas aptidões, etc, que os impulsionam a se deslocar ou não.

Segundo Paul Singer⁽¹⁾, deve-se considerar como área de origem dos fluxos migratórios aquela onde se deram as transformações sócio-econômicas que levaram um ou mais grupos sociais a migrar. Assim, nada justifica se considerar "a priori" uma determinada área como sendo de destino, pois ela pode ser apenas uma etapa de determinados fluxos.

Os fatores de expulsão definem as regiões onde se originam os fluxos migratórios, e os fatores de atração que dão orientação a estes fluxos.

Paul Singer distingue os fatores de expulsão em duas ordens⁽²⁾. Os fatores de estagnação que se manifestam sob uma crescente

(1) e (2) SINGER, Paul - A Economia Política da Urbanização. Editora Brasiliense, Edições CEBRAP, 1973.

pressão populacional que não se expande devido à não disponibilidade física ou social das terras; e os fatores de mudança que se caracterizam pela introdução de relações capitalistas no campo, implicando simultaneamente num aumento da produtividade e exclusão de população, tanto de parceiros, com o de camponeses e pequenos proprietários.

As informações referentes a movimentos migratórios, principalmente dos Censos Demográficos, não permitem que se dê a esta análise tal caráter globalizante. Concerne apenas ao montante de migrantes, segundo as origens e destinos dos fluxos, conceituando como origem dos fluxos o local de nascimento e residência à data do censo, ou local de residência anterior e residência na data do censo. E por destino a orientação rural ou urbana dos migrantes no Estado.

A consequência metodológica deste tipo de abordagem é a impossibilidade de se conhecer os motores que incrementaram tais fluxos, e se avaliar profundamente as condições de ocupação da população, anteriores ao seu deslocamento em direção ao Paraná.

Desta forma, primeiramente vai se quantificar o volume dos fluxos migratórios, considerando o Paraná principalmente como região de destino dos fluxos, no período de 1940 a 1970.

Outra preocupação, vai se definir as principais tendências de 1970 para frente, quanto ao rumo dos fluxos. No período de 1940 a 1970, os fluxos rurais-urbanos foram inexpressivos. Considerando que o fator que atraiu tal volume de migrantes para as áreas rurais no Paraná deve estar em vias de se esgotar, pode-se supor uma alteração quanto às futuras áreas de destino para a população.

Pode-se afirmar que foi a disponibilidade de terras o fator responsável pelo recebimento de tão considerável volume de migrantes. O crescimento populacional a partir de 1920 que se acelera

a partir de 1940, incrementou ocupação das áreas disponíveis em duas frentes básicas: Norte e Sudoeste do Estado.

A propaganda e a facilidade de lotes atraíram colonos de várias regiões brasileiras, predominando paulistas, gaúchos, mineiros e catarinenses.

Ao Norte foi a expansão da cafeicultura paulista nos solos paranaenses disponíveis e apropriados para essas culturas. Num primeiro momento, atraíram as famílias pertencentes a uma classe média rural paulista, que dispunha de técnica e capital para exploração dos lotes. E depois, a cultura do café atraiu grande contingente de mão-de-obra em parte assalariados e outros que se estabeleceram tomando posse da terra.

A ocupação do Sudoeste se inicia na mesma época da colonização do Norte, mas o povoamento dessa região se intensifica na década de 1950. Os gaúchos foram expulsos principalmente pelo reduzido tamanho da propriedade, que se acentuou pelo parcelamento decorrente do sistema de herança. Deslocam-se para o Paraná com poucos recursos, adquirindo propriedades onde desenvolvem atividades utilizando como mão-de-obra os membros da própria família. Essa região que teve sua integração ao mercado mais amplo através da criação de um sistema viário, basicamente a partir de 1960, atraiu novas pessoas, agora com mais recursos, que passam a produzir competindo com as unidades produtivas anteriormente instaladas.

Este volume de pessoas que entrou no Paraná neste período, aumentou significativamente a força de trabalho. Sendo também uma preocupação deste estudo fazer a análise da estrutura ocupacional (item 8) considerando a população migrante já integrada na força de trabalho, será possível levantar algumas hipóteses sobre as condições que permitiram esta integração e a forma como vêm evoluindo. Isto é, verificando se aumenta ou diminui o número de proprietários e o respectivo tamanho do estabelecimento agrícola: aumento ou não do número de pessoas com vínculos assa-

lariados, etc... As relações entre a evolução das migrações e a evolução do mercado de trabalho serão analisadas posteriormente no Capítulo 8. Mas, de qualquer modo, está se perdendo as características da mobilidade social da população migrante numa sociedade de classes.

É importante, primeiramente, dimensionar o volume e a orientação dos fluxos.

3.1 OBJETIVOS DO ESTUDO DAS MIGRAÇÕES

O objetivo básico desse estudo das migrações foi verificar como elas contribuíram para o incremento populacional do Paraná e, consequentemente, para o aumento da quantidade de oferta de mão-de-obra e sua alocação por situação de domicílio rural ou urbano. Tendo esse objetivo em vista, os estudos se referem basicamente às entradas de migrantes no Paraná.

Assim os fluxos imigratórios foram analisados segundo a origem, o tempo em que ocorreram, a sua composição por sexo e idade e a orientação urbana ou rural dos movimentos. Quando se faz um estudo sobre migrações no Brasil atual, geralmente restringe-se as migrações internas, desde que as imigrações do exterior representam atualmente uma parcela muito pequena no total da população. No presente estudo, entretanto, foram consideradas também as imigrações do exterior, que representam atualmente uma parcela muito pequena no total da população, porque o objetivo é considerar todas as entradas no Paraná, seja de outros estados ou do exterior.

Além do estudo das entradas, ou da imigração no Paraná, focalizaram-se também as migrações internas do Estado, as saídas de pessoas para outras regiões e a situação dos saldos migratórios do Paraná em relação a essas regiões. A intenção dessa comparação foi verificar para que regiões se dirigiam os fluxos em períodos anteriores e para onde se dirigem atualmente, isto é, ver a orientação passada e atual dos fluxos.

O período tomado para análise foi o de 1940 a 1970 porque no caso do Paraná a imigração assume maior importância a partir desse período como já foi exposto. Confrontou-se ainda, um período a outro; e analisou-se em conjunto diversas variáveis para que se pudesse obter algumas tendências do comportamento imigratório no Estado.

3.2

ORIGEM REGIONAL E VOLUME DOS FLUXOS IMIGRATÓRIOS

3.2.1

FLUXOS IMIGRATÓRIOS ACUMULADOS - CONCEITO DE LOCAL DE NASCIMENTO

O conhecimento da origem dos fluxos imigratórios torna-se útil quando se quer relacioná-los com a colonização de áreas do território paranaense, que se fez a partir da década de 1920. É importante neste caso, saber-se em que época se deram esses fluxos e qual a contribuição de cada região.

Os estados brasileiros foram agrupados nas dez regiões do IBGE (Tabulações Avançadas, 1971) porque realmente apresentam características sócio-econômicas semelhantes e atuam homogeneousmente como área de saída ou destino dos fluxos migratórios. Assim, as regiões são:

- I - Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá;
- II - Maranhão e Piauí;
- III - Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Fernando de Noronha;
- IV - Sergipe e Bahia;
- V - Minas Gerais e Espírito Santo;
- VI - Rio de Janeiro e Guanabara;
- VII - São Paulo;
- VIII - Paraná;
- IX - Santa Catarina e Rio Grande do Sul
- X - Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal.

Quanto à origem dos fluxos pode-se utilizar dois conceitos de migração:

- 1) Local de nascimento e residência à data do censo;
- 2) Local de residência anterior e residência na data do censo.

A possibilidade do uso dos dois conceitos é recente, dada apenas pelo Censo Demográfico de 1970. Por essa mesma razão, os estudos sobre migrações até essa data se referiram sempre ao primeiro conceito, isto é, ao local de nascimento.

Neste estudo, foram utilizados os dois conceitos. No entanto, quando para o confronto entre os dados dos censos nos três períodos analisados, os migrantes foram agrupados segundo o local de nascimento.

A tabela 3.2.1(a) compara as entradas de migrantes no Paraná nos três períodos, segundo a região de nascimento.

A respeito da imigração, pode-se verificar o seguinte: em 1940, São Paulo (região VII) contribuiu com 40,73% do fluxo imigratório acumulado, seguido dos estrangeiros e brasileiros naturalizados com 23,55%, na região IX (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), com 15,27% e da região V (Minas Gerais e Espírito Santo), com 14,52% do fluxo. As demais regiões contribuem com os 5,93% restantes. No total, têm-se um fluxo acumulado de 283.112 pessoas, o que significa 22,9% da população do Estado em 1940.

Em 1950, aparece novamente em primeiro lugar, São Paulo, com 47,6% do fluxo, seguido da região V, com 21,65% e da região IX, com 13,35%. Os estrangeiros e brasileiros naturalizados diminuem a sua participação nesse período precedente, 10,35%; as demais regiões têm 7,05%. O fluxo acumulado é de 740.470, o que representa 35% da população total em 1950.

Ainda em 1970, São Paulo tem a maior porcentagem dos fluxos, mas com uma significativa redução nesse período: 31,28%. A região IX

TABELA 3.2.1 (a) FLUXO ACUMULADO DAS IMIGRAÇÕES PARA O PARANÁ SEGUNDO A REGIÃO DE NASCIMENTO (1)
PARANÁ 1940 - 1970

REGIÕES	1940		1950		1970	
	NÚMEROS	%	NÚMEROS	%	NÚMEROS	%
I (RO, AC, AM, RR, PA, AP)	340	0,12	356	0,05	3.057	0,12
II (MA, PI)	337	0,12	782	0,11	4.718	0,18
III (CE, RN, PB, PE, AL, FN)	3.272	1,16	4.322	1,93	212.346	8,33
IV (SE, BA)	4.885	1,72	20.468	2,76	170.620	6,69
V ⁽²⁾ (MG, ES)	41.116	14,52	160.288	21,65	589.265	23,12
VI (RJ, GB)	5.022	1,77	11.682	1,58	32.548	1,28
VII (SP)	115.299	40,73	352.471	47,60	797.352	31,28
IX (SC, RS)	43.228	15,27	98.863	13,35	646.406	25,36
X (MT, GO, DF)	748	0,26	2.228	0,30	11.381	0,45
EXTERIOR E A BORDO	1.255	0,44	155	0,02
SEM ESPECIFICAÇÃO	743	0,26	2.168	0,29
BRASILEIROS NATURALIZADOS	9.837	3,48	11.089	1,50	16.288	0,64
ESTRANGEIROS	56.816	20,07	65.503	8,85	64.203	2,52
SEM DECLARAÇÃO DE NACIONALIDADE	214	0,08	95	0,01	852	0,03
T O T A L	283.112	100,00	740.470	100,00	2.549.036	100,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

(1) Dados do Universo

(2) Na região V foi acrescentado 4 habitantes da Serra dos Aimorés

aumenta sua participação para 25,36%, seguida de perto pela região V, com 23,12%. Crescem também as contribuições da região III, com 8,33% e da região IV com 6,7%. Cai ainda mais a participação dos estrangeiros e brasileiros naturalizados neste período: 3,16%. As demais regiões representam 2,03%, do total do fluxo, que é de 2.548.184, sendo 36,77% da população total em 1970.

3.2.2 FLUXOS IMIGRATÓRIOS DO PERÍODO - CONCEITO DE LOCAL DE NASCIMENTO

Os dados dos Censos Demográficos fornecem apenas os fluxos imigratórios acumulados, isto é, pessoas que vieram para o Paraná em épocas anteriores e sobreviveram até a data do censo. Para que se pudesse obter uma estimativa do volume do fluxo entre os períodos e uma melhor avaliação das alterações ocorridas entre um período e outro, relativas à origem dos imigrantes, calculou-se o fluxo entre os períodos (vide AM 3.2.2).

Conforme a tabela 3.2.2.(a), no período 1940 - 1950, São Paulo tem 51,15% do fluxo, seguido da região V (Minas Gerais e Espírito Santo) com 25,32% e da região IX (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) com 12,38%. No período seguinte (1950 - 1970) há alterações na participação de todas as regiões, mas as mais significativas são: a região IX é a que mais contribui para o fluxo total desse período, com 29,23%; São Paulo reduz para a metade a sua participação: 25,98%; segue-se a região V (Minas Gerais e Espírito Santo) que praticamente mantém a sua posição, com um ligeiro decréscimo em termos relativos: 23,58%; aumenta a participação da região III de 2,34 em 1940 - 1950 para 10,40% entre 1950 - 1970.

Portanto, através desta metodologia, vê-se mais claramente que São Paulo tem seu ponto alto entre 1940 - 1950 e, com maior nitidez, a importância da região IX (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) entre 1950 - 1960. A importância dessa região aparecia

dissimulada nos fluxos acumulados pelo peso no total da taxa de sobrevivência dos migrantes de 1940 - 1950, onde há grande predominância de paulistas e naturais da Região V (Minas Gerais e Espírito Santo), que não permitia ver o peso dos catarinenses e riograndenses no fluxo 1950 - 1960.

Por esses dados não se pode ainda, no entanto, saber quais as regiões que liberaram mão-de-obra para o Paraná, na medida em que a primeira emigração do local de nascimento pode ter sido muito anterior, pelo fato desses migrantes já terem habitado outras regiões, antes de se mudarem para o Paraná.

TABELA 3.2.2 (a) - FLUXOS IMIGRATÓRIOS ENTRE PERÍODOS, SEGUNDO A REGIÃO DE NASCIMENTO⁽¹⁾ - PARANÁ 1940-1970

REGIÕES DE NASCIMENTO	1940-1950		1950-1970	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%
I (RO, AC, AM, RR, PA, AP)	55	0,01	2.757	0,14
II (MA, PI)	483	0,10	4.059	0,21
III (CE, RN, PB, PE, AL, FN)	11.421	2,34	200.282	10,40
IV (SE, BA)	16.137	3,30	153.379	7,96
V (MG, ES)	123.837	25,32	454.247	23,58
VI (RJ, GB)	7.230	1,48	22.708	1,18
VII (SP)	250.253	51,17	500.448	25,98
IX (SC, RS)	60.539	12,38	563.129	29,23
X (MT, GO, DF)	1.565	0,32	9.504	0,49
ESTRANGEIROS	17.501	3,58	15.974	0,83
T O T A L ⁽²⁾	489.021	100,00	1.926.487	100,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

(1) Calculado através do uso da taxa de sobrevivência nacional para cada período.

(2) Excluídas as categorias brasileiras a bordo ou no "exterior" e "sem especificação".

Como já foi mencionado, apenas o último censo demográfico permite que se conheça além do local de nascimento, o último deslocamento realizado pelos migrantes, pelos dados sobre a residência anterior. Trabalhando-se com esses dados pode-se obter informações relevantes a respeito das migrações.

Estas podem ser classificadas segundo a região de residência imediatamente anterior a atual, o que permite saber se o último movimento das pessoas foi inter-regional ou intra-regional, a situação urbana ou rural do domicílio anterior e do atual, a sua condição de ser ou não natural da região de residência anterior, e o tempo de residência no domicílio atual.

Há ainda outra classificação de migrantes pelo último censo:

- 1) Pessoas não naturais do Estado onde residem. Significa o mesmo que classificar as pessoas como migrantes segundo o local de nascimento.
- 2) Pessoas não naturais do município onde residem, que incluem tanto os não naturais do Estado, como os aí nascidos que fizeram migrações de um município para outro internamente.

Assim, pode-se saber qual o volume de migrações intra-regionais dos paranaenses e, pelo tempo de residência, consegue-se uma avaliação a respeito de uma tendência a aumentar ou diminuir esses fluxos interiores e prever suas consequências.

A informação sobre a região de residência anterior possibilita, portanto, saber se o último movimento das pessoas classificadas como migrantes no último censo demográfico ocorreu dentro do Paraná, ou de outras regiões para o Paraná.

No primeiro caso os migrantes são intra-regionais, incluindo todas as pessoas que se deslocaram de um município para outro, dentro do Estado. Isto significa que há migrações intra-regionais de paranaenses e de pessoas não naturais do Paraná. O mesmo se aplica para as migrações inter-regionais que abrangem to-

das as pessoas que residiam anteriormente em outras regiões e mudaram-se para o Paraná, inclusive paranaenses que foram e retornaram. Deve-se esclarecer, contudo, que esses dados não se referem ao número de mudanças realizadas pelos migrantes, nem onde aconteceram todas as mudanças, mas apenas à última mudança realizada até a data do censo.

A desvantagem desses dados é que eles não são diretamente comparáveis com os dados de 1940 e 1950, onde só é possível conhecer as migrações segundo o local de nascimento. De acordo com essa conceituação, todas as pessoas não nascidas na região são consideradas apenas como migrante inter-regionais, quando na verdade realizaram também migrações intra-regionais no Paraná. Isso implica numa distorção, agravada no Paraná por ser justamente um caso excepcional no Brasil, em relação a migrações intra-regionais de pessoas não naturais do estado⁽¹⁾. Por isso mesmo, quando se considera apenas o último movimento realizado, pelo conceito de residência anterior, como se fará a seguir, o volume de migrantes inter-regionais será menor do que se for considerado o conceito de local de nascimento. Deve-se observar que todos esses dados são referentes a fluxos acumulados.

3.2.3 MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS - CONCEITO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR

Nas migrações inter-regionais segundo o último movimento realizado há um fluxo acumulado em 1970 de 1.516.016 migrantes (tabela 3.2.3). A maior parte veio da Região IX, com 34,76% do fluxo e da Região VII, com 34,45%. Em seguida, vê-se a região V com 17,78%, a III com 5,07% e a IV com 3,67%. As demais regiões e o exterior contribuíram com 4,27% dessas migrações.

(1) Da Mata, Milton et alii, in "Migrações Internas no Brasil": Aspectos Econômicos e Demográficos - IPEA/INPES - Coleção Relatórios de Pesquisa nº 19, Rio de Janeiro, 1973, p. 65.

Quanto aos paranaenses que residiam anteriormente em outras regiões, procurou-se saber qual era o seu volume e quais eram as suas regiões de residência anterior. Assim, observou-se que esses paranaenses formam um fluxo acumulado total de 24.598 pessoas, que representa 1,62% do total dos fluxos inter-regionais. A maioria dos paranaenses veio de São Paulo (50,82%) e da região IX, isto é, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (25,95%). Os restantes 23,23% residiam anteriormente em outras regiões e retornarem está principalmente na proximidade territorial com o Paraná, facilidades de transportes e na existência de atividades econômicas interligadas entre essas regiões.

Confrontando-se os dados segundo o conceito de residência anterior com os descritos pela Tabela 3.2.1(a) as modificações importantes são referentes à participação da Região IX e da Região V.

A Região IX aumenta sua participação de 25,37% para 34,76% e a Região V diminui de 23,12% para 17,78%, quando se considera o último deslocamento. Essa redução será esclarecida quando forem focalizadas, mais adiante, as migrações inter-regionais dos não naturais do Paraná, por tempo de residência no Estado.

TABELA 3.2.3 (a) - MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS SEGUNDO A. REGIÃO
DE RESIDÊNCIA ANTERIOR⁽¹⁾ - PARANÁ - 1970

REGIÕES DE RESIDÊNCIA ANTERIOR	MIGRANTES	
	NÚMERO	%
I (RO, AC, AM, RR, PA, AP)	1.060	0,07
II (MA, PI)	2.040	0,13
III (CE, RN, PB, PE, AL, FN)	76.905	5,07
IV (SE, BA)	55.670	3,67
V (MG, ES)	269.500	17,78
VI (RJ, GB)	18.310	1,21
VII (SP)	522.306	34,45
IX (SC, RS)	526.927	34,76
X (MT, GO, DF)	12.285	0,81
SEM ESPECIFICAÇÃO	79	0,01
EXTERIOR	30.934	2,04
T O T A L	1.516.016	100,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

(1) Dados da Amostra

3.2.4

FLUXOS DOS IMIGRANTES POR LOCAL DE NASCIMENTO, SEGUNDO AS REGIÕES DE RESIDÊNCIA ANTERIOR

Aqui foram utilizados os dois conceitos de migrantes ao mesmo tempo. O total de pessoas migrantes, pela definição de migrante como toda pessoa cujo local de nascimento é diferente do atual, foi distribuído pelas regiões de residência anterior ao Paraná. Dessa forma pode-se comparar as regiões que mais contribuem para o fluxo imigratório, segundo a residência anterior, com os resultados obtidos pela Tabela 3.2.1 (a) (fluxos acumulados segundo o local de nascimento).

Pode ser verificado na Tabela 3.2.4 (a), que a composição dos fluxos segundo a região de residência anterior não difere em grandes proporções da composição dos fluxos segundo o local de nascimento. De um total de 2.543.007 imigrantes no estado em 1970⁽²⁾, a maior contribuição foi da Região VII, com 31,68%, seguida da Região IX com 26,26% e da Região V com 22,34%. As demais regiões contribuem com 19,72% do fluxo. Entre essas cabe destacar a Região III com 8,05% e a Região IV com 6,45%.

Comparando-se os resultados obtidos com a aplicação dos dois conceitos de migração (Tabela 3.2.1 (a) e 3.2.4 (a)) verifica-se que, quando se considera a residência anterior, diminui a participação de todas as regiões, excluindo a VII e IX. A explicação é dada pelo fato de que pessoas originárias de outras regiões aí residiram antes de mudarem para o Paraná.

Considerando-se apenas as pessoas cujo último movimento foi: região de residência anterior ao Paraná, das que não eram naturais dessas regiões, obtém-se um total de 190.074 pessoas (7,47% do fluxo acumulado de 2.543.007 pessoas). Desse total, a maior parte é da Região VII, com 59,02%. Em seguida vem a Região IX, com 22,43%.

São essas, portanto, as principais regiões de residência de pessoas naturais de outras regiões, antes de mudarem para o Paraná.

(2) OBS.: Há uma diferença entre esse total e o da Tabela 3.2.1 por corresponderem a dados amostrados e ao levantamento do universo, respectivamente.

TABELA 3.2.4 (a) - FLUXOS ACUMULADOS DAS IMIGRAÇÕES PARA O PARANÁ SEGUNDO A NATURALIDADE DOS IMIGRANTES E AS REGIÕES DE SAÍDA - PARANÁ 1970

REGIÕES DE SAÍDA	TOTAL		NATURAIS DA REGIÃO DE SAÍDA		NÃO NATURAIS DA REGIÃO DE SAÍDA	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
I (RO, AC, AM, RR, PA, AP)	1.468	0,05	1.004	0,04	464	0,24
II (MA, PI)	5.041	0,20	4.728	0,20	313	0,17
III (CE, RN, PB, PE, AR, FN)	204.775	8,05	199.445	8,48	5.330	2,80
IV (SE, BA)	164.249	6,45	161.543	6,87	2.706	1,42
V (MG, ES)	568.155	22,34	555.128	23,59	13.027	6,86
VI (RJ, GB)	31.440	1,24	25.971	1,10	5.469	2,89
VII (SP)	805.518	31,68	693.339	29,47	112.179	59,02
IX (SC, RS)	677.716	26,26	625.076	26,57	42.640	22,43
X (MT, GO, DF)	11.101	0,44	4.230	0,17	6.871	3,61
SEM ESPECIFICAÇÃO	-	-	-	-	79	0,04
EXTERIOR	83.544	3,29	82.549	3,51	996	0,52
T O T A L	2.543.007	100,00	2.352.933	100,00	190.074	100,00

FONTES: IBGE/CA - IPARDES

3.2.5 CARACTERÍSTICAS DA FIXAÇÃO DOS IMIGRANTES POR LOCAL DE NASCIMENTO PELO TEMPO DE RESIDÊNCIA NO ESTADO.

Com o tempo de residência dos imigrantes no Estado, pode-se avaliar a tendência de aceleração, ou pelo contrário, de diminuição dos movimentos inter-regionais segundo as regiões de saída. Outra vantagem da utilização do tempo de residência é que se pode conhecer com segurança o período em que se deram os movimentos inter-regionais na última década, o que será útil para uma confirmação dos resultados obtidos com o cálculo dos fluxos entre os períodos (tabela 3.2.5.(a)e (b)).

Na tabela 3.2.5 (a) e (b) os dados referentes aos fluxos anuais foram agrupados em menos de 1 até 5 anos de residência. A razão de se agrupar dessa maneira os dados anuais, está em terem apresentado o mesmo comportamento quando analisados isoladamente.

Aqui também se confirma que as regiões que mais contribuíram com a migração do Paraná foram a IX com 34,85%, a região VII com 34,19% e a região V com 17,96%. Entretanto, considerando o tempo de residência observa-se uma mudança completa no que se refere aos fluxos de pessoas originárias da região VII e da região IX. Entre os residentes no Paraná há 11 anos e mais, 42,60% vieram de São Paulo e 27,30% da região IX.

Entre os migrantes de 6 a 10 anos de residência, a participação de São Paulo cai para 28,34%, enquanto que a da região IX eleva-se para 40,30%.

Essa mudança se acentua entre os migrantes de até 5 anos de residência, onde a região IX tem 40,38% do fluxo e a região VII reduz a sua participação para 27,81%. Além dessas, outras mudanças acontecem em relação as regiões III e V que aumentam sua participação entre os migrantes mais novos.

Num total de 1.491.418 migrantes inter-regionais, os de 11 anos e mais representam 42,24%; os de 6 a 10, 24,05% e os de menos

TABELA 3.2.5 (a) - MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS DOS NÃO NATURAIS DO PARANÁ SEGUNDO A REGIÃO DE RESIDÊNCIA
ANTERIOR E TEMPO DE RESIDÊNCIA NO PARANÁ⁽¹⁾ - PARANÁ 1970

REGIÃO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR	TOTAL	1 A 5 ANOS	6 A 10 ANOS	11 A + ANOS	SEM
		DE RESIDÊNCIA	DE RESIDÊNCIA	DE RESIDÊNCIA	ESPECIFICAÇÃO
I (RO, AC, AM, RR, PA, AP)	944	456	103	385	-
II (MA, PI)	2.007	717	214	1.076	-
III (CE, RN, PB, PE, AL, FN)	75.990	28.683	16.644	30.663	-
IV (SE, BA)	55.288	15.595	15.010	24.674	9
V (MG, ES)	267.917	97.854	71.053	99.006	4
VI (RJ, GB)	17.806	5.972	4.128	7.706	-
VII (SP)	509.805	139.754	101.646	268.392	13
IX (SC, RS)	519.477	202.895	144.556	172.007	19
X (MT, GO, DF)	11.523	7.090	2.088	2.345	-
SEM ESPECIFICAÇÃO	67	-	-	18	49
EXTERIOR	30.594	3.593	3.224	23.777	-
T O T A L	1.491.418	502.603	358.666	630.049	94

FONTE: IBGE/CD

(1) Dados da Amostra

de 1 até 5 anos de residência, 33,70%. Essas proporções podem levar a se pensar num incremento das migrações na última década, mas deve-se atentar para o seguinte:

- 1) O total de imigrantes em 1970 significa o total de imigrantes sobreviventes até 1970, os que não retornaram à sua região de origem ou não emigraram para outras regiões;
- 2) Quando se considera o total dos fluxos, não se leva em conta o aumento da população, o que tende a superestimá-los;
- 3) Os migrantes de mais tempo de residência são os que realizam mais migrações intra-regionais, o que dá uma aparência de maior fluxo migratório inter-regional nos períodos mais recentes.

TABELA 3.2.5. (b) MIGRAÇÕES INTER-REGIONAIS DOS NÃO NATURAIS DO PARANÁ, SEGUNDO AS REGIÕES DE RESIDÊNCIA ANTERIOR E TEMPO DE RESIDÊNCIA NO PARANÁ (1)
PARANÁ - 1970 - PERCENTAGEM.

REGIÕES	TOTAL	1 a 5	6 a 10	11 e +
I (RO, AC, AM, RR, PA, AP)	0,06	0,09	0,03	0,06
II (MA, PI)	0,13	0,14	0,06	0,17
III (CE, RN, PB, PE, AL, FN)	5,10	5,70	4,64	4,87
IV (SE, BA)	3,70	3,10	4,18	3,92
V (MG, ES)	17,96	19,47	19,81	15,71
VI (RJ, GB)	1,19	1,19	1,15	1,22
VII (SP)	34,19	27,81	28,34	42,61
IX (SC, RS)	34,85	40,38	40,31	27,30
X (MT, GO, DF)	0,77	1,41	0,58	0,37
	2,05	0,71	0,90	3,77
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

(1) Dados da Amostra.

3.2.6

ORIGEM E VOLUME DOS FLUXOS - CONCLUSÕES

A maior parte dos migrantes residentes no Paraná procede da região VII (São Paulo), da região IX (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e da região V (Minas Gerais e Espírito Santo). O pico da imigração São Paulo-Paraná se dá na década 1940-1950, onde, no final do período, São Paulo tem 47,6% de todo o fluxo migratório acumulado. Esse período é justamente o da grande expansão da cafeicultura paulista em terras do norte paranaense.

Conforme o que já se falou anteriormente a esse respeito, não se atribui essa migração a fatores de estagnação no meio rural paulista.

Foi o desenvolvimento do mesmo tipo de cultura que se fazia em São Paulo por pessoas que dispunham de capital e conhecimentos tecnológicos para a exploração dessas terras.

Na medida em que se esgota essa fronteira e o crescimento da cafeicultura diminui (na década de 1960), decresce a migração São Paulo-Paraná. No período seguinte, ou seja, 1950-1970 (já que não existem dados referentes a 1960) aumentam os fluxos oriundos da região IX (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) intensificando o povoamento do sudoeste paranaense. No período 1960-1970 a região IX vai representar 29,23% do fluxo, isto é, a maioria, e no final do mesmo período, 25,37% de todo o fluxo acumulado. Quando se considera o tempo de residência no Estado, observa-se que na última década os imigrantes provenientes da região IX (basicamente do Rio Grande do Sul) representam mais de 40% do total das migrações inter-regionais.

Em 1940 havia uma grande proporção de estrangeiros e brasileiros naturalizados em relação ao total do fluxo acumulado. Essa proporção vai decrescendo nas décadas seguintes, quando a imigração estrangeira perde a importância como fator de incremento da população estadual.

Outra região a enviar grande proporção de migrantes para o Paraná é a região V (Minas Gerais e Espírito Santo), tipicamente de saídas de migrantes, cujo êxodo se deve tanto a uma situação de estagnação quanto a mudanças no tipo de atividade agrícola, ou seja, substituição das culturas permanentes pela criação de gado.

A vinda de pessoas dessa região ocorre principalmente a partir da década de 1950. A região V tem no período 1950-1970, 23,58% dos fluxos. Nesse período, aumentam ainda os fluxos oriundos da região III (Nordeste), quando aumentam também as saídas dessa região, dado as secas que aí ocorreram na década de 1950 a 1960.

A tendência a diminuir a importância das imigrações provenientes de São Paulo é também demonstrada quando se considera o último deslocamento realizado pelos migrantes. Pelo conceito de residência anterior, todas as regiões diminuem a participação, menos a região VII e IX, o que significa que naturais de outras regiões que residiam no Paraná em 1970 procuraram essas regiões principalmente antes de se mudarem para o Paraná.

Em conclusão, pode-se explicar esses fluxos, pelas condições de estagnação ou de mudança nas regiões de origem e pela sua proximidade (São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), mas principalmente pelo surgimento de novas oportunidades, numa região ainda com grande disponibilidade de terras.

3.3.1

FLUXOS MIGRATÓRIOS SEGUNDO A ORIGEM E O DESTINO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO RURAL E URBANA

A alocação da força de trabalho, segundo as atividades regionais predominantes, se expressa também através da orientação dos fluxos migratórios, que se dirigem para as cidades ou para o campo e determinam a proporção dessa distribuição urbano-rural.

No Paraná, cuja atividade predominante é a agricultura, a população se dirigiu principalmente para o meio rural. Os migrantes com situação de domicílio rural representam 65,10% de todo o fluxo acumulado.

O relacionamento desses fluxos com o período em que ocorreram é importante para que se possa perceber se a direção dos fluxos continua sendo basicamente para o meio rural ou sofre alguma alteração em relação a situações anteriores. Há duas maneiras de se trabalhar com esse fator: uma é através do cálculo da migração líquida, utilizando-se as taxas de incremento da população total⁽³⁾, permitindo saber, em cada período, o saldo líquido migratório, positivo ou negativo para a população rural e para a urbana. Outra maneira é através dos dados censais sobre o tempo de residência no domicílio. No entanto, este caminho tem a desvantagem de permitir apenas precisar as tendências de orientação dos fluxos na última década. As migrações anteriores a 1960 são representadas pelo censo como "11 anos e mais de residência", que significa o fluxo acumulado até 1959, sobrevivente em 1970.

Importante ainda é destacar as orientações dos fluxos segundo tenham ocorrido interna ou externamente, isto é, segundo os fluxos intra-regionais e inter-regionais. Para tal abordagem, nem

(3) Vide Anexo Metodológico 3.3.1

todos os dados são obtidos diretamente nas publicações do Censo-Demográfico, por isso recorreu-se em parte aos dados do trabalho de Milton de Mata e outros⁽⁴⁾ onde foram utilizadas tabulações especiais do IBI/IBGE para sua obtenção.

3.3.1.1 FLUXOS INTER-REGIONAIS E INTRA-REGIONAIS NO TOTAL DOS FLUXOS

Existiam no Paraná, pelo Censo Demográfico de 1970, um total de 3.895.549 pessoas migrantes (Tabela 3.3.1.1 (a)). Esse número inclui todas as migrações, isto é, tanto intra-regionais como inter-regionais (pelo conceito de residência anterior) e de naturais e não naturais.

Os migrantes intra-regionais representam uma porção importante no conjunto das migrações, atingindo um total de 2.379.533 pessoas o que significa 61,08% de todos os fluxos. Entre os migrantes intra-regionais, 1.051.589 (44,19%), são pessoas não naturais do Paraná (Tabela 3.3.1.1 (a) e 3.3.1.1 (b)). O significativo volume desses movimentos de pessoas não naturais do Paraná sugere que esteja ocorrendo uma busca de novas oportunidades, desde que a ocupação do território paranaense está praticamente completada. Os paranaenses que migram internamente são 1.327.944, constituindo 55,81% do total desses movimentos. Deve-se considerar também que parte desses paranaenses são membros das famílias dos naturais de outras regiões, o que aumenta o volume dos fluxos intra-regionais dessas pessoas.

Nas tabelas desse ítem os fluxos segundo a situação de domicílio anterior e na data do censo são relacionados com o tempo de residência no município.

(4) da Mata, op. cit.

TABELA 3.3.1.1 (a) MIGRAÇÕES INTER E INTRA-ESTADUAIS SEGUNDO A NATURALIDADE DOS MIGRANTES - PARANÁ 1970

	MIGRAÇÕES TOTAL		MIGRAÇÕES INTER-ESTADUAIS		MIGRAÇÕES INTRA-ESTADUAIS	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
NATURAIS DO PARANÁ	1.352.542	34,72	24.598	1,62	1.327.944	55,81
NÃO NATURAIS DO PARANÁ	2.543.007	65,28	1.491.418	98,38	1.051.589	44,19
T O T A L	3.895.549	100,00	1.516.016	100,00	2.379.533	100,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

(1) Dados da Amostra.

TABELA 3.3.1.1 (b) MIGRAÇÕES INTER E INTRA-ESTADUAIS SEGUNDO A NATURALIDADE DOS MIGRANTES - PARANÁ 1970 - PERCENTAGEM

NATURALIDADE	MIGRAÇÕES - TOTAL	MIGRAÇÕES INTER-ESTADUAIS	MIGRAÇÕES INTRA-ESTADUAIS
NATURAIS DO PARANÁ	100,00	1,82	98,18
NÃO NATURAIS DO PARANÁ	100,00	58,65	41,35
T O T A L	100,00	38,92	61,08

FONTE: Tabela 3.3.1.1.(a)

(1) Dados da Amostra.

3.3.1.2 TOTAL DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS SEGUNDO A ORIENTAÇÃO DOS FLUXOS

Do total dos fluxos acumulados até 1970 de naturais e não naturais do Paraná (tabela 3.3.1.2.(a)), os fluxos rurais-rurais atingem 59,16% do total das migrações no Paraná e são predominantes em todo o período 1960-1970, quando representam 62,92%. Também são predominantes no fluxo acumulado até 1959 (11 anos e mais de residência), com 50,9%. Entre todos os migrantes, 2.536.145 pessoas dirigiram-se para o meio rural.

As migrações com destino rural representam 65,1% e as com destino urbano 34,9%, sendo que as migrações urbanas-urbanas são muito superiores às rurais-urbanas.

Contudo, é importante notar que ao considerarem apenas o último movimento que as pessoas fizeram, esses fluxos podem subestimar uma migração rural-urbana mais intensa e ressaltar os fluxos urbanos-urbanos. Pode-se ainda verificar, em relação a esses fluxos, que os ocorridos anteriormente a 1960 destinavam-se, numa proporção maior que as posteriores, às cidades, isto é, 44,37%. Na década de 1960-1970, os fluxos com destino urbano foram de 28,27%, caracterizando-se portanto por uma diminuição dos movimentos em direção às cidades, em relação aos fluxos anteriores.

3.3.1.3 FLUXOS MIGRATÓRIOS DAS PESSOAS NÃO NATURAIS DO PARANÁ, SEGUNDO A ORIENTAÇÃO DOS FLUXOS

No que se refere às pessoas não naturais do Paraná, existem algumas diferenças na orientação dos fluxos, como se pode observar pela tabela 3.3.1.3 (a).

Esses migrantes seriam considerados como inter-regionais pelo conceito de local de nascimento, visto que a sua origem é outra região. Deve ficar claro, no entanto, que esses fluxos podem ter ocorrido tanto de outras regiões para o Paraná, como dentro

TABELA 3.3.1.2 (a) PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE RESIDEM, SEGUNDO OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E O TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO - PARANÁ 1970 - PERCENTAGEM

TEMPO DE RESIDÊNCIA	FLUXOS MIGRATÓRIOS	TOTAL	RURAL	URBANO	URBANO	RURAL	SEM DECLARAÇÃO DE DE DOMICÍLIO ANTERIOR	
			URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	ATUAL URBANO	ATUAL RURAL
- 1 ano		100,00	9,90	8,43	22,55	59,12	-	-
1 ano		100,00	8,88	7,42	18,85	64,85	-	0,00
2 anos		100,00	9,14	7,00	22,30	61,56	-	-
3 anos		100,00	9,31	6,73	21,17	62,79	0,00	-
4 anos		100,00	10,21	6,24	20,44	63,11	0,00	-
5 anos		100,00	10,79	5,21	19,05	64,95	-	0,00
6 a 10 anos		100,00	11,88	4,93	20,27	62,92	0,00	0,00
11 e mais anos		100,00	15,26	4,73	29,11	50,90	0,00	0,00
Sem declaração		100,00	15,38	4,62	8,46	11,54	21,54	38,46
TOTAL		100,00	11,75	5,95	23,14	59,16	0,00	0,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

TABELA 3.3.1.2. (b) PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE RESIDEM, SEGUNDO OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E O TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO - PARANÁ 1970

TEMPO DE RESIDÊNCIA	FLUXOS MIGRATÓRIOS	TOTAL	RURAL	URBANO	URBANO	RURAL	SEM DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR	
			URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	ATUAL URBANO	ATUAL RURAL
- 1 ano		541.658	53.642	45.635	122.168	320.209	-	4
1 ano		313.773	27.872	23.289	59.133	203.475	-	4
2 anos		323.268	29.548	22.629	72.081	199.010	-	-
3 anos		268.594	25.013	18.082	56.854	168.638	7	-
4 anos		233.013	23.798	14.535	47.621	147.051	8	-
5 anos		244.496	26.368	12.737	46.573	158.791	-	27
6 a 10 anos		864.949	102.779	42.667	175.263	544.209	24	7
11 e mais anos		1.105.668	168.654	52.334	321.767	562.823	46	34
Sem declaração		130	20	6	11	15	28	50
TOTAL		3.895.549	457.694	231.924	901.471	2.304.221	113	126

FONTE: IBGE/CD

TABELA 3.3.1.2 (c) PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO ONDE RESIDEM, SEGUNDO OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E O TEMPO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO - PARANÁ 1970 - PERCENTAGEM

TEMPO DE RESIDÊNCIA	FLUXOS MIGRATÓRIOS	TOTAL	RURAL	URBANO	URBANO	URBANO	SEM DECLARAÇÃO DE DE DOMICÍLIO ANTERIOR	
			URBANO	RURAL	RURAL	RURAL	ATUAL URBANO	ATUAL RURAL
- 1 ano		13,90	11,72	19,67	13,55	13,90	-	3,17
1 ano		8,05	6,09	10,04	6,56	8,83	-	3,17
2 anos		8,30	6,46	9,76	8,00	8,64	-	-
3 anos		6,90	5,47	7,80	6,31	7,32	6,19	-
4 anos		5,98	5,20	6,28	5,28	6,38	7,08	-
5 anos		6,28	5,76	5,49	5,16	6,89	-	21,43
6 a 10 anos		22,21	22,46	18,40	19,44	23,61	21,24	5,56
11 mais anos		28,38	36,84	22,56	35,70	24,43	40,71	26,98
Sem declaração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24,78	39,69
TOTAL		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

TABELA 3.3.1.3 (a) PESSOAS NÃO NATURAIS DO PARANÁ, SEGUNDO OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E O TEMPO DE RESIDÊNCIA NO PARANÁ - PARANÁ 1970 - PERCENTAGEM

TEMPO DE RESIDÊNCIA	FLUXOS MIGRATÓRIOS	TOTAL	RURAL	URBANO	URBANO	RURAL	SEM DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR	
			URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	ATUAL URBANO	ATUAL RURAL
- 1 ano		100,00	6,78	9,93	27,82	55,46	-	-
1 ano		100,00	6,00	8,44	19,83	65,73	-	-
2 anos		100,00	6,40	7,33	21,20	65,07	-	-
3 anos		100,00	6,60	6,91	20,20	66,29	0,00	-
4 anos		100,00	6,29	6,25	17,22	70,24	-	-
5 anos		100,00	7,06	5,82	14,70	72,42	-	-
6 a 10 anos		100,00	9,45	5,56	15,73	69,55	0,00	-
11 e mais anos		100,00	14,68	6,03	22,78	57,52	0,00	0,00
Sem declaração		100,00	21,27	6,38	8,51	15,96	29,79	18,09
TOTAL		100,00	11,50	5,67	20,51	62,32	0,00	0,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

do Estado, já que se considera a situação de domicílio no município de residência anterior. Como se observou anteriormente, 44,19% das pessoas não naturais do Paraná realizaram aqui migrações internas.

A proporção dos fluxos rurais-rurais é bem maior aqui, com 62,32% do total de 2.543.007 imigrantes. Na década 1960-1970, eles foram de 69,55%. As migrações com destino rural são 67,99% no total, sendo 74,04% na década 1960-1970 e em 1965 (5 anos de residência), atingem 78,24% do fluxo. Nas migrações com destino urbano, a maior parte está entre os residentes no Paraná há 11 anos e mais (37,45%).

É importante notar que embora os fluxos com destino rural sejam predominantes, há uma nítida tendência a aumentarem os fluxos urbanos-urbanos, no período posterior a 1965, como se constata pela Tabela 3.3.1.3 (b). Desde que os migrantes com menor tempo de residência estão menos sujeitos a novos movimentos na região de destino, pode-se supor que esses fluxos urbanos-urbanos são basicamente movimentos inter-regionais. Isso evidenciaria uma nova tendência nas entradas de migrantes para o Paraná, ou seja, movimentos de cidades de outras regiões para cidades paranaenses.

3.3.1.4 FLUXOS MIGRATÓRIOS DOS PARANAENSES, SEGUNDO A ORIENTAÇÃO DOS FLUXOS

Os paranaenses realizaram quase somente migrações internas (98,38% do total das migrações de paranaenses), por isso, quando se faz referência às suas migrações, elas podem ser consideradas praticamente intra-regionais. A forma de apresentação dos dados pelo Censo Demográfico não permite que seja utilizado o tempo de residência para essas migrações. Os resultados da Tabela 3.3.1.4 (a), foram obtidos por diferença entre o total da Tabela 3.3.1.1 (a) e da Tabela 3.3.1.3 (b).

Entre os paranaenses, do mesmo modo que entre os não naturais, os fluxos rurais-rurais são a maior parte, 53,2%. As migrações com destino rural perfazem 59,69% e as com destino urbano 40,31%,

TABELA 3.3.1.3. (b) PESSOAS NÃO NATURAIS DO PARANÁ, SEGUNDO OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E O TEMPO DE RESIDÊNCIA NO PARANÁ - PARANÁ 1970

TEMPO DE RESIDÊNCIA	FLUXOS MIGRATÓRIOS	TOTAL	RURAL	URBANO	URBANO	RURAL	SEM DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR	
			URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	ATUAL URBANO	ATUAL RURAL
- 1 ano		113.484	7.703	11.270	31.574	62.937	-	-
= 1 ano		84.400	5.065	7.129	16.734	55.472	-	-
2 anos		100.783	6.451	7.392	21.362	65.578	-	-
3 anos		98.892	6.530	6.834	19.965	65.560	3	-
4 anos		105.319	6.633	6.580	18.126	73.980	-	-
5 anos		123.254	8.704	7.169	18.116	89.265	-	-
6 a 10 anos		577.895	54.668	30.392	90.875	401.939	21	-
11 e mais anos		1.338.886	196.571	67.404	304.874	769.968	42	27
Sem declaração		94	20	6	8	15	28	17
TOTAL		2.543.007	292.345	144.176	521.634	1.584.714	94	44

FONTE: IBGE/CD

TABELA 3.3.1.3 (c) PESSOAS NÃO NATURAIS DO PARANÁ, SEGUNDO OS FLUXOS MIGRATÓRIOS E O TEMPO DE RESIDÊNCIA NO PARANÁ - PARANÁ 1970 - PERCENTAGEM

TEMPO DE RESIDÊNCIA	FLUXOS MIGRATÓRIOS	TOTAL	RURAL	URBANO	URBANO	RURAL	SEM DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO ANTERIOR	
			URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	ATUAL URBANO	ATUAL RURAL
- 1 ano		4,46	2,63	7,82	6,05	3,97	-	-
1 ano		3,32	1,73	4,94	3,21	3,50	-	-
2 anos		3,96	2,21	5,13	4,10	4,14	-	-
3 anos		3,89	2,23	4,74	3,83	4,14	3,19	-
4 anos		4,14	2,27	4,56	3,47	4,67	-	-
5 anos		4,85	2,98	4,97	3,47	5,63	-	-
6 a 10 anos		22,72	18,70	21,08	17,42	25,36	22,34	-
11 e mais anos		52,66	67,24	46,76	58,45	48,59	44,68	61,36
Sem declaração		0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	29,79	38,64
TOTAL		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

TABELA 3.3.1.4 (a) - PESSOAS NATURAIS DO PARANÁ, SEGUNDO OS FLUXOS MIGRATÓRIOS - PARANÁ 1970

	TOTAL	RURAL	URBANO	URBANO	RURAL	SEM DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO	
		URBANO	RURAL	URBANO	RURAL	ATUAL URBANO	ATUAL RURAL
NÚMERO	1.352.542	165.349	87.748	379.837	719.507	19	82
PERCENTUAIS	100,00	12,23	6,49	28,08	53,20	0,00	0,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

3.3.2

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO MIGRANTE POR SEXO E SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO SEGUNDO O TEMPO DE RESIDÊNCIA NO PARANÁ

De todo o fluxo imigratório acumulado no Paraná, segundo o conceito de local de nascimento, 67,99% das pessoas tem uma situação de domicílio rural, enquanto 32,01% tem uma localização urbana (Tabelas 3.3.2 (a) e 3.3.2 (b)).

A maior proporção de migrantes com situação urbana, 37,46%, é a residente há 11 anos e mais. Entre os migrantes de menos tempo de residência, essa proporção é bem menor, com exceção dos residentes há menos de 1 ano, isto é, os que vieram para o Paraná em 1970. Considerando-se os migrantes residentes há menos de um ano, à primeira vista, parece estar ocorrendo uma nova tendência em relação às entradas de migrantes no Paraná: os fluxos urbanos-urbanos apresentam um aumento constante. Deve-se levar em conta, contudo, que quanto menor o tempo de residência, os migrantes estarão mais sujeitos à ocorrência das variáveis: retorno, mortalidade e migrações internas na região de destino. Isso significa, portanto, que o volume desses fluxos não pode ser tomado seguramente como mudanças nas tendências migratórias.

Evidencia-se pelas Tabelas 3.3.2 (a) e 3.3.2 (c) que no conjunto dos fluxos com destino urbano há um ligeiro predomínio de homens (50,11%), mas em alguns períodos as mulheres são a maioria, o que se verifica principalmente nos dois anos mais recentes (1969 e 1970). A existência de maiores oportunidades de emprego feminino no meio urbano pode explicar as maiores proporções de imigrantes mulheres nas cidades. No meio rural os homens são nitidamente predominantes.

TABELA 3.3.2 (a) PESSOAS NÃO NATURAIS DO PARANÁ, POR SEXO, DOMICÍLIO ATUAL E TEMPO DE RESIDÊNCIA NO PARANÁ - PARANÁ 1970

TEMPO DE RESIDÊNCIA	TOTAL GERAL	DOMICÍLIO ATUAL URBANO			DOMICÍLIO ATUAL RURAL		
		TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
- 1 ano	113.484	39.277	19.127	20.150	74.207	40.779	33.428
1 ano	84.400	21.799	10.537	11.262	62.601	33.942	28.659
2 anos	100.783	27.813	13.973	13.840	72.970	39.185	33.785
3 anos	98.892	26.498	13.068	13.430	72.394	38.714	33.680
4 anos	105.319	24.759	12.276	12.483	80.560	43.067	37.493
5 anos	123.254	26.820	13.201	13.619	96.434	51.823	44.611
6 a 10 anos	577.895	145.564	72.852	72.712	432.331	232.893	199.438
11 e mais anos	1.338.886	501.487	252.886	248.601	837.399	460.332	377.067
Sem declaração	94	56	36	20	38	24	14
T O T A L	2.543.007	814.073	407.956	406.117	1.728.934	940.759	788.175

FONTE: IBGE/CD

TABELA 3.3.2 (b) - PESSOAS NÃO NATURAIS DO PARANÁ, SEGUNDO DOMICÍLIO ATUAL E TEMPO DE RESIDÊNCIA NO ESTADO
PERCENTAGENS - PARANÁ - 1970

TEMPO DE RESIDÊNCIA	TOTAL %	DOMICÍLIO ATUAL URBANO	DOMICÍLIO ATUAL RURAL
1 ano	100	34,61	65,39
1 ano	100	25,83	74,17
2 anos	100	27,60	72,40
3 anos	100	26,79	73,21
4 anos	100	23,51	76,49
5 anos	100	21,76	78,24
6 a 10 anos	100	25,19	74,81
11 anos e +	100	37,46	62,54
Sem Declaração	100	59,57	40,43
 T O T A L	100	32,01	67,99

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

TABELA 3.3.2.(c) - COMPOSIÇÃO, POR SEXO, DAS PESSOAS NÃO NATURAIS DO PARANÁ, SEGUNDO O DOMICÍLIO ATUAL E O TEMPO DE RESIDÊNCIA NO PARANÁ - PARANÁ 1970 - PERCENTAGEM

TEMPO DE RESIDÊNCIA	DOMICÍLIO ATUAL URBANO			DOMICÍLIO ATUAL RURAL		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
- 1 ano	100,00	48,70	51,30	100,00	54,95	45,05
1 ano	100,00	48,34	51,66	100,00	54,22	45,78
2 anos	100,00	50,24	49,76	100,00	53,70	46,30
3 anos	100,00	49,32	50,68	100,00	53,48	45,52
4 anos	100,00	49,58	50,42	100,00	53,46	46,54
5 anos	100,00	49,22	50,78	100,00	53,74	46,26
6 a 10 anos	100,00	50,05	49,05	100,00	53,87	46,13
11 e mais anos	100,00	50,43	49,57	100,00	54,97	45,03
Sem declaração	100,00	64,29	35,71	100,00	63,16	36,84
T O T A L	100,00	50,11	49,89	100,00	54,41	45,59

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

PARTICIPAÇÃO DAS MIGRAÇÕES NO INCREMENTO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL

A população do Paraná se concentra, na sua maior parte, na zona rural (tabela 3.4 (a)). O quadro urbano é definido por leis municipais, sendo que o censo considera como população urbana a recenseada dentro dos limites das cidades e vilas e, como rural, a que se situa fora desses limites.

TABELA 3.4. (a) POPULAÇÃO TOTAL, URBANA E RURAL - PARANÁ 1940-1970 - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

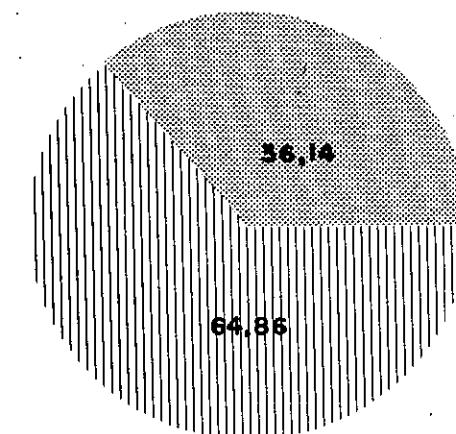
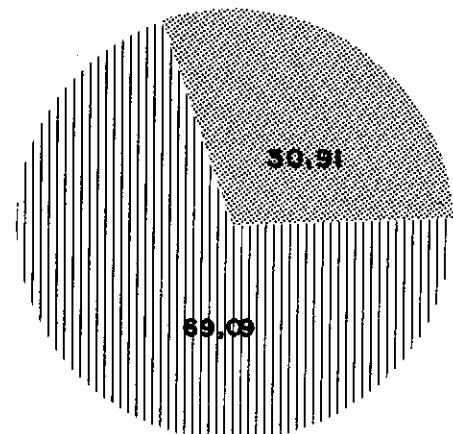
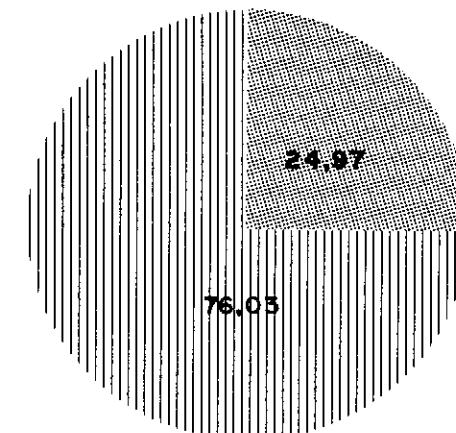
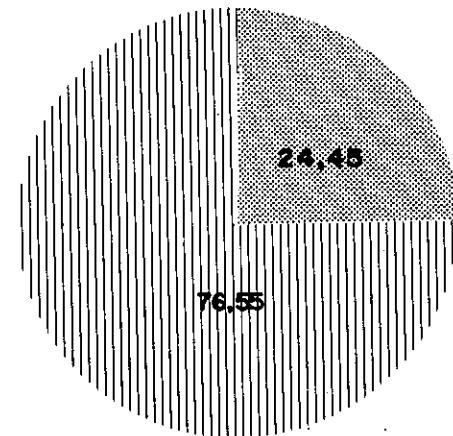
	1940		1950		1960		1970	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
População Urbana	302.272	24,45	528.288	24,97	1.327.982	30,91	2.504.378	36,14
População Rural	934.004	75,55	1.587.259	76,03	2.968.393	69,09	4.425.490	63,86
População Total	1.236.276	100,00	2.115.547	100,00	4.296.375	100,00	6.929.868	100,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES.

A população rural é ainda maior se se considerar que grande parte dos municípios tem uma população urbana inferior a 2.000 habitantes. Pela tabela 3.4.(b) observa-se que são 104 os municípios de menos de 2.000 habitantes com um total de população urbana de 130.245, representando 5,20% da população urbana total do Estado. Sabe-se que nas concentrações urbanas com um efectivo populacional inferior a 2.000, a maioria dos habitantes dedica-se a atividades rurais, o setor terciário é muito pequeno e o setor secundário praticamente não existe.

PRANCHA 3.4. (1^a)

POPULAÇÃO URBANA E RURAL - PARANÁ



URBANA



RURAL

TABELA 3.4 (b) - NÚMERO DE MUNICÍPIOS E SEU EFETIVO POPULACIONAL SEGUNDO GRUPOS DE POPULAÇÃO URBANA - PARANÁ 1970

GRUPOS DE POPULAÇÃO URBANA	Nº DE MUNICÍPIOS	EFETIVO DE POPULAÇÃO URBANA	%
até 1.000	33	24.063	0,96
1.001 a 2.000	71	106.182	4,24
2.001 a 5.000	97	313.278	12,51
5.001 a 10.000	40	264.052	10,54
10.001 a 20.000	28	366.620	14,64
20.001 a 50.000	14	416.875	16,65
50.001 a 100.000	1	52.125	2,08
100.001 a 500.000	3	376.702	15,04
500.001 a mais	1	584.481	23,34
T O T A L	288	2.504.378	100,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

3.4.1 TAXAS DE URBANIZAÇÃO

Nota-se pela tabela 3.4.1 (a) um aumento relativo constante da população urbana, principalmente depois da década de 1950. Esse aumento a partir daí é decorrente, basicamente, da própria rapidez da colonização agrícola, que se fez com a implantação de centros urbanos. Por esse motivo se explica também o fato da taxa de urbanização ter sido maior entre 1950-1960 do que entre 1960-1970. A agricultura com bases comerciais exigiu uma infra-estrutura urbana adequada.

TABELA 3.4.1 (a) TAXAS DE URBANIZAÇÃO - PARANÁ 1940 A 1970

PERÍODO	TAXAS
1940-1950	1,02
1950-1960	1,24
1960-1970	1,17

FONTE: IBGE/CD - IPARDES (vide AM 3.4.1)

Como se pode observar pelas taxas de incremento da população urbana e rural, o ritmo de crescimento da população urbana é muito mais intenso que o da população rural. Levando-se em conta que as taxas de natalidade são menores no meio urbano do que no rural, embora a mortalidade também o seja, o crescimento mais rápido da população urbana significa que a explicação está muito mais nos componentes migratórios que nos vegetativos.

Os fluxos migratórios dos não naturais e dos naturais do Paraná, já foram analisados quanto ao volume segundo a orientação. Serão analisados agora enquanto saldo positivo para a população urbana e rural: Quanto aos fluxos considerados exclusivamente, da perspectiva da região de residência anterior, serão apresentados segundo sejam intra-regionais ou inter-regionais conforme o destino do fluxo para se poder aferir, dessa perspectiva, o saldo positivo para a população urbana e rural. Da comparação entre os dados obtidos por um e outro conceito poderá-se inferir algumas tendências.

MIGRAÇÕES INTRA-REGIONAIS E INTER-REGIONAIS SEGUNDO A ORIENTAÇÃO DOS FLUXOS (5) CONCEITO DE RESIDÊNCIA ANTERIOR, PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES NO TOTAL DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL.

Até aqui analisaram-se os fluxos dos não naturais do município segundo fossem ou não naturais do Paraná, sem ser possível identificar se esses deslocamentos foram realizados por pessoas já residentes no Paraná na situação de origem do último fluxo (intra-regional) ou de pessoas que antes do último deslocamento residiam em outras regiões (inter-regional). A partir de tabulações especiais, da Mata e colaboradores estudaram esses movimentos segundo a residência anterior ser ou não no Paraná. Os dados serão aqui apresentados na forma em que contribuem para a compreensão dos fluxos migratórios no âmbito deste trabalho.

A possibilidade de se avaliar os fluxos rurais e urbanos inter-regionais (não só no seu sentido de entrada no Paraná como no de saída do Paraná para outras regiões) permite importantes constatações para o incremento da população urbana e rural, embora aqui não se leve em conta o conceito de local de nascimento.

Pela tabela 3.4.2 (a) observa-se que 30% da população rural já migrou internamente. Os movimentos rurais-rurais são predominantes e os movimentos urbanos-urbanos têm uma proporção de ... 23,4% sobre a população urbana total em 1970. Entre os fluxos urbanos-rurais e rurais-urbanos resulta um saldo líquido negativo para a população rural de 4,6% e um saldo líquido positivo para a população urbana que representa 15,3% desta população.

(5) Dados extraídos de "Migrações Internas no Brasil: Aspectos Econômicos e Demográficos", da Mata, Milton et alii, op. cit.

TABELA 3.4.2 (a) FLUXOS MIGRATÓRIOS INTER-REGIONAIS - PARANÁ - 1970

SAÍDAS-ENTRADAS RURAIS (I)	RURAIS-RURAIS (II)	URBANOS-URBANOS (II)
202.620	1.332.089	593.032
(4,6) ^(III)	(30,0)	(23,4)
(15,3) ^(IV)		

FONTE: IBGE - in da Mata, op. cit.

- (I) Os números desta coluna representam as diferenças em cada região entre os fluxos rurais-urbanos e os urbanos-rurais, isto é, refletem a perda da população do meio rural para o urbano, nos movimentos intra-regionais.
- (II) Os números entre parênteses da segunda coluna são relações entre as migrações e a população rural, os da terceira tomam como base a população urbana.
- (III) A percentagem entre parênteses toma como base a população rural.
- (IV) A percentagem entre parênteses toma como base a população urbana.

A quantidade significativa de fluxos intra-regionais pode ser indicatória de uma dificuldade de fixação.

Quanto aos fluxos inter-regionais (tabela 3.4.2 (b)) há um alto índice de entradas para a população rural, sendo 69,4% do fluxo acumulado em 1970. A população urbana, tem 30,6% dessas entradas. Quanto às saídas, a maior proporção está em relação a população urbana, com 58,2% do total das saídas, enquanto a população rural representa 41,8%.

O saldo líquido é sempre positivo, mas ele é maior para a popu-

lação rural (19,9% sobre a população rural) do que para a urbana (8,8%).

TABELA 3.4.2. (b) FLUXOS MIGRATÓRIOS INTER-REGIONAIS - PARANÁ - 1970

MOVIMENTOS RURAIS			MOVIMENTOS URBANOS		
ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO
1.050.676	169.208	881.468	461.118	241.460	219.658
(69,4)	(41,8)	(19,9)	(30,6)	(58,2)	(8,8)

FONTE: IBGE - in. da Mata, op. cit.

OBS.: Os números entre parênteses tem as definições seguintes:

- 1) Os da primeira coluna são relações entre as entradas rurais e o total de entradas inter-regionais na região.
- 2) Os da segunda coluna definem-se da mesma forma, em relação as saídas.
- 3) Os da terceira coluna são relações entre o saldo líquido e a população rural da região.
- 4) Na quarta, quinta e sexta colunas, repetem-se as definições, sendo que o ponto de referência da sexta é a população urbana.

Considerando-se tanto o saldo líquido das migrações intra-regionais como o das migrações inter-regionais com destino urbano, os imigrantes que contribuíram para o crescimento da população urbana são 422.278, representando 24,1% da população urbana em 1970. As migrações inter-regionais tem uma participação ligeiramente superior, 52,02%, às migrações intra-regionais, 47,98%. Nos fluxos acumulados até 1970, portanto, tendo-se por referência o conceito de migrante como todo aquele que não nasceu no município onde reside, e como situação de origem, a situação

rural ou urbana do domicílio anterior, foram os imigrantes de residência anterior em outras regiões que mais contribuiram para o incremento populacional urbano embora com pequena diferença dos já residentes no Paraná.

Comparando-se o saldo líquido negativo para a população rural das migrações intra-regionais ao saldo líquido positivo das migrações inter-regionais, o saldo final para a população rural é positivo. Este saldo final ou real é obtido diminuindo-se o saldo negativo intra-regional do saldo positivo inter-regional, isto é, 678.848 que representa 15,3% do total da população rural em 1970.

Todos esses resultados devem ser situados dentro dos limites dados pela definição aqui utilizada de imigração inter-regional por conceito de residência anterior que representa um volume menor que o da imigração por conceito de local de nascimento. As migrações intra-regionais por residência anterior podem estar dissimulando migrações inter-regionais por conceito de local de nascimento como já foi dito. Por outro lado, a consideração apenas do último deslocamento pode estar distorcendo o próprio montante do saldo líquido e da participação no incremento da população de destino, ao se saber que as pessoas podem ter realizado um deslocamento rural-urbano-rural, ou então urbano-rural-urbano, por exemplo, e se supor que, na verdade, a penúltima residência foi a de duração maior.

Dentro das limitações do conceito utilizado, o que é importante relevar é que o saldo final rural é maior, 678.848, que o saldo final urbano, 422.278, mas que o saldo migratório rural representa menos no total da população rural em 1970, isto é, 15,3% do que o saldo migratório urbano para o total da população urbana em 1970, isto é, 24,1%.

É importante também notar que do total de saídas para outras regiões, o montante de saídas do urbano é maior que o montante de saídas do rural. Infelizmente não se pode comparar o total de saídas do urbano e do rural em termos inter-regionais com as saídas do urbano e do rural intra-regional, pois da Mata só apresenta o saldo dos fluxos rurais-urbanos e urbanos-rurais e não o montante.

A maior saída do urbano parece indicar fatores de expulsão maiores no urbano que no rural no Paraná ou então aumento de motivação ou de possibilidades de migrar da população urbana, como pode indicar que o urbano foi uma situação de residência temporária de um dado momento mais amplo de uma situação de domicílio rural para uma cidade ainda no Paraná e em seguida para fora do Estado. De qualquer modo, a indicação é de que da população que emigra a maior parcela ou sai de situação de vida urbana ou não consegue se fixar na cidade.

A saída direta do rural também é significativa. Para cada mil que entram no rural por deslocamento inter-regional, 160 saem do rural para um deslocamento inter-regional. Se se considerar a saída do rural como a somatória do saldo negativo intra-regional e da saída do rural para outra região, a taxa aumenta. Para cada mil que entram no rural por um deslocamento inter-regional, 350 saem do rural ou para uma situação urbana no Paraná ou para uma situação fora do Paraná.

Para cada mil que entram no urbano por deslocamento inter-regional, 523 saem para um deslocamento inter-regional. Para cada mil que entram no urbano ou por deslocamento inter-regional ou pelo saldo líquido positivo intra-regional (461.118 + 202.620) saem 364 para um deslocamento inter-regional.

As taxas finais que representam a relação entrada/saída indicam, na verdade, que a proporção da saída em relação à entrada é maior na cidade que no campo, respectivamente, 364 por mil e 350 por mil.

Esses dados deverão ainda ser confrontados com as orientações dos fluxos tendo-se em vista o conceito de migrações inter-regionais e intra-regionais por local de nascimento, para que possam ser melhor avaliados.

3.4.3

PARTICIPAÇÃO DOS IMIGRANTES SEGUNDO A NATURALIDADE E O DESTINO DOS FLUXOS NO INCREMENTO DA POPULAÇÃO

No item 3.3 deste trabalho foram analisados os fluxos segundo a situação de domicílio anterior, e na data do Censo referidos ao local de nascimento (naturais ou não do Paraná). É necessário agora analisar os efeitos dos incrementos migratórios para o incremento da população urbana e rural. Como esses fluxos se apresentam num total acumulado até 1970, a sua contribuição para o crescimento populacional será relacionada com a população, enquanto que as migrações internas contribuem para o incremento da população da zona rural ou urbana.

As pessoas não naturais do Paraná fizeram principalmente movimentos rurais-rurais, como já se afirmou no item 3.3, que representaram um incremento de 35,81% sobre a população rural em 1970 (tabela 3.4.3 (a)). Os movimentos urbanos-rurais representaram 3,26% da população em 1970 e o total dos fluxos com destino rural significou 39,07%. Quanto aos movimentos urbanos-urbanos, representaram 20,83% da população urbana em 1970, os rurais-urbanos, 11,67% e o total com destino urbano, 32,49%.

TABELA 3.4.3 (a) INCREMENTO DAS MIGRAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO URBANA E RURAL. FLUXOS ACUMULADOS - PARANÁ 1970

	(1) NÚMERO	(2) % POP. URBANA	% POP. RURAL
PESSOAS NÃO NATURAIS DO PARANÁ (3)			
Mov. Urbano-Urbano	521.634	20,83	
Rural - Urbano	292.345	11,67	
Total dest. Urbano	813.979	32,50	
Mov. Rural - Rural	1.584.714		35,81
Urbano-Rural	144.176		3,26
Total dest. Rural	1.728.890		39,07
PESSOAS NATURAIS DO PARANÁ			
Saldo Rural-Urbano	77.601	+ 3,10	- 1,75
TOTAL DO INCREMENTO URBANO			
(não naturais + naturais do Paraná)	891.580	41,62	
TOTAL DO INCREMENTO RURAL			
(não naturais - naturais do Paraná)	1.651.289		37,31

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

(1) Sobre o total da população urbana em 1970

(2) Sobre o total da população rural em 1970

(3) Excluídos os "sem declaração" (138 não naturais do Paraná)

Nos movimentos realizados pelos paranaenses resulta um saldo negativo para o rural de 77.601 pessoas, o que significa menos 1,75% da população rural e mais 3,10% sobre a população urbana de 1970.

Do conjunto dos movimentos, resultou que 891.310 pessoas se dirigiram para as cidades, o que significou um aumento de 35,59% sobre a população urbana. Para tal aumento, os paranaenses contribuíram com 8,71% e os naturais de outras regiões com 91,29%. O total de pessoas que se destinaram para o meio rural foi de 1.651.289, já descontando o saldo negativo causado pelos movimentos de paranaenses. Os movimentos com destino rural representaram 37,31% da população rural total em 1970.

É imprescindível aqui uma comparação mais aprofundada entre os resultados obtidos através dos dados das migrações inter e intra-regionais, pelo conceito de residência anterior e os obtidos pelos dados das migrações inter e intra-regionais, pelo conceito de local de nascimento.

Na verdade, um dos objetivos fundamentais e comuns do estudo de migrações entre o rural e o urbano, é não só analisar as tendências evolutivas do volume e da orientação dos fluxos, mas também obter o saldo entre o rural e o urbano para se inferir de quanto as migrações estão propiciando o aumento da urbanização. A obtenção deste saldo é importante para este trabalho na medida em que se quer detectar a tendência para o incremento da população urbana advinda do saldo positivo de migrantes de outras regiões, e/ou do saldo positivo de migrantes que realizem o êxodo rural-urbano.

Por outro lado, mesmo que as atenções dos estudos de migração estejam voltadas para a urbanização, no Paraná assume importância especial o incremento da população rural através das migrações inter-regionais.

Para melhor avaliar os resultados obtidos, serão analisadas separadamente as migrações inter-regionais das intra-regionais.

Pelo conceito de local de nascimento consideram-se imigrações acumuladas inter-regionais, as entradas no Paraná de pessoas não naturais que aqui residiam na data do censo. Pelo conceito de residência anterior, consideram-se imigrações inter-regionais acumuladas as entradas e a fixação no Paraná de pessoas que, anteriormente ao último fluxo realizado, residiam em outras regiões do Brasil. Relembrando, por esses conceitos, se obteve:

Imigrações Acumuladas Inter-Regionais

	Urbano	Rural
1 - Conceito de residência anterior	461.118	1.050.676
2 - Conceito de local de nascimento	814.073	1.728.934

Deve-se lembrar que o conceito 1:

- a) não inclui os estrangeiros que são 83.544 ao se considerar a amostra, e 80.491 ao se considerar o universo;
- b) não inclui os não naturais cujo último deslocamento foi intra-regional que totalizam 1.051.589, representando 41,35% do total dos não naturais;
- c) inclui paranaenses que retornaram no último fluxo, que somam 24.598.

O conceito 2:

- a) inclui os estrangeiros dos quais 29.938 vieram diretamente para o Paraná e 25.090 para outras regiões e depois para o Paraná;

- b) inclui todos os não naturais, quer tenham feito o último deslocamento intra ou inter-regional;
- c) não inclui os paranaenses que retornaram.

Saldo Migratório Líquido Urbano Intra-Regional

1 - Residência anterior no Paraná	202.620
2 - Naturais do Paraná	77.601

A obtenção deste saldo pelo conceito 1 é derivada de fluxos intra-regionais que incluem os não naturais. No entanto, como só se tem o saldo, perde-se a possibilidade de conhecer o montante da entrada dos não naturais que ficam, assim, sobremaneira subestimados. São anulados no cálculo do saldo que subestima a participação dessas migrações no incremento tanto rural quanto urbano.

O saldo obtido pelo conceito 2:

- a) identifica os fluxos dos naturais do Paraná como fluxos intra-regionais, portanto elimina os fluxos dos não naturais realizados no Paraná. O saldo considerado se refere unicamente aos naturais. Há, portanto, uma subestimação dos fluxos intra-regionais.
- b) este saldo implica ainda em uma certa margem de erro pois alguns dos naturais do Paraná realizaram imigrações inter-regionais, embora seu montante seja pequeno no total. De 1.352.542 paranaenses que realizaram migrações, 24.598 fizeram migrações inter-regionais, mas das quais não se pode conhecer o destino pelas tabulações do Censo. No entanto, calculou-se assim mesmo o saldo, já que se sabe que a participação dos naturais em migrações inter-regionais é pequena e que os efeitos da saída possam ter sido pequenos, por uma possível curta duração da estada fora da região, ou ainda, por movimentos contínuos, dada a proximidade das regiões de saída.

A incapacidade dos dados (tanto pelo conceito de residência anterior, quanto pelo local de nascimento) medirem os fluxos intra-regionais se evidencia nas considerações acima feitas. Somente uma tabulação que levasse em conta as migrações intra-regionais, conforme seu fluxo rural-urbano, e que separasse os não naturais dos naturais, é que poderia dar uma resposta à importância dos fluxos intra-regionais no incremento da população urbana-rural em duas etapas. Uma etapa final definida pelo local em que a pessoa se encontra na data do censo, e uma etapa anterior definida pela primeira situação de domicílio na região de destino.

Nem os dados obtidos diretamente do censo, nem os dados obtidos pelo trabalho de da Mata permitem detectar o papel dos fluxos intra-regionais para o incremento da população urbana ou rural. Nas tabulações especiais pedidas por da Mata, se considera apenas o último movimento (residência anterior) e não o primeiro movimento dos não naturais do Paraná (local de nascimento). Assim, o cálculo do saldo positivo para o urbano é só o adicional de imigrantes que o urbano recebeu em relação ao rural. Este cálculo dissimula o incremento positivo que se dá no momento da entrada dos imigrantes, quer na área rural, quer na urbana.

Dentro do objetivo específico de responder à necessidade de se conhecer o saldo positivo advindo das migrações para a população rural e urbana, a contribuição dos fluxos intra-regionais não pode ser medida, quer por um quer por outro cálculo. Só é possível ao se analisar a contribuição em termos das entradas dos imigrantes por local de nascimento, como se tivessem vindo diretamente para uma situação de domicílio rural ou urbana em que se encontravam na data do censo. A isso poder-se-ia aumentar o saldo dos naturais como um ganho adicional, mas que não reflete nem de longe a intensidade dos fluxos intra-regionais.

Combinando-se os dados das entradas do não naturais obtidos diretamente no Censo e os dados das saídas, quer sejam de naturais ou não naturais do Paraná, obtidos pelo trabalho de da Mata, pode-se conseguir um dado importante e confiável para se conhecer o saldo imigratório-emigratório da área rural e urbana em termo de entrada, situação final de domicílio no Paraná e saída da região (conforme Tabela 3.4.3 (b)).

TABELA 3.4.3 (b) - FLUXOS MIGRATÓRIOS ACUMULADOS INTER-REGIONAIS
- MOVIMENTOS DE ENTRADAS E SAÍDAS POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO - SALDOS - PARANÁ 1970

	URBANO	RURAL	TOTAL
Entradas inter-regionais dos não naturais por situação de domicílio (I)	814.073 (32,01)	1.728.934 (67,99)	2.543.007
Saídas inter-regionais da região do Paraná conforme situação de domicílio no Paraná (I)	241.460 (58,80)	169.208 (41,20)	410.668
SALDO (Entradas-saídas) (II)	572.613 (22,86)	1.559.726 (35,24)	2.132.339 (30,77)

FONTE: IBGE/CD - IPARDES (Entradas da Mata, op. cit. (Saídas

- (I) Os números entre parênteses abaixo da primeira e segunda linhas são percentagens sobre o total das Entradas e Saídas, respectivamente.
- (II) Os números entre parênteses abaixo da terceira linha são percentagens sobre o total da população urbana, rural e total em 1970, conforme se encontram respectivamente na primeira, segunda e terceira colunas.

Para cada mil que entram no urbano, saem 297. Para cada mil que entram no rural saem 98. Esses dados dimensionam melhor os saldos inter-regionais das populações urbana e rural que os considerados exclusivamente por da Mata, conforme mostrados na Tabela 3.4.2 (b).

O saldo líquido positivo das imigrações-emigrações no Paraná representa assim 30,77% do total da população em 1970. O saldo positivo do rural não só é bem maior que o saldo positivo do urbano. Enquanto o primeiro representa 73,15% do total do saldo, o segundo apenas 26,85%; além do que a população rural abrange 35,24%, ao lado do saldo positivo urbano que abrange 22,86% da população urbana. Embora menor, o saldo positivo entre a entrada de não naturais e a saída de naturais e de não naturais é expressivo na contribuição para o incremento populacional urbano.

Acredita-se que tais conclusões são válidas, ainda que combinem dois conceitos diferentes. Na verdade, o total das saídas aqui apresentadas considera tanto as naturais quanto as não naturais, mas perde uma parcela de saídas inter-regionais que podem aparecer como migrações intra-regionais, desde que os naturais ou não naturais que saíram do Paraná tenham realizado o último deslocamento na outra região para onde se dirigiram. No entanto, eram os únicos dados disponíveis de emigração do Paraná que indicavam o ponto de partida da migração por situação de domicílio rural ou urbana. Posteriormente no item 3.5 serão analisados os fluxos emigratórios no total, sem se determinar a situação de domicílio do ponto de partida da emigração. Os dados aqui apresentados não parecem ser discrepantes frente aos que serão apresentados, como se verá adiante. Embora diferentes pelo próprio conceito, indicam que a emigração no Paraná não foi muito maior que a ordem aqui apresentada de 5,93% do total da população, 3,83% do total rural e 9,64% do total da população urbana.

Apesar da possibilidade de medir com mais nitidez a importância dos fluxos dos não naturais e dos fluxos intra-regionais para o incremento da população urbana e rural, não se pode obter na verdade, nem o dimensionamento ou as tendências, e nem quais os tipos de fluxos migratórios, que maior peso tiveram para o incremento populacional urbano: se o provindo do êxodo rural

intra-regional realizado por naturais, se o provindo do fluxo intra-regional realizado por não naturais ou se o provindo diretamente do fluxo inter-regional. Embora não podendo mesmo dimensioná-los, procurou-se estimar a contribuição do incremento migratório inter-regional e intra-regional para a população rural e urbana, calculando-se a população virtual do total do Paraná, da área rural e urbana como se não houvesse migração, isto é, pela taxa do incremento vegetativo.

3.4.4

CONTRIBUIÇÃO DAS MIGRAÇÕES NO INCREMENTO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL - TENDÊNCIAS

Dante das dificuldades encontradas em dimensionar a importância das migrações dos não naturais conforme tenham ou não realizado deslocamentos internos, e dos naturais para a população urbana, utilizou-se a técnica da comparação entre o crescimento observado na população total rural e urbana da região, e o crescimento virtual ou esperado, se o comportamento da região fosse igual ao da média da população brasileira, técnica denominada "shiftshare" pois permite determinar os desvios em torno da média.

Para essa comparação se obtém o dimensionamento da diferença entre o crescimento observado e o virtual que aqui se identifica ao vegetativo, desde que, por ser a média do comportamento das diferentes regiões, o crescimento da população brasileira anula os efeitos recíprocos das emigrações-imigrações inter-regionais.

As diferenças encontradas não podem ser identificadas ao número de imigrantes, mas ao conjunto dos efeitos associados da imigração que não só é a entrada de imigrantes como a intensificação do incremento vegetativo, absoluto pela geração de filhos, como ainda pelo aumento relativo das taxas de fertilidade e natalidade decorrentes da imigração, especialmente a de destino rural como se especificará no item 3.6.

Quanto à população urbana, há ainda uma variável explicativa que não pode ser atribuída ao incremento migratório nem de direito ao incremento vegetativo "urbano". É que o aumento da população urbana pode se dar pela alteração da consideração da população residente em uma área de rural a urbana. A redefinição das áreas urbanas se dá provocada pela institucionalização de novos municípios ou pela alteração de leis municipais, derivadas geralmente da expansão da população em determinadas áreas.

Assim, embora não tenham migrado, as pessoas aí residentes passam a incorporar o total urbano. Deve-se ainda considerar que, pelo critério adotado no levantamento do Censo, também não são migrantes os que realizam a mudança de residência da área rural para a urbana ou vice-versa quando se dá no mesmo município.

Pela comparação entre a população urbana e rural paranaense à população virtual, todas essas variáveis são englobadas. Por isso pode-se afirmar que a diferença entre a população esperada e a virtual representa basicamente os efeitos globais do incremento migratório, embora alguns componentes não o sejam.

A importância desta forma de abordagem, portanto, não é derivada apenas da dificuldade apresentada no manuseio dos dados das migrações rurais e urbanas, mas existe por si mesma. Possibilita o dimensionamento dos efeitos globais dos fenômenos migratórios para o incremento total, urbano e rural de uma região.

Para se calcular a população virtual do Paraná se não tivessem ocorrido as migrações, aplicou-se a taxa de incremento geométrico anual do Brasil encontrada em cada década, no período de 1940-1970, na população observada no Paraná no ano inicial da década.

As taxas geométricas de incremento anual no período, observadas no Paraná e no Brasil permitem constatar que, considerando-se o período global de 1940 a 1970, a taxa do Paraná foi 1,031 vezes maior que a do Brasil. Ao se considerar isoladamente cada déca-

da, em 1940-1950 a taxa do Paraná se apresentou 1,031 vezes maior que a do Brasil, subindo para 1,040 vezes em 1950-1960 e diminuindo para 1,021 vezes em 1960-1970, indicando um decréscimo relativo do saldo líquido de imigrantes. A tabela que segue apresenta as taxas de incremento geométrico anuais em percentagem com pouca aproximação pois foi a partir delas que se calcularam as populações virtuais.

TABELA 3.4.4 (a) - TAXAS GEOMÉTRICAS DE INCREMENTO ANUAL OBSERVADA NA POPULAÇÃO - PERCENTAGEM - BRASIL E PARANÁ - 1940-1970

	1940-1970	1940-1950	1950-1960	1960-1970
População Total do Brasil	2,753.130.6	2,335.398.6	3,173.362.7	2,752.339.1
População Total do Paraná	5,914.068.3	5,519.013.8	7,341.571.7	4,896.809.2
Razão entre as Taxas em favor do Paraná	1,031	1,031	1,040	1,021

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

A partir da taxa geométrica de incremento anual do Brasil se calculou a população virtual do Paraná.

A diferença entre a população observada e a virtual dimensiona os efeitos globais do incremento migratório. A Tabela 3.4.4 (b) apresenta estes dados.

TABELA 3.4.4 (b) - POPULAÇÃO TOTAL OBSERVADA E VIRTUAL* DIFERENÇA ATRIBUÍVEL AO INCREMENTO MIGRATÓRIO. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL RELATIVA AO INÍCIO E AO FINAL DO PERÍODO. RAZÃO ENTRE A POPULAÇÃO OBSERVADA E VIRTUAL DO ANO. PARANÁ 1940-1970.

	OBS.	VIRTUAL	DIFERENÇA	% BASE INÍCIO	% BASE FINAL	RAZÃO
1949-1970	1940	1.236.276				
1940-1950	1970	6.929.868	2.792.334	4.137.534	334,68	59,71
1950-1960	1950	2.115.547	1.557.307	558.240	45,15	26,39
1960-1970	1960	4.296.375	2.891.336	1.405.039	66,41	32,70
1960-1970	1970	6.929.868	5.636.628	1.293.240	30,10	18,66

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

* Obtida aplicando-se taxa de incremento geométrica anual do Brasil.

Enquanto o incremento vegetativo foi responsável por 100% do incremento populacional de 1940 a 1970, o incremento migratório foi responsável por 334,68%. Em outros termos, a diferença atribuída ao incremento migratório é responsável sozinha pela triplicação da população de 1940, pois é 3,35 vezes maior que a população de 1940. Sem o incremento migratório, o incremento vegetativo (virtual) seria responsável pela duplicação da população de 1940, isto é, pelo seu aumento em 2,26 vezes apenas.

O incremento observado no entanto, quintuplicou a população de 1940. A população de 1970 representa 5,61 vezes a de 1940.

Comparando-se a população observada e virtual em 1970, calculada pelo incremento 1940-70, a observada representa 2,481 vezes a virtual e a diferença atribuível ao incremento migratório representa 59,71% do total.

Ao se analisar as décadas, a participação da diferença atribuível ao incremento migratório é de 45,15% em 1940-50, aumenta para 66,41% em 1950-60 e se reduz a 30,10% em 1960-70, indicando o comportamento ascensional da imigração de 1940-50 a 1950-60 e descendencial em 1960-70. Não se pode esquecer que os efeitos globais da migração assinalados em cada década, não são efeitos diretamente atribuíveis à migração da década, como também à da década anterior pela entrada na região de pessoas em idade de maior propensão a gerar filhos. De qualquer maneira, a análise comparativa das décadas é indicador válido das tendências gerais dos fluxos imigratórios e deverá ser confirmada pela obtenção da migração líquida por década no item 3.5.2.

A partir da taxa geométrica de incremento anual do Brasil se calculou não só a população virtual do Paraná, como também a população virtual rural e urbana. A diferença entre a população observada do Paraná e a virtual não apresenta problema de interpretação. Dimensiona os efeitos globais do incremento migratório. No entanto, a diferença entre a população virtual urbana

e rural deste modo obtidas e a real, deve merecer mais cuidado. À primeira vista o volume de pessoas que a população urbana e rural apresentam a mais que o esperado ou virtual seria devido ao incremento migratório inter-regional.

Na verdade, este cálculo é apenas o primeiro passo para se obter a população virtual do rural e do urbano. Neste primeiro passo a diferença atribuída ao incremento migratório está distribuída igualmente para as duas situações e, portanto, supõem inexistentes os movimentos inter-regionais. Para se poder levar em conta o crescimento diferencial do rural e do urbano, atribuíveis a deslocamentos intra-regionais, se procedeu à combinação deste cálculo com um segundo, o da simulação do incremento populacional urbano e rural, supondo-se constante a taxa média de incremento geométrico anual da população total do Paraná. Os desvios em relação à média poderão assim ser atribuídos à perda de uma área para outra.

Na Tabela 3.4.4 (c) seguem-se os resultados do primeiro cálculo que só tem significado como passo metodológico. A população virtual e as diferenças que aí se chegam supõem inexistentes os movimentos intra-regionais.

TABELA 3.4.4 (c) - POPULAÇÃO RURAL E URBANA OBSERVADA E VIRTUAL*
DIFERENÇAS ATRIBUÍVEIS AO INCREMENTO MIGRATÓRIO, SUPONDO-SE INEXISTENTES OS DESLOCAMENTOS INTRA-REGIONAIS - PARANÁ E BRASIL 1940-1970.

POPULAÇÃO RURAL		OBSERVADA	VIRTUAL	DIFERENÇA
	1940	934.004		
1940-1970	1970	4.425.490	1.299.591	3.125.899
1940-1950	1950	1.587.259	1.165.510	421.749
1950-1960	1960	2.968.393	1.914.216	1.054.177
1960-1970	1970	4.425.490	3.531.982	893.508
POPULAÇÃO URBANA				
	1940	302.272		
1940-1970	1970	2.504.378	1.492.743	1.011.635
1940-1950	1950	528.288	391.797	136.491
1950-1960	1960	1.327.982	977.120	350.862
1960-1970	1970	2.504.378	2.104.646	399.732

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

* Obtida aplicando-se a taxa de incremento geométrica anual do Brasil.

A interpretação destes dados depende da introdução do segundo cálculo que permitirá a análise dos efeitos dos deslocamentos intra-regionais e da sua combinação com este primeiro, para se chegar a simulação do comportamento virtual das populações rural e urbana e a detecção das diferenças adicionais atribuíveis ao deslocamento intra-regional ou aos efeitos diretos dos movimentos inter-regionais.

De qualquer modo, a análise da simulação do comportamento virtual das populações rural e urbana do Paraná deve ter sempre implícita da inexistência de diferenças entre o incremento vegetativo da situação rural e urbana.

Se o crescimento da população brasileira pode ser identificado ao incremento vegetativo, não há como se obter um parâmetro comparativo para o incremento vegetativo urbano e rural, pois as diferenças entre o crescimento urbano e rural do total do Brasil não anulam os efeitos migratórios mas, pelo contrário, são resultantes dos deslocamentos do rural para o urbano. Assim, uma margem de erro implícita nesta técnica utilizada para comparar áreas rurais e urbanas é que supõem taxas de incremento vegetativo iguais, quando se sabe que há diferenças nas taxas de natalidade e mortalidade. No entanto, dado o peso substancialmente maior da explicação da variável migração no comportamento demográfico das áreas rurais e urbanas, é plenamente válido o emprego desta técnica de simulação, apenas deixando ressalvada esta pequena margem de erro.

Serão considerados deslocamentos intra-regionais tanto os que foram realizados por não naturais quanto por naturais. Seus efeitos globais serão detectados neste segundo passo, pela simulação do incremento populacional urbano e rural supondo-se constante a taxa média de incremento geométrico anual da população total do Paraná. Os desvios em relação à média podem assim ser atribuídos a perda de uma área para a outra. As Tabelas 3.4.4 (d) e (e) apresentam respectivamente a comparação entre a população urba-

TABELA 3.4.4 (d) - POPULAÇÃO URBANA E RURAL OBSERVADA E VIRTUAL* - PARANÁ 1940-1970

1940 OBSERVADA	1940-1970		1940-1950		1950-1960		1960-1970		
	OBSERVADA 1970	VIRTUAL 1970	OBSERVADA 1950	VIRTUAL 1950	OBSERVADA 1960	VIRTUAL 1960	OBSERVADA 1970	VIRTUAL 1970	
População Rural	934.004	4.425.490	5.235.500	1.587.259	1.598.291	2.968.393	3.223.497	4.425.490	4.787.890
População Urbana	302.272	2.504.378	1.694.367	528.288	517.256	1.327.982	1.072.889	2.504.378	2.141.978

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

* Obtida aplicando-se a taxa de incremento geométrica anual do total do Paraná.

TABELA 3.4.4 (e) - DIFERENÇA ATRIBUÍVEL AO INCREMENTO MIGRATÓRIO INTRA-REGIONAL - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
RELATIVA AO INÍCIO E FINAL DO PERÍODO - RAZÃO ENTRE A POPULAÇÃO OBSERVADA E VIRTUAL DO
ANO - PARANÁ - 1940-1970

	1940/70	1940/50	1950/60	1960/70
POPULAÇÃO RURAL				
Diferença	- 810.011	- 11.032	- 255.104	- 362.400
% Base Início	- 86,72	- 1,18	- 16,07	- 12,21
% Base Final	- 18,30	- 0,70	- 8,59	- 8,19
Razão	0,845	0,993	0,921	0,924
POPULAÇÃO URBANA				
Diferença	+ 810.011	+ 11.032	+ 255.104	+ 362.400
% Base Início	+ 267,97	+ 3,65	+ 48,29	+ 27,29
% Base Final	+ 32,34	+ 2,09	+ 19,21	+ 14,47
Razão	1,478	1,021	1,238	1,169

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

na e rural observada e virtual (ou esperada) e as diferenças atribuíveis ao incremento migratório intra-regional. No período 1940-70 considerado globalmente, houve uma perda de 810.011 do rural para o urbano, representando um acréscimo de 267,97% sobre a população urbana de 1940 ou 32,34% sobre a urbana de 1970. Tendo por referência a população rural, esta perda representou 86,72% da inicial de 1940 ou 18,30% da rural de 1970.

Comparando-se o comportamento decenal, observa-se uma perda de 1,18% da população rural de 1940 que representa um acréscimo de 3,65% da urbana de 1940, na década 1940-50. Esta pequena perda na década de 1940-50, é bastante intensificada na década de 1950-60, passando a 16,07% da rural de 1950 para um acréscimo de 48,29% da urbana de 1950. Em 1960-70, a população rural perde menos que na década anterior e relativamente, o acréscimo da urbana é menor ainda. A perda de 12,21% sobre a população rural de 1960 ou de 8,19% da população de 1970, representa o acréscimo de 27,29% da urbana de 1960 ou a parcela de 14,47% da urbana de 1970. Observe-se que na década 1960-70, a perda de 8,59% da população rural de 1970 representava 19,21% da população urbana.

A análise destes dados permite, portanto, constatar um notável aceleramento dos deslocamentos intra-regionais na década 1950-1960 em relação à anterior, e uma desintensificação dos deslocamentos intra-regionais na última década em relação a de 1950-60.

A insuficiência da análise isolada dos deslocamentos intra-regionais exige a introdução do terceiro passo metodológico para se poder chegar a uma análise que, globalmente permita apreender os deslocamentos intra e inter-regionais comparados. A partir dos supostos dos cálculos até aqui introduzidos já se tem condições para tanto.

A primeira diferença atribuível ao incremento migratório foi conseguida pela aplicação da taxa de incremento geométrico anual do Brasil que supõe nulos quaisquer movimentos migratórios. Esta diferença deve ser corrigida pelo segundo cálculo.

As diferenças atribuíveis aos deslocamentos migratórios, tanto inter-regionais como intra-regionais, foram positivas para a população urbana. Pela adição destas duas diferenças se pode obter os efeitos globais do incremento migratório para o urbano.

Para a situação rural, os efeitos dos deslocamentos intra-regionais foram negativos. Por isso, devem ser subtraídos dos efeitos dos deslocamentos inter-regionais para se obter o dimensionamento dos efeitos globais da população que para aí migrou e se fixou. A primeira diferença obtida significa, portanto, o total dos efeitos globais das entradas, se não houvesse deslocamentos intra-regionais. Apesar da situação rural ter perdido a diferença detectada pelo desvio negativo em relação à taxa de crescimento médio da população paranaense, nela se fixou a parcela detectada pela subtração desta perda do total do suposto ganho por entradas inter-regionais. Desta forma se pode comparar os efeitos globais dos deslocamentos intra-regionais aos dos inter-regionais diretos. Por efeitos globais se pode deduzir as tendências dos próprios movimentos. No entanto, não se pode aferir de modo nenhum se foram realizados por naturais ou não naturais do Paraná, já residentes ou não.

Outros aspectos da dinâmica populacional podem ser estimados como a ocorrência de processos correlacionados entre período de maior entrada e fixação de imigrantes, e período de intensificação ou desaceleração do processo de urbanização, importantes para o objetivo de entender as possíveis tendências da liberação de mão-de-obra rural. A partir desta abordagem, perde bastante importância o fato de os movimentos serem realizados por naturais ou não naturais

As Tabelas 3.4.4 (f), (g), (h) e (i) apresentam as diferenças atribuíveis ao incremento migratório, quer tenham sido intra-regionais ou inter-regionais. Para a situação rural que perdeu população para a urbana por deslocamentos intra-regionais, a "diferença inter-regional direta" será numericamente maior que a "diferença que realmente se fixou". É que a "diferença que se

TABELA 3.4.4 (f) - DISTRIBUIÇÃO DA DIFERENÇA ATRIBUÍVEL AO INCREMENTO MIGRATÓRIO INTRA E INTER-REGIONAL NO TOTAL DO INCREMENTO MIGRATÓRIO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL. PERCENTUAL SOBRE A POPULAÇÃO DO FINAL DO PERÍODO - 1940-1970

	1940-1970	1940-1950	1950-1960	1960-1970
POPULAÇÃO RURAL				
Diferença inter-regional direta	3.125.899	421.749	1.054.177	893.508
%	70,63	26,57	35,51	20,19
Perda intra-regional	- 810.011	- 11.032	- 255.104	362.400
%	- 18,30	- 0,70	- 8,59	- 8,19
Diferença inter-regional que se fixou	2.315.888	410.717	799.073	531.108
%	52,33	25,87	26,92	12,00
POPULAÇÃO URBANA				
Diferença inter-regional direta	1.011.635	136.491	350.862	399.732
%	40,39	25,84	26,42	15,96
Diferença intra-regional	810.011	11.032	255.104	362.400
%	32,34	2,09	19,21	14,47
Diferença total que se fixou	1.821.646	147.523	605.966	762.132
%	72,73	27,93	45,63	30,43

FONTE: IPARDES - Tabelas 3.4.4 (c), (d) e (e)

TABELA 3.4.4 (g) - DISTRIBUIÇÃO DA DIFERENÇA ATRIBUÍVEL AO INCREMENTO MIGRATÓRIO INTRA E INTER-REGIONAL NO TOTAL DO INCREMENTO MIGRATÓRIO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL. PERCENTUAL SOBRE A POPULAÇÃO DO INÍCIO DO PERÍODO - 1940-1970

	1940-1970	1940-1950	1950-1960	1960-1970
POPULAÇÃO RURAL				
Diferença inter-regional direta	334,68	45,15	66,41	30,10
Perda intra-regional	- 86,72	- 1,18	- 16,07	- 12,21
Diferença inter-regional que se fixou	247,96	43,97	50,34	17,89
POPULAÇÃO URBANA				
Diferença inter-regional	334,68	45,15	66,41	30,10
Diferença intra-regional	267,97	3,65	48,29	27,29
Diferença total que se fixou	602,65	48,80	114,70	57,39

FONTE: IPARDES - Tabelas 3.4.4 (c), (d) e (e).

TABELA 3.4.4 (h) - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS DIFERENÇAS ATRIBUÍVEIS À PERDA MIGRATÓRIA INTRA-REGIONAL E ÀS ENTRADAS INTER-REGIONAIS QUE SE FIXARAM NO TOTAL DA DIFERENÇA ATRIBUÍVEL AO INCREMENTO MIGRATÓRIO INTER-REGIONAL DIRETO PARA A POPULAÇÃO RURAL - PARANÁ 1940-1970

	1940-1970	1940-1950	1950-1960	1960-1970
Diferença inter-regional direta	100 %	100 %	100 %	100 %
Perda intra-regional	25,91	2,62	24,20	40,56
Diferença inter-regional que se fixou	74,09	97,38	75,80	59,44

FONTE: IPARDES - Tabela 3.4.4 (g)

TABELA 3.4.4 (i) - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA DIFERENÇA ATRIBUÍVEL AO INCREMENTO MIGRATÓRIO INTRA-REGIONAL E INTER-REGIONAL DIRETO NO TOTAL DA DIFERENÇA ATRIBUÍVEL AO INCREMENTO MIGRATÓRIO PARA A POPULAÇÃO URBANA - PARANÁ - 1940-1970.

	1940-1970	1940-1950	1950-1960	1960-1970
Diferença inter-regional direta	55,53	92,52	57,90	52,44
Diferença intra-regional	44,47	7,48	42,10	47,56
Diferença Total	100 %	100 %	100 %	100 %

FONTE: IPARDES - Tabela 3.4.4 (g)

"fixou" significa o adicional da população decorrente da fixação de migrantes no rural, enquanto a "diferença inter-regional direta", significa a estimativa do adicional da população rural se não tivessem ocorrido os deslocamentos intra-regionais, ou seja, a estimativa dos efeitos da entrada direta de migrantes no rural, se os mesmos ou outros não tivessem migrado para as cidades. Há assim uma entrada maior na rural que sofreu perda de uma parcela. Quanto à situação urbana que aumentou sua população, a "diferença total" é numericamente maior, é a soma de duas parcelas: a diferença devida aos deslocamentos intra-regionais de acordo com as Tabelas 3.4.4 (d) e (e) e a diferença devida ao adicional direto das migrações inter-regionais.

As Tabelas 3.4.4 (f) e (g) apresentam, respectivamente, a participação percentual dos tipos de "diferenças" atribuíveis aos efeitos da migração nas populações rural e urbana do final e do início do período. A Tabela 3.4.4 (h) apresenta a participação da população adicional decorrente das entradas inter-regionais que se fixou, e a participação da população que num primeiro momento foi adicional e que, depois, foi perdida por deslocamentos intra-regionais para a situação urbana, no total da população rural adicional. A Tabela 3.4.4 (i) apresenta a participação percentual da diferença atribuível ao incremento migratório intra-regional e inter-regional direto no total da diferença.

Em relação aos anos de 1940, se não houvessem os deslocamentos intra-regionais, a população rural em 1970 teria triplicado (representando 334,68% da população de 1940) apenas pelos efeitos globais das entradas inter-regionais, e não só duplicado (247,96%), como, de fato ocorreu pela fixação de imigrantes no rural. Dos efeitos das entradas, houve, portanto, uma perda de 86,72% tomando-se por base o ano de 1940. Os efeitos do incremento migratório na população urbana que representaram sua sextuplicação (602,65% sobre a população de 1940) foram em grande parte decorrente de deslocamentos intra-regionais que a dupli-

caram (267,57% sobre a população de 1940), mas, muito mais, à diferença atribuível diretamente ao incremento migratório inter-regional a triplicou (334,68%) (vide Tabela 3.4.4 (f)).

Tomando-se por referência a população de 1970, o mesmo fenômeno pode ser analisado da seguinte forma: 72,73% da população urbana de 1970 é resultante dos efeitos globais dos deslocamentos para a situação urbana no período 1940-70, 32,34% de deslocamentos intra-regionais e 40,39% de deslocamentos inter-regionais diretos. Os 32,34% da população urbana devido aos movimentos de liberação de população do campo, representam aí uma perda de 18,30%. Esta perda realizou-se concomitantemente com a fixação de imigrantes, que resultou num adicional de população que compreende 52,33% da população rural de 1970. Se não houvesse ocorrido deslocamentos intra-regionais, o ganho teria representado 70,63% da população rural de 1970.

Propiciados ou não pelas imigrações inter-regionais, o fato é que os deslocamentos intra-regionais se deram num contexto de fortes entradas para a situação rural e para a urbana. O incremento imigratório rural propiciou a expansão da produção agropecuária. A dinamização agrícola ao exigir a expansão das atividades urbanas tanto terciárias quanto industriais, atraiu também a vinda de imigrantes para o meio urbano e incentivou os deslocamentos intra-regionais com sentido urbano.

Os efeitos das entradas inter-regionais diretas na população urbana em 1940-50 foram quase tão importantes como para a população rural. Representaram um acréscimo de 45,15% sobre a população inicial de 1940. Pode-se, portanto, inferir que as entradas diretas dos imigrantes em 1940-50 foram proporcionalmente tão importantes para o crescimento da população rural quanto da urbana. As diferenças devidas a deslocamentos intra-regionais representaram apenas o acréscimo de 3,65% sobre a população urbana de 1940.

Na década de 1940-50, o incremento adicional do urbano se deveu quase esclusivamente às entradas inter-regionais diretas e não a deslocamentos intra-regionais.

Em 1950-60, os efeitos das entradas diretas no urbano aumentaram para 66,41% em relação à população de 1950. Sua participação relativa no incremento devido a migração decaiu. Representava desse total 92,57% e passou a 57,90% Tabela 3.4.4 (i). Aumentou 48,29% da população de 1950, quando na década anterior aumentara apenas 3,65% da população inicial (Tabela 3.4.4 (j)).

No período, portanto, em que se intensificaram as entradas globais e os seus efeitos sobre a população total inicial, de 45,15% em 1940-50 sobre a população inicial de 1940 para 66,41% em 1950-60 sobre a de 1950, os efeitos dos deslocamentos intra-regionais se intensificaram substancialmente. Assim, enquanto o ritmo de incremento devido às migrações para a população rural aumentou de 43,97% na década 1940-50 para 50,34% na década seguinte, o acréscimo foi muito mais intenso no urbano de 48,80% para 114,70% aumentando, portanto, a taxa de urbanização.

Comparando-se na Tabela 3.4.4 (g) os comportamentos decenais de 1940 a 1970, nota-se que os efeitos das entradas inter-regionais diretas na população rural, se intensificaram da década de 1940 para a de 1950 de 421.749 que representa 45,15% da população inicial, para 1.054.177 que representa 66,41% da população inicial. Estes dados, no entanto não consideram a perda intra-regional para o urbano. Os deslocamentos intra-regionais do rural para o urbano representava um aumento da perda da população rural de 1,18% na primeira década para 16,07% na segunda década (vide Tabela 3.4.4 (g)) mesmo considerando-se a intensificação da perda rural, os efeitos globais dos deslocamentos migratórios na população rural se intensificaram substancialmente, a tal ponto que o crescimento populacional decorrente da migração aumentou de 43,97% sobre a população de 1940 para 50,34% em relação à de 1950, conforme dados apresentados na Tabela 3.4.4 (j).

TABELA 3.4.4 (j) - CRESCIMENTO POPULACIONAL TOTAL, URBANO E RURAL. PARCELAS ATRIBUÍVEIS AO INCREMENTO VEGETATIVO E AO INCREMENTO MIGRATÓRIO. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NAS POPULAÇÕES DO INÍCIO DA DÉCADA E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL DO INCREMENTO - PARANÁ 1940-1970.

	POPULAÇÃO TOTAL		POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
	BASE POPULAÇÃO INICIAL	BASE CRESCIMENTO TOTAL	BASE POPULAÇÃO INICIAL	BASE CRESCIMENTO TOTAL	BASE POPULAÇÃO INICIAL	BASE CRESCIMENTO TOTAL
1940-1950						
Crescimento observado	171,12	100,00	174,77	100,00	169,94	100,00
Crescimento virtual	125,97	73,62	125,97	72,08	125,97	74,13
Crescimento derivado das imigrações	45,15	26,38	48,80	27,92	43,97	25,87
1950-1960						
Crescimento observado	203,08	100,00	251,37	100,00	188,15	100,00
Crescimento virtual	136,67	67,30	136,67	54,37	136,68	73,08
Crescimento derivado das imigrações	66,41	32,70	114,70	45,63	50,34	26,92
1960-1970						
Crescimento observado	161,30	100,00	188,59	100,00	149,09	100,00
Crescimento virtual	131,20	81,34	131,20	69,57	131,20	88,00
Crescimento derivado das imigrações	30,10	18,66	57,39	30,43	17,89	12,00

FONTE: IPARDES - Tabelas 3.4.4

Na parcela do crescimento urbano imputável aos efeitos das migrações em 1950-60, assumiram mais importância as perdas intra-regionais da população rural que só podem ser derivadas de deslocamentos na região, quer de naturais, quer de não naturais, ou então, ao mesmo tempo, destes deslocamento acrescidos de uma "urbanização" da situação de domicílio de populações. Mesmo sem migrarem, passam a ser definidas por leis municipais como "urbanas devido ao crescente processo verificado na década, de criação de municípios e redefinição de zonas urbanas.

De 49 municípios em 1940 passara-se a 80 municípios em 1950, e de 1950 a 1960 passou-se para 162 municípios. Dos 49 municípios em 1940, 41 não superavam 5.000 habitantes. Dos 80 municípios em 1950, eram 61 os que superavam os 5.000 habitantes. Dos 162 municípios em 1960, 114 não atingiram 5.000 habitantes⁽⁶⁾. Entre 1950 e 1960, portanto, a criação de pequenos municípios foi muito grande, indicando que a sua população urbana bem pode ter "crescido", em parte, por "redefinições" e nem sempre por migrações.

Apesar da redefinição de populações urbanas, o saldo líquido do contingente para o urbano foi grande. Pela análise dos fluxos acumulados em 1970, a maior parte dos imigrantes "sobreviventes" na situação urbana aí residiam há mais de 11 anos, indicando que a orientação dos fluxos mais antigos se destinou mais ao urbano que os fluxos mais recentes (década 1960-70). Por tudo isso, pode-se concluir da importância dos deslocamentos intra-regionais para o urbano em 1950-60 (item 3.3). Assim o período de maior entrada de imigrantes no Paraná foi também o período de maior importância dos deslocamentos intra-regionais no incremento urbano.

Já em 1960-70, há um decréscimo global de entradas. Seus efeitos vão de 66,41% em 1950-60, relativamente à população do iní-

(6) Secretaria da Educação e Cultura do Paraná - Plano Estadual de Educação 1972-76. Aspectos Demográficos e Sociais.

cio do período, a 30,10% em 1960-70 sobre a população de 1960. Os efeitos da fixação de imigrantes no rural decaíram para 17,89% sobre a população inicial, enquanto deveriam ter sido 30,10% se não houvessem ocorrido perdas. Houve uma diminuição da intensidade dos deslocamentos intra-regionais para o urbano de 16,07% de 1950 para 12,21% de 1960, representando acréscimo urbano de 48,29% em 1950, para 27,29% em 1960.

Os deslocamentos intra-regionais mantiveram o incremento da taxa de urbanização, mas a um ritmo decrescente em comparação com a década anterior. Quanto aos efeitos das entradas inter-regionais diretas para o urbano, desceriam mais que as intra-regionais, de 66,41% de 1950 para 30,10% de 1960 (Tabela 3.4.4 (g)). A participação relativa dos efeitos das entradas inter-regionais diretas no urbano no total dos efeitos atribuíveis ao incremento migratório, decaiu de 57,90% em 1950-60 para 52,44% em 1960-1970, ficando assim mais dependente dos deslocamentos intra-regionais.

Sua participação aumentou de 42,10% para 47,56 (Tabela 3.4.4 (i)). A queda da urbanização decorreu mais, portanto, da diminuição de entradas inter-regionais diretas.

No período de menores entradas globais, a diminuição do ritmo de crescimento do rural, devido às migrações, foi maior que a do urbano, de 50,34% para 17,89% o primeiro; e de 114,70% para 57,39% o segundo, evidenciando a continuidade do processo de urbanização. No entanto, o ritmo deste processo perdeu intensidade. A população rural perdia apenas 12,21% de 1960 e a urbana acrescia em 27,29%. O incremento urbano devido às migrações se tornou também mais dependente dos deslocamentos intra-regionais.

A diminuição da intensidade do crescimento populacional rural não foi, portanto, resultado da intensificação do volume de deslocamentos para o urbano. Deveu-se ao fato de que estes deslocamentos se deram num contexto de diminuição intensiva de entradas para o rural. Proporcionalmente à diminuição de entradas, os deslocamentos se tornavam maiores. Os dados indicam por inferência,

que, no período de queda das entradas inter-regionais, relativamente maior percentagem das pessoas que para aí se orientavam ou que já aí residiam, se dirigiram para o urbano. A parcela do crescimento urbano não explicável pelo incremento vegetativo, tornou-se mais dependente dos deslocamentos intra-regionais. Como esses não se intensificaram a tal ponto que substituíssem a parcela do ritmo de urbanização devido diretamente a entradas inter-regionais, a taxa de urbanização decaiu em 1960-70.

A Tabela 3.4.4 (j) apresenta o crescimento global observado nas populações rural, urbana e total, dimensionado pela proporção da população do ano final da década, em relação à do ano inicial, comparada ao crescimento esperado ou virtual e à parcela devida aos fenômenos migratórios.

Os percentuais entre parênteses representam a participação da parcela devida aos movimentos migratórios e a participação devida ao incremento vegetativo (virtual) no total do incremento populacional.

Em resumo, do incremento observado da população total nas três décadas analisadas, a parcela atribuída ao incremento migratório aumentou da primeira para a segunda e diminuiu na terceira abaixo da proporção da década 1940-50. Para a população rural, a parcela do incremento atribuível às migrações foi sempre mais baixa que a parcela média atribuível às migrações na população total. Sua distância que aumentou bastante na década 1950-60, diminuiu em 1960-70, indicando a desintensificação do ritmo de urbanização. Tanto a população rural quanto a urbana passaram, na última década, a depender mais do incremento vegetativo. Como a independência do incremento vegetativo da população urbana em 1950-60 foi muito maior que a do rural, a população urbana perdeu maior parcela de "independência" que a rural. O ritmo de urbanização mais lento na última década foi afetado pela diminuição das entradas globais. Em outros termos, ao diminuírem as entradas globais de imigrante, diminuiu a taxa de urbanização devida, menos à desintensificação dos deslocamentos inter-regionais

(que de fato ocorreu) e mais à diminuição de entradas inter-regionais adicionais não explicáveis pelos deslocamentos intra-regionais.

3.5 AS EMIGRAÇÕES E AS IMIGRAÇÕES LÍQUIDAS PARA O PARANÁ

3.5.1 A EMIGRAÇÃO DO PARANÁ

Pela Tabela 3.5.1 (a) verifica-se um incremento das emigrações entre 1950 e 1970. Esse aumento é tanto absoluto como relativo. Em 1950, as emigrações acumuladas eram de 71.310, o que representava 3,37% da população total desse período. Em 1970, o volume era de 335.575 pessoas, ou 4,84% da população do Paraná. O fluxo emigratório acumulado de 1940 não foi apresentado frente à indisponibilidade dos dados.

Para que se pudesse avaliar o montante das emigrações e as mudanças ocorridas entre um período e outro, calculou-se o fluxo entre os períodos (7). A emigração entre 1950-1970 representou 3,98% da população de 1970.

Quanto ao destino dos fluxos, as principais regiões de atração para os paranaenses até 1950 era a VII (SP), com 45,87% do total, depois a região IX (SC e RS) com 39,38% e numa proporção bem menor, a região VI (RJ e GB) com 10,44%. Em 1970, a situação se alterou bastante. A região VII tem 66,14% do fluxo acumulado, enquanto a região IX tem 12,97%. Decresceram para 4,26% as emigrações para a região VI e passaram de 1,56% em 1950 para 10,87 as saídas para a região X (Centro-Oeste). Essas alterações são confirmadas pelo fluxo entre 1950-70, quando a região VII tem 70,56% do total, seguida da região X, com 12,90%, e da região IX, com 7,21%.

(7) Vide AM 3.5.1

TABELA 3.5.1 (a) - FLUXO ACUMULADO E ENTRE PERÍODOS DAS EMIGRAÇÕES DO PARANÁ (1) SEGUNDO REGIÕES DE DESTINO
PARANÁ - 1950-1970

REGIÕES DE DESTINO	FLUXO ACUMULADO	FLUXO ACUMULADO	FLUXO ENTRE
	1950	1970	1950 - 1970 (2)
I - (RO-AC-AM-RR-PA-AP)	107	2.422	2.332
II - (MA-PI)	25	457	436
III - (CE-RN-PB-PE-AL-FN)	303	5.303	5.058
IV - (SE-BA)	193	3.552	3.389
V - (MG-ES)	1.337	7.623	6.497
VI - (RJ-GB)	7.445	14.285	8.015
VII - (SP)	32.709	221.944	194.395
IX - (SC-RS)	28.080	43.517	19.867
X - (MT-GO-DF)	1.111	36.472	35.536
T O T A L	71.310	335.575	275.515

FONTE: IBGE/CD

(1) Só Brasileiros natos - conceito do local de nascimento e residência na data do Censo

(2) M = Pt 70 - Pt 50 x Ts 50-70

TABELA 3.5.1 (b) - FLUXO ACUMULADO E ENTRE PERÍODOS DAS EMIGRAÇÕES DO PARANÁ (1) SEGUNDO REGIÕES DE DESTINO
PERCENTAGEM - PARANÁ - 1950-1970

REGIÕES DE DESTINO	FLUXO ACUMULADO	FLUXO ACUMULADO	FLUXO ENTRE
	1950	1970	1950 - 1970 (2)
I - (RO - AC - AM - RR - PA - AP)	0,15	0,72	0,85
II - (MA - PI)	0,04	0,14	0,16
III - (CE - RN - PB - PE - AL - FN)	0,42	1,58	1,83
IV - (SE - BA)	0,27	1,06	1,23
V - (MG - ES)	1,87	2,27	2,36
VI - (RJ - GB)	10,44	4,26	2,91
VII - (SP)	45,87	66,14	70,56
IX - (SC - RS)	39,38	12,97	7,21
X - (MT - GO - DF)	1,56	10,87	12,90
T O T A L	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE/CD

(1) Só Brasileiros natos - conceito do local de nascimento e residência na data do Censo

(2) M = PT 70 - PT 50 x TS 50-70

A maioria dos emigrantes se dirigiu sempre para São Paulo (região VII). No entanto, no período anterior a 1950, a região IX tinha um poder de alteração maior para os emigrantes paranaenses. No período posterior a 1950, os emigrantes se dirigem em muito maior proporção para São Paulo e o estabelecimento da nova fronteira na região Centro-Oeste também passou a atrair paranaenses.

O conceito de emigrante, segundo local de nascimento/residência na data do censo, não permite que se englobe todas as emigrações, isto é, também as saídas de naturais de outras regiões que aqui estiveram e retornaram ou emigraram para outras regiões. O conceito de local de residência anterior/residência na data do Censo abrange essas pessoas, mas conforme o que se observou anteriormente ao considerar apenas o último deslocamento que as pessoas fizeram este conceito não mostra realmente todas as emigrações ocorridas. O que se conclui, portanto, é que na verdade as saídas de pessoas do Paraná devem ser maiores do que as apresentadas no Censo.

Para os dados da Tabela 3.5.1 (c) utilizou-se tanto o conceito de local de nascimento quanto o de residência anterior. Reunindo as duas categorias de migrantes tem-se um fluxo acumulado em 1970 de 536.122 emigrantes, sendo que 348.138 são paranaenses (8) (64,94%), e 187.984 (35,06%) são naturais de outras regiões. Aqui verificaram-se as mesmas tendências do período 1950-70 (Tabelas 3.5.1 (a) e 3.5.1 (b)) no referente a orientação dos fluxos. Entre os paranaenses 64,63% destinavam-se à região VII; 12,80% à região IX e 10,85% à região X. Entre os naturais de outras regiões residentes anteriormente no Paraná (portanto não naturais do Paraná), também a maioria se destinou à região VII (67,22%), à região X (16,56%) e à região IX (7,33%).

(8) A razão da diferença entre o número de paranaenses nessa tabela 3.5.1 (a), é que nessa são dados da amostra, enquanto os da Tabela 3.5.1 (a), são dados do universo.

TABELA 3.5.1 (c) - FLUXOS ACUMULADOS DAS EMIGRAÇÕES DO PARANÁ, SEGUNDO A NATURALIDADE E REGIÕES DE DESTINO -
PARANÁ 1970

REGIÕES DE DESTINO	TOTAL		NATURAIS DO PARANÁ		NÃO NATURAIS DO PARANÁ	
	NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
I - (RO - AC - AM - RR - PA - AP)	4.098	100,00	2.191	53,47	1.907	46,53
II - (MA - PI)	849	100,00	469	55,24	380	44,76
III - (CE - RN - PB - PE - AL - FN)	7.234	100,00	5.355	74,03	1.879	25,97
IV - (SE - BA)	5.328	100,00	3.879	72,80	1.449	27,20
V - (MG - ES)	13.660	100,00	8.803	64,44	4.857	35,56
VI - (RJ - GB)	20.530	100,00	14.272	69,52	6.258	30,48
VII - (SP)	357.197	100,00	230.843	64,63	126.354	35,37
IX - (SC - RS)	58.353	100,00	44.578	76,39	13.775	23,61
X - (MT - GO - DF)	68.873	100,00	37.748	54,81	31.125	45,19
T O T A L	536.122	100,00	348.138	64,94	187.984	35,06

FONTE: IBGE/CD

TABELA 3.5.1 (d) - FLUXOS ACUMULADOS DAS EMIGRAÇÕES DO PARANÁ, SEGUNDO A NATURALIDADE E REGIÕES DE DESTINO -
PERCENTAGEM - PARANÁ 1970

REGIÕES DE DESTINO	TOTAL	NATURAIS DO PARANÁ	NÃO NATURAIS DO PARANÁ
I - (RO - AC - AM - RR - PA - AP)	0,76	0,63	1,01
II - (MA - PI)	0,16	0,13	0,20
III - (CE - RN - PB - PE - AL - FN)	1,35	1,54	1,00
IV - (SE - BA)	0,99	1,11	0,77
V - (MG - ES)	2,55	2,53	2,58
VI - (RJ - GB)	3,83	4,10	3,33
VII - (SP)	66,63	66,31	67,22
IX - (SC - RS)	10,88	12,80	7,33
X - (MT - GO - DF)	12,85	10,85	16,56
 T O T A L	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE/CD

A inexistência de dados para o ano de 1960 não permite saber com precisão em que época, entre 1950 e 1970 ocorreram as saídas. Pelos dados de tempo de residência dos migrantes residentes no Paraná (Tabela 3.3.1.2 (a)), tem-se que aproximadamente 1.200.000 pessoas entraram no período 1960-70 (49,08% de todo o fluxo acumulado), enquanto pelos cálculos da migração líquida (adiante na Tabela 3.5.2 (a)), o saldo do migratório era de 714.382 pessoas apenas. A diferença entre ambos pode, somente em parte, ser causada por critério diferente e por arredondamento nos cálculos, mas principalmente é explicada pelas saídas de pessoas no período 1960-70.

3.5.2 MIGRAÇÕES LÍQUIDAS - COMPARAÇÃO DO PARANÁ COM AS DEMAIS REGIÕES EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS.

Em relação as demais regiões brasileiras, o Paraná apresentou os maiores volumes, inclusive em termos absolutos, de saldos migratórios líquidos positivos até o período 1950-60 e uma queda desse volume na década seguinte (Tabela 3.5.2 (a))⁽⁹⁾.

No período 1940-50 o incremento migratório foi de 29,14% sobre a população total do Estado no início do período. Como já se falou anteriormente, o ponto alto da imigração no Paraná é a década 1950-60, quando o volume de entradas atingiu quase 1 milhão de pessoas, o que representou 45,61% sobre a população de 1950. Na década posterior, há uma redução do volume imigratório, cujo incremento sobre a população de 1960 é de 16,63%. A redução nesse período se dá também em termos absolutos, tanto em relação à imigração do período precedente no Paraná, como em relação às outras regiões. No período 1960-70, São Paulo assume a liderança no volume absoluto de entradas, mas o maior incremento sobre a população ocorreu na região X (Centro-Oeste).

Estes dados reafirmam a tendência observada da contribuição global das migrações de 1940 para a de 1950, aumentando em 1950-60,

(9) Vide AM 3.5.2

TABELA 3.5.2 (a) - MIGRAÇÃO LÍQUIDA POR DÉCADA E REGIÃO - BRASIL 1940-1970

REGIÕES	1940-1950		1950-1960		1960-1970	
	NÚMERO	INCREMENTO (2)	NÚMERO	INCREMENTO (2)	NÚMERO	INCREMENTO (2)
I - (RO-AC-AM-RR-PA-AP)	- 22.153	- 1,51	55.245	2,99	- 11.338	- 0,44
II - (MA - PI)	- 14.729	- 0,71	111.637	4,24	- 351.071	- 9,35
III - (CE-RN-PB-PE-AL-FN)	- 222.164	- 2,80	-1.071.989	- 10,86	- 829.631	- 6,96
IV - (SE - BA)	- 167.066	- 3,74	- 506.333	- 11,94	- 573.275	- 8,49
V - (MG - ES)	- 657.238	- 8,70	- 388.603	- 4,44	- 1.366.307	- 12,01
VI - (RJ - GB)	335.150	9,27	220.522	4,71	606.173	9,03
VII - (SP)	325.419	4,53	337.038	3,68	1.296.972	10,00
VIII - (PR)	360.253	29,14	965.073	45,61	714.382	16,63
IX - (SC - RS)	4.226	- 0,09	- 157.329	- 2,74	- 147.815	- 1,95
X - (MT - GO - DF)	66.771	5,30	434.751	24,64	661.910	22,01
TOTAL (1)	-1.087.576	2,64	+2.124.266	4,09	3.279.437	4,62
	+1.087.593		-2.124.254		3.279.437	

FONTE: Anuários Estatísticos de 1940 e 1960 e Censos Demográficos de 1950 e 1970.

PTo - 10 a mais - Calculado segundo a percentagem do total do Brasil

(1) As diferenças encontradas advêm da aproximação de casas decimais da taxa de sobrevivência

(2) A percentagem da Migração líquida toma como base a população no início do período

auge da migração. Confirmam também a queda percentualmente menor em termos da população inicial em 1960-70 detectada no item 3.4.4. É importante ressaltar aqui, que enquanto o saldo migratório líquido de imigrantes em 1940-50 representava 29,14% sobre a população no início do período, os seus efeitos globais representaram um aumento de 45,15% (Tabela 3.4.4 (d)). Em 1950-60, o saldo migratório líquido representava 45,61%, e seus efeitos globais, subiam a 66,41%. Em 1960-70, quando o saldo migratório líquido decaía a 16,63%, os efeitos globais decaíam a 30,10%.

Ao se diminuir do total atribuível à contribuição das imigrações, o saldo imigratório líquido, se obtém a diferença que será denominada de "diferença derivada das imigrações". Esta diferença é respectivamente, o incremento de 16,41% ocorrido em 1940-50 da população de 1940; o de 20,80% ocorrido na década seguinte sobre a população de 1950 e o de 13,47% ocorrido na década 1960-70 sobre a população de 1960. Esta "diferença derivada" é 54,94% maior que o saldo migratório de 1940-50; 45,60% maior que o saldo migratório de 1950-60, e 81,00% maior que o saldo migratório de 1960-70.

A "diferença derivada", portanto, comparativamente ao saldo migratório, é menor exatamente no período onde o fluxo de imigrantes chegou ao seu ápice, em 1950-60. E é a maior no período posterior ao ápice da imigração. Tais constatações comprovam que os efeitos globais da migração em uma década são, em grande parte, efeitos das migrações da década anterior.

O fator básico do declínio em 1960-70 está em que a fronteira agrícola no Paraná praticamente se esgotou e o Centro-Oeste parece ter assumido esse papel depois de 1960. Internamente, o que ocorreu também foi uma diminuição na demanda do café e consequente declínio da cafeicultura, determinando que esse tipo de lavoura, trabalho intensivo fosse, em parte, substituída por outras culturas, tanto espontaneamente como pelo programa de erradicação do café em 1965. A área cultivada do café decresceu em

relação à área cultivada total do Estado. A cafeicultura ocupou 44% das terras de lavoura em 1962, quando atingiu a maior participação e a partir daí apresenta um declínio constante. Em 1970, tem 18,84% e em 1972, 17,44%, o que significa menos de um sexto da área das quinze principais culturas do Paraná. A diminuição da área se dá tanto em termos relativos quanto absolutos: em 1962 a área plantada era de 1.620.798 ha e em 1970 de 1.048.400 ha⁽¹⁰⁾. Portanto, além de não ter atraído novas entradas de migrantes, a diminuição da área plantada do café gerou um aumento dos fluxos intra-regionais em virtude da liberação da mão-de-obra. Por outro lado, a área dedicada à pecuária, que representava 21,52% da área total dos estabelecimentos agrícolas do Estado, aumenta sua participação para 30,55% dessa área em 1970⁽¹¹⁾.

Esses são alguns exemplos de alterações nas atividades agrícolas que podem explicar não somente a menor intensidade dos fluxos imigratórios entre 1960 e 70, como também o aumento das saídas do Paraná nessa década e a intensificação dos fluxos intra-regionais.

Essa situação foi compensada, por outro lado, pelo crescimento de uma nova região, o sudoeste paranaense. A imigração para essa região deu-se principalmente depois de 1950, tendo atingido seu maior volume na década 1960-70. As entradas inter-regionais para essa região são na maioria naturais do Rio Grande do Sul (Tabela 3.2.5 (a)), decorrentes em grande parte do parcelamento dos médios e pequenos estabelecimentos naquela região.

A intensificação das atividades econômicas nessa região trouxe também um aumento dos fluxos migratórios, depois de 1960. Esse

(10) IPARDES - "Estado de Integração de Polos Agro-Industriais do Paraná". 2a. fase volume nº 1 - Ministério Agricultura/ EAGRI.

(11) FONTE: IBGE Censos Agrícolas de 1960 e de 1970.

fato pode ser confirmado pelo aumento da área de lavoura da soja e do trigo, que estão entre as principais culturas da região⁽¹²⁾.

O deslocamento da fronteira agrícola para a região Centro-Oeste deve-se sobretudo aos investimentos em infra-estrutura. Pode-se observar pela Tabela 3.5.2 (a), que o maior incremento migratório no período 1960-70 ocorreu nessa região, correspondendo a 22,01% sobre a população presente na região no início do período.

Em termos absolutos, contudo, a diminuição dos fluxos para o Paraná não foi tão violenta mas, de qualquer maneira, São Paulo tem a liderança em volume de entrada de pessoas. Em seguida vem o Paraná e depois o Centro-Oeste.

A análise da evolução da estrutura dos estabelecimentos agropecuários por tamanho e da localização do pessoal ocupado que se fará na parte 8.1, Estrutura Setorial de Emprego, permitirá reunir mais dados indicativos da evolução de condições que determinaram e determinarão em parte os movimentos migratórios.

(12) IPARDES "Estudo de Integração de Polos Agro-Industriais do Paraná" - op. cit.

ESTRUTURA POR IDADE E POR SEXO DA POPULAÇÃO. PARTICIPAÇÃO DAS MIGRAÇÕES NO SEU PERFIL

Como se sabe, através da seletividade própria da migração, os movimentos de população alteraram a composição etária e por sexo da população inicial de uma dada região. Ocorre pois, nas regiões receptoras de migrantes, num primeiro momento, um aumento da população em idade ativa, sendo que os homens serão predominantes nas zonas rurais e as mulheres nas cidades. Por outro lado, essa população que migra para outras regiões em idade fértil, incrementa a fertilidade geral da população.

A análise desses aspectos será baseada nos dados contidos nas Tabelas 3.6 (b), 3.6 (c), cujos números absolutos correspondentes se encontram nos Anexos Estatísticos respectivos.

Comparando-se as tabelas, verificam-se variações muito pequenas entre as décadas tomadas para análise. Nota-se entretanto, que há sempre uma predominância de homens, justamente o inverso do que ocorre no total da população brasileira (Tabela 3.6 (d) e AE 3.6 (d)). Em 1940, a única exceção é para o grupo etário de 10 a 19 anos. Em 1950 a 1970 os homens são predominantes em todos os grupos. Nos três períodos, as maiores diferenças entre a proporção de homens e mulheres estão nos grupos de 30 anos e mais. Os fluxos imigratórios no Paraná explicam essas diferenças, visto que a imigração para o Paraná foi essencialmente rural-rural e que entre os migrantes com situação rural as maiores proporções são do sexo masculino, contribuindo realmente para uma alteração na composição por sexo.

Quanto à composição etária, observou-se que os grupos etários mais jovens têm as maiores participações. Essa situação, característica da composição etária brasileira, se acentua no Paraná.

TABELA 3.6 (a) - POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO E IDADE - PERCENTAGEM - PARANÁ 1940

FAIXA	ETÁRIA	TOTAL	HOMENS		TOTAL		HOMENS		MULHERES	
			MULHERES	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
0	a 9	30,89	30,50	31,31	100,00	50,59	49,41			
10	a 19	23,64	22,98	24,33	100,00	49,80	50,20			
20	a 29	17,35	16,98	17,74	100,00	50,14	49,86			
30	a 39	11,75	11,99	11,49	100,00	52,31	47,69			
40	a 49	7,98	8,55	7,40	100,00	54,84	45,16			
50	a 59	4,66	5,04	4,25	100,00	55,44	44,56			
60	a 69	2,46	2,68	2,23	100,00	55,84	44,16			
70	e mais	1,24	1,25	1,22	100,00	51,88	48,12			
Idade Ignorada		0,03	0,03	0,03	100,00	45,08	54,92			
T O T A L			100,00	100,00	100,00	100,00	51,24	48,76		

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

OBS.: Os valores absolutos correspondentes às Tabelas 3.6 (a), (b), (c) e (d) estão no AE.

TABELA 3.6 (b) - POPULAÇÃO TOTAL, POR SEXO E IDADE - PERCENTAGEM - PARANÁ-1950

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
0 a 9	31,16	30,77	31,59	100,00	50,93	49,07
10 a 19	23,01	22,34	23,73	100,00	50,08	49,92
20 a 29	17,81	17,49	18,14	100,00	50,68	49,32
30 a 39	11,97	12,23	11,70	100,00	52,69	47,31
40 a 49	7,97	8,47	7,44	100,00	54,81	45,19
50 a 59	4,51	4,86	4,13	100,00	55,67	44,33
60 a 69	2,31	2,57	2,03	100,00	57,41	42,59
70 e mais	1,09	1,11	1,06	100,00	52,84	47,16
Idade Ignorada	0,17	0,16	0,18	100,00	47,01	52,99
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00	51,59	48,41

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

TABELA 3.6 (c) - POPULAÇÃO TOTAL, POR SEXO E IDADE - PERCENTAGEM - PARANÁ - 1970

FAIXA ETÁRIA			TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
0	a	9	32,18	31,73	32,65	100,00	50,55	49,45
10	a	19	24,35	23,79	24,94	100,00	50,08	49,92
20	a	29	15,68	15,54	15,82	100,00	50,82	49,18
30	a	39	11,32	11,55	11,08	100,00	52,29	47,70
40	a	49	7,89	8,29	7,46	100,00	53,87	46,13
50	a	59	4,68	4,96	4,39	100,00	54,26	45,73
60	a	69	2,43	2,62	2,23	100,00	55,24	44,76
70	e	mais	1,24	1,28	1,20	100,00	52,95	47,05
Idade Ignorada			0,24	0,24	0,23	100,00	52,30	47,70
TOTAL			100,00	100,00	100,00	100,00	51,26	48,74

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

TABELA 3.6 (d) - POPULAÇÃO TOTAL POR SEXO E IDADE (1) - PERCENTAGEM - BRASIL - 1970

FAIXA	ETÁRIA		TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
0	a	9	29,50	30,06	28,96	100,00	50,49	49,51
10	a	19	23,70	23,65	23,75	100,00	49,47	50,53
20	a	29	15,78	15,41	16,15	100,00	48,37	51,63
30	a	39	11,50	11,34	11,66	100,00	48,84	51,16
40	a	49	8,63	8,72	8,55	100,00	50,01	49,99
50	a	59	5,61	5,67	5,54	100,00	50,12	49,88
60	a	69	3,24	3,25	3,23	100,00	49,72	50,28
70	e	mais	1,86	1,72	1,99	100,00	45,86	54,14
Idade Ignorada			0,18	0,18	0,17	100,00	50,96	49,04
TOTAL			100,00	100,00	100,00	100,00	49,55	50,45

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

(1) Dados da Amostra

TABELA 3.6 (e) - PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO 0-9 NO TOTAL -BRASIL
(1950 e 1970) - PARANÁ (1940, 1950 e 1970).

	PARANÁ	BRASIL
1940	30,89	29,58
1950	31,16	29,62
1960 ⁽¹⁾	30,46	31,31
1970	32,17	29,25

FONTE: IBGE/CD/ANUÁRIO (1940) - IPARDES

(1) Vide AM 2.1

Ocorre pois, um distanciamento crescente em relação à média nacional para este grupo etário. Essa maior proporção do grupo etário de 0-9 anos é consequência das altas taxas de natalidade que o Paraná apresenta, principalmente no período 1960-70, como pode-se ver pela Tabela 3.6 (f).

As migrações realmente selecionam as pessoas por idade e sexo, o que faz pensar que as regiões de entrada de migrantes devam ter maiores proporções de pessoas em idade ativa em comparação com a população brasileira total. Isso só ocorre, no entanto, num primeiro momento, como se verificou no Paraná.

Quando se observa a composição etária e por sexo da população migrante pode-se confirmar essa seletividade (Tabelas 3.6 (f) e 3.6 (k)) no fluxo imigratório acumulado de 1940, 1950 e 1970. A seleção em geral, enquanto que a seleção por sexo faz segundo o destino dos fluxos. Numa migração com destino rural, como no caso paranaense, os homens tendem a ser predominantes.

Pelas tabelas acima citadas, os homens apresentam em todo o período analisado, uma proporção superior a 53%⁽¹³⁾.

(13) MERRICK, Thomas - Inter-regional Differences in Fertility in Brazil, 1950 to 1970 - Cadernos Cebrap nº 16, Edições Cebrap, São Paulo, 1973

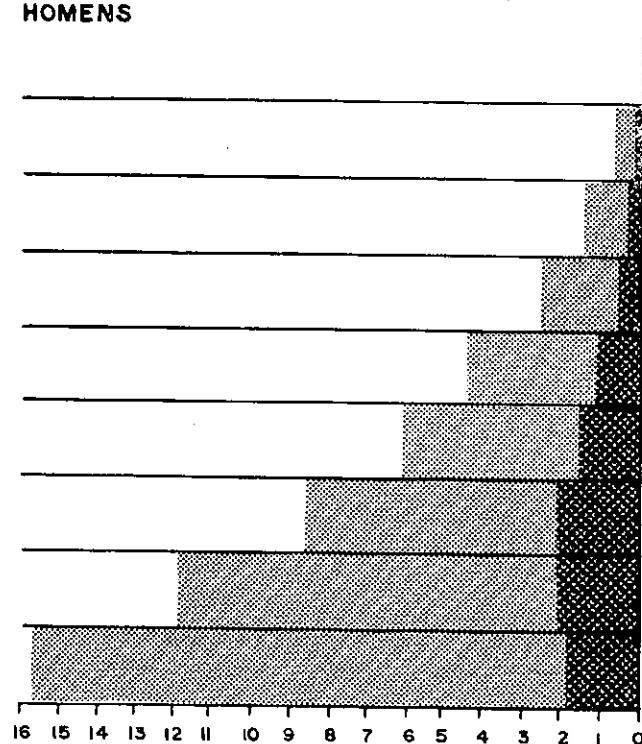
TABELA 3.6 (f) - IMIGRANTES SEGUNDO O SEXO E GRUPO DE IDADE - PARANÁ - 1940

GRUPO ETÁRIO			SEXO	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
				NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
0	a	9		41.005	100,00	20.874	50,91	20.131	49,09
10	a	19		50.827	100,00	25.694	50,55	25.133	49,45
20	a	29		47.640	100,00	25.311	53,13	22.329	46,87
30	a	39		33.937	100,00	19.020	56,05	14.917	43,95
40	a	49		22.718	100,00	13.321	58,64	9.397	41,36
50	a	59		11.578	100,00	6.882	59,44	4.696	40,56
60	a	69		5.725	100,00	3.512	61,34	2.213	38,66
70	e	mais		2.739	100,00	1.546	56,44	1.193	43,56
Idade Ignorada				76	100,00	38	50,00	38	50,00
TOTAL				216.245	100,00	116.198	53,73	100.047	46,27

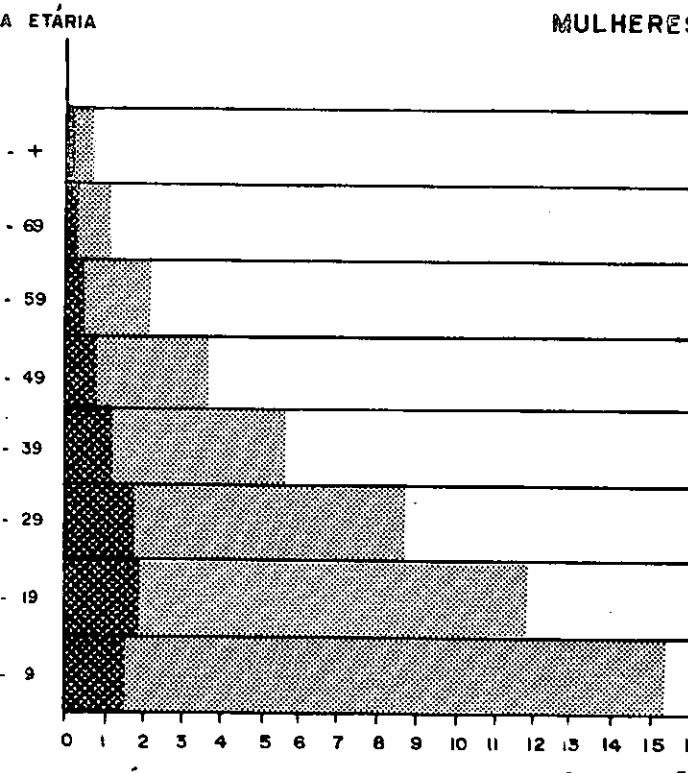
FONTE: IBGE/CD - IPARDES

**PRANCHA 3.6 (1^{af}) - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO TOTAL E IMIGRANTE
PARANÁ - 1940**

HOMENS



MULHERES



LEGENDA

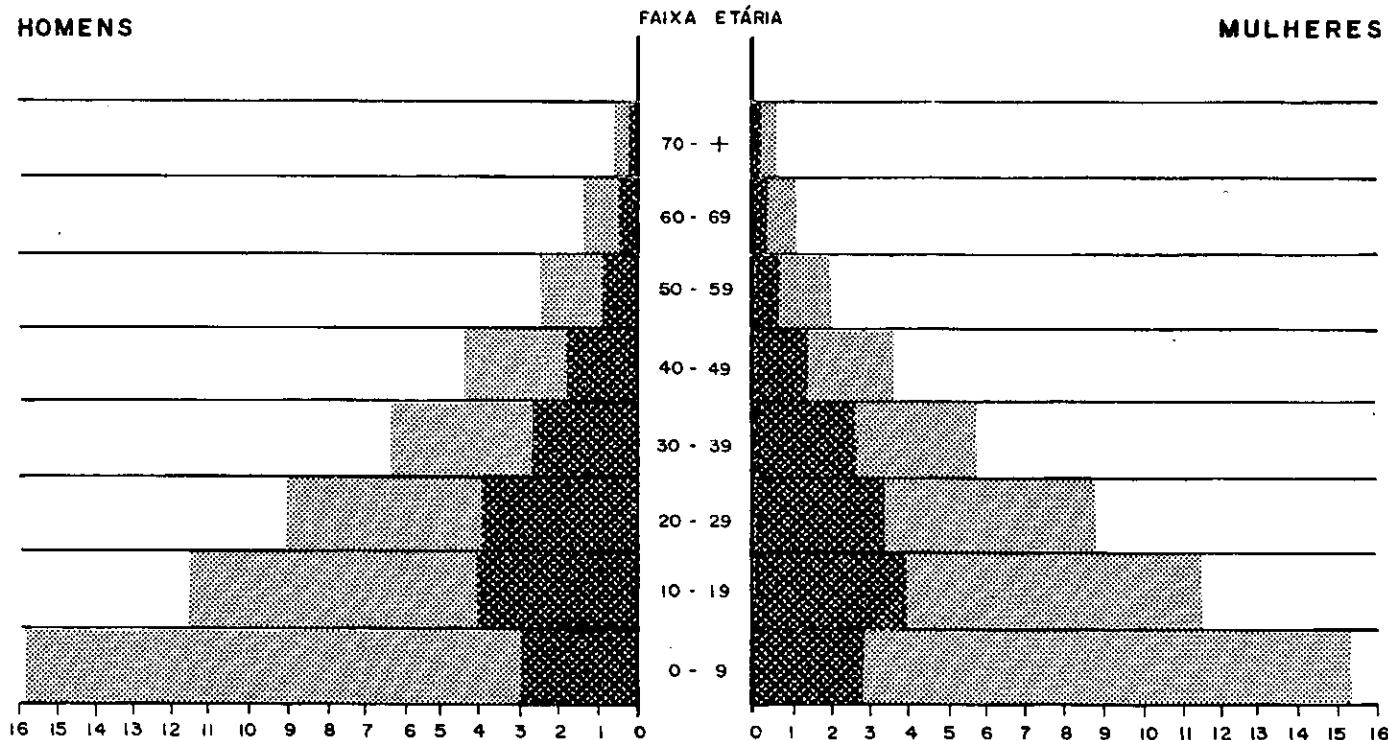
- População total
- Imigrante

TABELA 3.6 (g) - IMIGRANTES SEGUNDO O SEXO E GRUPO DE IDADE - PARANÁ - 1950

GRUPO ETÁRIO	SEXO	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
0 a 9		120.911	100,00	62.191	51,44	58.720	48,56
10 a 19		168.915	100,00	86.026	50,93	82.889	49,07
20 a 29		153.542	100,00	81.784	53,26	71.758	46,74
30 a 39		103.435	100,00	57.381	55,48	46.054	44,52
40 a 49		64.147	100,00	36.943	57,59	27.204	42,41
50 a 59		32.346	100,00	18.982	58,68	13.364	41,32
60 a 69		13.302	100,00	8.227	61,85	5.075	38,15
70 e mais		5.652	100,00	3.295	58,30	2.357	41,70
Idade Ignorada		1.533	100,00	780	50,88	753	49,12
TOTAL		663.783	100,00	355.609	53,57	308.174	46,43

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

PRANCHA 3.6 (2^o9) - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO TOTAL E IMIGRANTE
PARANÁ - 1950



LE GENDA

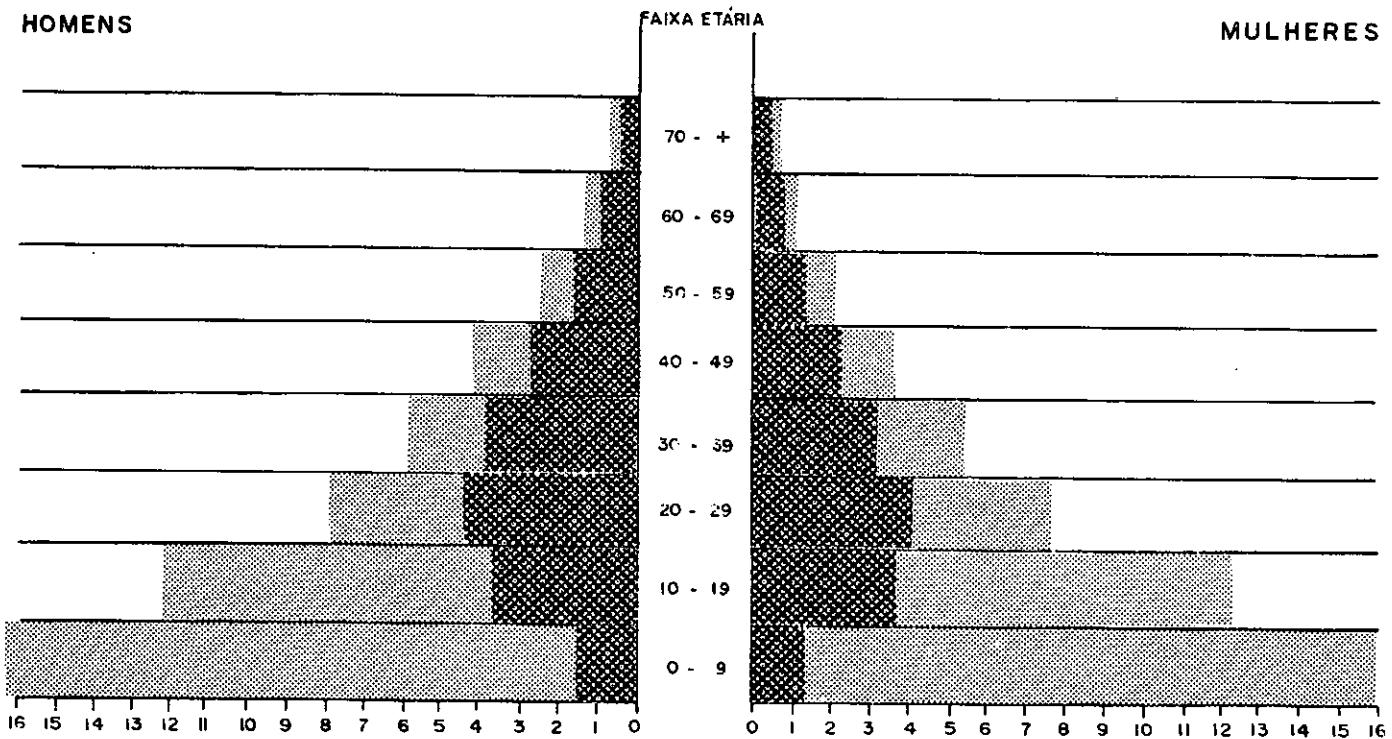
[diagonal lines]	População Total
[solid black]	Imigrante

TABELA 3.6 (h) - IMIGRANTES SEGUNDO O SEXO E GRUPO DE IDADE - PARANÁ - 1970

GRUPO ETÁRIO	SEXO	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
		NÚMERO	%	NÚMERO	%	NÚMERO	%
0 a 9		204.060	100,00	104.151	51,04	99.909	48,96
10 a 19		513.976	100,00	257.069	50,02	256.907	49,98
20 a 29		588.025	100,00	307.592	52,31	280.433	47,69
30 a 39		500.807	100,00	270.079	53,93	230.728	46,07
40 a 49		349.875	100,00	196.004	56,02	153.871	43,98
50 a 59		210.968	100,00	116.831	55,38	94.137	44,62
60 a 69		114.998	100,00	64.638	56,21	50.360	43,79
70 e mais		56.875	100,00	30.629	53,85	26.246	46,15
Idade Ignorada		3.423	100,00	1.722	50,31	1.701	49,69
TOTAL		2.543.007	100,00	1.348.715	53,04	1.194.292	46,96

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

**PRANCHA 3.6 (3^{ch}) - PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO TOTAL E IMIGRANTE
PARANÁ - 1970**



LEGENDA

- População Total
- Imigrante

TABELA 3.6 (i) - IMIGRANTES SEGUNDO O SEXO E GRUPO DE IDADE - PARANÁ 1940-1970 - PERCENTAGEM

GRUPOS ETÁRIOS	1940			1950			1970		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES	TOTAL	HOMENS	MULHERES
0 a 9	18,96	17,97	20,12	18,22	17,48	19,06	8,02	7,72	8,37
10 a 19	23,50	22,11	25,12	25,45	24,19	26,90	20,21	19,07	21,51
20 a 29	22,03	21,79	22,32	23,13	23,00	23,28	23,13	22,81	23,48
30 a 39	15,69	16,37	14,91	15,59	16,14	14,94	19,69	20,02	19,32
40 a 49	10,51	11,46	9,39	9,66	10,39	8,83	13,77	14,53	12,88
50 a 59	5,35	5,92	4,69	4,87	5,34	4,34	8,30	8,66	7,88
60 a 69	2,65	3,02	2,21	2,00	2,31	1,65	4,52	4,79	4,22
70 e mais	1,27	1,33	1,20	0,85	0,93	0,76	2,24	2,27	2,20
Idade Ignorada	0,04	0,03	0,04	0,23	0,22	0,24	0,13	0,13	0,14
T O T A L	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

TABELA 3.6 (j) - INCREMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL, POR PERÍODOS E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ 1940-1970

FAIXA ETÁRIA	PERÍODO		1940-1950	1950-1970
0 a 9			72,61	238,21
10 a 19			66,61	246,56
20 a 29			75,59	188,41
30 a 39			74,45	209,70
40 a 49			70,73	224,22
50 a 59			65,43	240,30
60 a 69			60,97	244,42
70 e mais			50,63	273,99
TOTAL			71,12	227,57

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

TABELA 3.6 (k). - INCREMENTO DECENAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE POR PERÍODOS E FAIXA ETÁRIA - PARANÁ 1940-1970

FAIXA ETÁRIA	PERÍODO		1940-1950	1950-1970
	0	a		
0 a 9			194,87	68,77
10 a 19			232,33	204,28
20 a 29			222,30	282,97
30 a 39			204,79	384,18
40 a 49			182,36	445,43
50 a 59			179,37	552,22
60 a 69			132,35	764,52
70 a mais			106,35	906,28
TOTAL			206,96	283,11

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

Para que se pudesse medir com maior segurança as alterações ocorridas na população paranaense pela ação direta e indireta das migrações, utilizou-se a taxa de incremento de cada grupo etário no período 1940-50 e 1950-70 tanto na população total como na população migrante, (Tabela 3.6 (j) para a população total e Tabela 3.6 (k) para população migrante).

Em relação à população total, observa-se no período 1940-50 que os maiores incrementos estão nas faixas de 20-29 anos, 30-39, 40-49 e 0-9. O incremento da população entre 20 e 49 anos é resultante de uma migração recente. Ocorre um crescimento significativo também na faixa 0-9 anos, em consequência de uma alta taxa de fertilidade para a qual a migração também contribuiu. A comparação com a população migrante, desse mesmo período, permite verificar que os maiores incrementos estão no grupo etário de 10 a 39 anos, sendo que esse incremento é crescente à medida que as idades são mais baixas.

No período 1950-70, os maiores incrementos da população total estão no grupo etário de 50 a 70 anos e mais e também no de 10 a 19 anos, evidenciando igualmente ao período anterior, uma alta natalidade. Pela concentração de maiores incrementos nos grupos etários mais velhos, evidencia-se uma migração mais antiga. No que se refere à população migrante, a situação se confirma: os maiores incrementos são dos grupos mais velhos e os menores nos mais jovens.

Tratando-se de fluxos imigratórios acumulados, o que se tem, portanto, é um envelhecimento da população migrante, que não é compensada por novas entradas. Há portanto, um rejuvenescimento da população total.

Para o tratamento dessa questão, decorrente diretamente das altas taxas de fertilidade que o Paraná apresenta, principalmente no período 1960-70, foram utilizados os dados do estudo de Tho-

mas Merrick⁽¹⁴⁾ sobre as diferenças regionais de fertilidade (Tabela 3.6 (l)).

Foram usadas três medidas de fertilidade: a taxa bruta de natalidade, a taxa de fertilidade geral e a taxa de mulheres casadas. Em relação à taxa bruta de natalidade, (Tabela 3.6 (m)) o Paraná se encontrava ligeiramente abaixo da média nacional no período 1940-50 (menos 0,46%), mas acima dela no período 1960-70 (mais 11,85%). A taxa de fertilidade geral está claramente acima da média nacional em 1940-50 (mais 4,16%) e em 1960-70 (mais 20,17%). Quanto à taxa de fertilidade das mulheres casadas, situa-se abaixo da média entre 1940-50 (menos 12,08%), mas apresenta um incremento de 12,4% no período 1960-70, superando nesse período a taxa média nacional (3,37% acima). Comparando-se todos esses dados, verifica-se que as maiores taxas de fertilidade estão no período 1960-70 e que a taxa de fertilidade geral e a taxa de fertilidade das mulheres casadas cresceu mais rapidamente que a taxa bruta de natalidade.

A alteração da fertilidade pela migração não se fez simplesmente pelas mudanças na composição etária e por sexo. Pela seletividade inerente à migração, as pessoas migrantes são principalmente adultos jovens, portanto mais propensos a mudar seu comportamento relativo a fertilidade na região para onde emigram. Nesse ponto, o Paraná como uma região basicamente rural, teria uma tendência à maior fertilidade. Por se constituir na unidade básica da produção agrícola, o tamanho médio das famílias necessita ser grande. Sabe-se que, nos estabelecimentos agrícolas de até 20 hectares trabalham o responsável⁽¹⁵⁾ com sua família.

Esses estabelecimentos têm justamente a maior proporção no total dos estabelecimentos agrícolas e ocupam 63,0% do pessoal⁽¹⁶⁾.

(14) - MERRICK, Thomas - op. cit.

(15) - Vide item 6

(16) - FONTE: Censo Agropecuário 1970 - Dados Preliminares IBGE 1970.

TABELA 3.6 (L) - DIFERENÇAS REGIONAIS NA TAXA DE FERTILIDADE GERAL PARA O TOTAL DAS MULHERES E PARA AS MULHERES CASADAS - 1950-1970

REGIÕES	TAXA DE FERTILIDADE GERAL (%)		INCREMENTO % 1940-1950 a 1960-1970	TAXA DE FERTILIDADE DAS MULHERES CASADAS (%)		INCREMENTO % 1940-1950 a 1960-1970
	1940-1950	1960-1970		1940-1950	1960-1970	
AMAZONAS	196,6	209,1	6,4	412,4	383,6	- 7,0
NORTE	195,2	193,8	- 0,7	362,8	335,2	- 7,6
NORDESTE	214,7	210,6	- 1,9	397,3	409,3	3,0
BAHIA	193,5	209,2	8,1	414,3	409,3	- 1,2
MINAS GERAIS	186,2	169,2	- 9,1	328,1	323,6	- 1,4
RIO - GUANABARA	125,7	118,4	- 5,8	244,8	222,3	- 9,2
SÃO PAULO	149,6	130,2	- 13,0	241,5	225,5	- 7,9
PARANÁ	185,3	203,2	9,7	280,8	315,7	12,4
SUL	170,2	149,2	- 12,3	292,9	258,3	- 11,8
CENTRO-OESTE	188,3	193,2	2,6	327,5	326,8	- 0,3
BRASIL	177,9	169,1	- 5,0	319,4	305,4	- 4,4

FONTE: IBGE (1956) e Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
 Fundação IBGE 1973 in Marrick, Thomas "Interregional Differences
 in Fertility in Brazil" - 1950-1970 Cebrap Caderno 16

TABELA 3.6 (m) - DIFERENÇAS REGIONAIS NA TAXA BRUTA DE NATALIDADE NO BRASIL E INCREMENTO PERCENTUAL
1950 - 1970

REGIÕES	TAXA BRUTA DE NATALIDADE		INCREMENTO	
	1940-1950	1960-1970	1940-1950	1960-1970
AMAZONAS	45,9	46,2		0,6
NORTE	46,8	44,0		- 6,0
NORDESTE	52,1	49,6		- 4,8
BAHIA	47,9	48,5		1,3
MINAS GERAIS	44,7	39,9		-10,7
RIO - GUANABARA	33,9	31,1		- 8,3
SÃO PAULO	37,9	33,0		-12,9
PARANÁ	43,7	45,3		3,7
SUL	41,1	35,9		-12,7
CENTRO - OESTE	43,8	43,6		- 0,5
BRASIL	43,9	40,5		- 7,7

FONTE: IBGE (1956) e Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
Fundação IBGE 1973 in Marrick, Thomas "Interregional Differences
in Fertility in Brazil" 1950-1970 CEBRAP Caderno 16

Essa tendência foi grandemente reforçada pelos fluxos para o Paraná que foram essencialmente rurais-rurais (62,32% dos fluxos acumulados em 1970). Além disso, conforme se pode verificar pelos dados sobre a composição etária dos migrantes nos três períodos analisados, as maiores concentrações estão nos grupos de 10 a 49 anos (onde se inclui o período mais fértil). Em 1940 esse grupo representava 71,73% do total de migrantes, 73,83% em 1950 e 76,79% em 1970. Esses dois elementos combinados, trabalharam para que o Paraná apresentasse, nos períodos analisados, as altas taxas de fertilidade e a grande proporção da população de 0-19 anos, que em 1970 vai atingir 56,53% do total da população.

Observa-se que, desde 1940 já ocorria alguma alteração na composição etária da população, com uma proporção de população de 0-9 anos, bem superior à média brasileira, com exceção da década de 1960. O que se pode supor é que num período anterior tenha havido um aumento da população adulta, desde que, já a partir de 1930 se fazia a colonização maciça do norte paranaense. Por outro lado, a grande proporção de população jovem superior à brasileira em 1940, 1950 e 1970 não é resultado direto do incremento migratório mas muito mais derivado do componente vegetativo que, por sua vez, como se demonstrou, é intensificado pelo incremento migratório. É apenas no ano 1960 que a proporção da população em idade ativa é maior no Paraná que no Brasil, apresentando efeito direto do componente migratório o que deve ter sido portanto, superior ao incremento derivado da população de 0 a 9 anos no decorrer da década 1950-60.

3.7

OBSERVAÇÕES FINAIS

Utilizando-se as informações fornecidas pelos censos demográficos, correlacionando os conceitos, indicando suas limitações, dimensionou-se os fluxos migratórios que apresentaram, entre as principais características, o comportamento das migrações líquidas por décadas.

No período de 1940 a 1950 começa a se acentuar o saldo positivo líquido das migrações, atingindo o auge na década de 1950-60. Como já se disse, o Paraná comparativamente a outras regiões brasileiras apresentou o maior volume, inclusive em termos absolutos, de saldos migratórios positivos, neste período. Na década posterior as migrações tendem a diminuir contribuindo para o decréscimo no incremento da oferta de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, pode-se verificar uma tendência crescente ainda que, diminuta de emigrações para o Centro-Oeste do Brasil.

A contribuição das migrações intra-regionais entre a zona urbana e rural só foi possível analisar pelos fluxos acumulados, o qual demonstrou ser relativamente de pouca importância.

Percebem-se efeitos maiores das migrações intra-regionais no incremento urbano, que tiveram seu auge na década 1950-60, e declínio na década de 1960-70. Estes resultados coincidem com o auge e declínio da entrada de migrantes inter-regionais no Estado.

Portanto a tendência entre 1960 e 1970 não era de incrementar o ritmo de urbanização derivada de fluxos migratórios. Em outros termos, a liberação de mão-de-obra agrícola continuaria no mesmo ritmo. No entanto, considerando-se o limite físico de disponibilidade de terras, pode-se supor um aceleração do êxodo rural, que poderá tanto se dirigir para áreas urbanas do próprio Estado, assim como para outras regiões, principalmente o Centro-Oeste do Brasil que se apresenta hoje como nova fronteira de expansão agrícola. Essas possíveis tendências serão reavaliadas ao se analisar a evolução do setor agrícola.

Estes resultados contribuem para se supor a tendência cada vez mais crescente, de diminuição dos fluxos imigratórios para o Paraná que rapidamente contará apenas com o crescimento vegetativo para o incremento populacional.

As migrações no Paraná vêm demonstrar a fundamental importância dos fluxos migratórios como rearticuladores da mão-de-obra.

4. A ESCOLARIDADE DA OFERTA DE MÃO-DE-OBRA (EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO)

A ESCOLARIDADE DA OFERTA DE MÃO-DE-OBRA

(Educação e Mercado de Trabalho)

Os estudos que compõem este capítulo, destinam-se a configurar a oferta de mão-de-obra do Estado do Paraná, em termos de escolaridade. O nível de escolaridade, se constitui na única informação disponível das fontes utilizadas, que possibilita aproximação da qualificação da oferta de mão-de-obra.

A educação, como uma das variáveis a ser considerada na determinação das características da oferta da força de trabalho, será examinada a partir não só do parâmetro definido pelo nível de ensino atingido (escolaridade) pela população em idade ativa (PIA), como pela amplitude da oferta do sistema escolar (escolarização).

A taxa de escolarização, é dada pela quantidade de pessoas atendidas pelo sistema escolar, expressa no número de matrículas em relação ao total da população ou em relação ao total de faixas etárias. Sua análise, a partir dos dados censitários que permitem compor a série histórica decenal de 1940 a 1970, pretende verificar a evolução na capacidade de atendimento das escolas no Estado do Paraná.

Através da situação de ensino da PIA, ou seja, dos anos de estudo por ela atingidos, pretende-se traçar o perfil de qualificação do contingente potencial máximo da força de trabalho. Pela comparação entre os ritmos de incremento da escolarização da população e da escolaridade da PIA, busca-se identificar e explicar as interrelações, entre, o aumento do número de pessoas na escola e os seus resultados na melhoria da educação incorporada e medida pelas séries completadas e não pelos anos freqüentados.

Constatado o ritmo da expansão da escolarização e da escolaridade e as suas interrelações, serão levantadas hipóteses explicativas-gerais e complementares - intimamente associadas às características do processo econômico paranaense, e às consequentes alterações no mercado de trabalho.

Objetivando dar unidade ao tema "escolaridade da oferta da mão-de-obra" discutido na sua associação com as alterações do próprio mercado de trabalho, esse capítulo não só apresenta e analisa a escolaridade da oferta de mão-de-obra considerada nos seus limites máximos, como a compara com a escolaridade da parcela da oferta de mão-de-obra que já se encontra ocupada.

Sua comparação visa detectar se as alterações da escolaridade do total da população em idade ativa e da população ocupada, se dão em graus homogêneos e em momentos simultâneos ou não, e a possibilidade de perceber e supor a configuração de pontos de estrangulamento ou deficiências de expansão da oferta de escolaridade diante de um ritmo maior de incorporação no mercado de trabalho. Procura-se sempre assinalar as diferenças entre o mercado de trabalho feminino e masculino.

As hipóteses explicativas para as interrelações entre as transformações da escolaridade da PIA e da PO deverão reavaliar as primeiras proposições sobre as relações entre crescimento econômico, mercado de trabalho e educação.

Conhecido e interpretado o processo de expansão da oferta de matrículas e dos níveis de escolaridade poderão ser indicadas as prováveis tendências do sistema educacional e da escolaridade da população se constituírem ou não, em pontos de estrangulamento estruturais para o mercado de trabalho.

Ao término do capítulo, portanto, ter-se-á caracterizado o grau de escolaridade dos limites máximos da oferta de mão-de-obra e da população ocupada, e o grau de abrangência da população que freqüenta a escola, tendo-se, portanto, caracterizado por aproximação a qualificação da mão-de-obra. Mas não só isso. A partir da análise do processo histórico de transformação ter-se-á inferido relações básicas entre educação e mercado de trabalho, que tenderão à continuidade nos períodos seguintes.

As relações entre educação e mercado de trabalho serão ainda abordadas a um nível de detalhamento maior para as categorias dos níveis de escolaridade mais altos, que são considerados profissionalizantes ou que funcionam como tal. Buscar-se-á constatar se há ou não adequação entre a população formada nos vários ramos de ensino de nível médio e superior, com o tipo de ocupação exercida, e qual é a capacidade de absorção pelo mercado de trabalho desses níveis, assim como indicar possível aumento da demanda.

Por último, a análise das relações entre rendimento e escolaridade visa não só apresentar algumas considerações sobre a escolaridade como um dos fatores que condicionam o rendimento, como também a sua efetiva correlação, de modo amplo, estimula a demanda social por educação, percebida da perspectiva da instrumentabilidade para ascensão social. É essa crescente aspiração social que mediatiza as relações entre a alteração da demanda do mercado de trabalho por categorias sociais de escolaridade crescente e a expansão do sistema educacional.

A abordagem desse capítulo, portanto, no seu conjunto não pretende apenas caracterizar a escolaridade da oferta de mão-de-obra. Considerada em si mesma, só se poderia avaliá-la em termos de alta, média ou baixa escolaridade, assim como sua evolução em termos de velocidade: rápida ou lenta. Além de assim qualificá-la e apresentar as qualificações nesses termos, pretendeu-se avaliá-la em relação a um ponto de referência: as alterações do mercado de trabalho que geradas em última instância pelo crescimento econômico, passam a pressionar e exigir um incremento da escolaridade. Este grau de pressão e de exigência é que deverá ser detectado e analisado.

4.1

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ESCOLAR

Esta parte do trabalho procura descrever o comportamento do sistema educacional paranaense nos aspectos relativos à escolariza-

ção geral e escolaridade da população em idade ativa, efetuando, ainda, uma análise comparativa entre os dois aspectos mencionados com indicação de possíveis problemas e tendências observadas.

Por escolarização conceitua-se o movimento quantitativo de alunos abrangidos pelo sistema educacional; por escolaridade entende-se a situação de estudo evidenciada pela população nas diferentes categorias de ensino ofertadas por esse mesmo sistema.

Os dados colhidos referem-se ao Estado do Paraná, considerados em conjunto, isto é, sem cortes polarizadores e cobrem três décadas, ou seja, à partir de 1940 até 1970, inclusive. As principais fontes de coleta foram os Anuários Estatísticos e Censos Demográficos, ambos publicados pela Fundação IBGE, bem como o Plano Estadual de Educação do Estado do Paraná (1973-1976).

4.1.1 EXPANSÃO DA ESCOLARIZAÇÃO TOTAL

Segundo pode-se apurar na leitura das tabelas 4.1.1.(a) e (b), o movimento de matrículas pelas escolas paranaenses vem sofrendo sensíveis acréscimos notadamente a partir da década 1950 1960 quando, no mínimo, duplica-se a escolarização.

Deve-se ressaltar ainda a predominância das matrículas do sexo masculino, ligeira em 1960, já mais acentuada em 1970. Em percentuais, passa de 53,12 para 57,46.

TABELA 4.1.1.(a) - MATRÍCULA GERAL - PARANÁ 1940-1970.

ANOS	TOTAL GERAL	SEGUNDO O SEXO		SEGUNDO A CATEGORIA DE ENSINO			
		MASC.	FEM.	PRIM.	SECUND.	SUPERIOR	OUTROS (1)
1940	119.963 (2)	108.885	8.288	1.174	1.666
1950	186.723	115.519	22.131	2.691	6.382
1960	469.505 (3)	245.909	217.000	398.619	64.290	6.686	
1970	1.306.147 (4)	750.577	555.570	973.110	261.386	30.795	

FONTE: I.B.G.E. - Anuários Estatísticos

(1) inclui cursos de enfermagem, economia doméstica, cursos de artes e ginásio orientado para o trabalho.

(2) o total do Anuário não coincide com a soma dos graus de ensino

(3) o total do Anuário não coincide nem com a soma dos graus, nem com a distribuição por sexo, somas também diferentes.

(4) o total do Anuário só coincide com a soma da distribuição por sexo.

(2,3 e 4) os "erros" são de pequena monta.

TABELA 4.1.1.(b) - TAXAS DE INCREMENTO GEOMÉTRICO - PARANÁ 1940-1970

ANOS	GERAL	SEGUNDO O SEXO		SEGUNDO A CATEGORIA DE ENSINO			
		MASC.	FEM.	PRIM.	SECUND.	SECUND. + OUTR.	SUPERIOR
1940-1950	4,52	3,63	10,32	11,10	8,65
1950-1960	9,65	9,86	11,25	8,47	9,53
1960-1970	10,77	11,80	9,85	9,33	15,05	15,06	16,50
1940-1970	8,28	7,57	12,19	11,51	11,50

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

As progressivas taxas de incremento de escolarização podem ser atribuídas à implantação de novas escolas, requeridas por um efectivo populacional que também a partir de 1940 sofre singular impulso através dos movimentos migratórios havidos no Paraná, por ocasião da colonização do Norte Novo e, mais recentemente, no

Sudoeste do Estado, e que gerando a criação de novas cidades, fez surgir uma rede complementar de serviços dentre os quais as escolas. A pequena taxa de incremento do primário na primeira década, no entanto, sugere uma certa demora do sistema escolar em atender ao incremento migratório.

A seguir, especialmente a categoria de ensino primário, refletiu esse fenômeno migratório através de um salto na taxa de incremento da escolarização que passou de 3,63, na década 1940-50 para 9,86 na década imediatamente posterior. Como na década 1950-60, para o secundário, não houve um salto tão grande em relação ao anterior, o peso do secundário no total continua crescendo, mas em menor ritmo. O incremento de matrículas no ensino secundário revela-se maior na década 1960-70, correspondendo a uma também maior população urbanizada. Estas considerações são válidas, quer se considere o "secundário" ou se tome juntamente com a categoria "outros", que, provavelmente, na sua totalidade, deve corresponder ao ensino médio, apesar das deficiências de definição da fonte dos dados. Se na década 1950/60, o ritmo do primário supera o do secundário mais outros e o do superior, já em 1960-70, é ela que é superada.

Tal enfoque é válido também na categoria de ensino superior. Os efeitos da urbanização e do crescimento do médio acentuam o crescimento do superior. O superior supera a taxa de incremento do secundário, passando de 9,53 na década 1950-60 para 16,50 nos anos de 1960-70.

A predominância de matrículas da população masculina, assim como sua maior taxa de crescimento entre 1960-70, pode ser pensada como reflexo da situação econômico-cultural, que apoiada num mercado de trabalho que funciona seletivamente, absorvendo com destaque elementos do contingente masculino, oferecendo estímulos menores à expansão da qualificação da mão-de-obra feminina, tradicionalmente destinada aos afazeres domésticos.

Considerando o período compreendido entre 1940-70 constata-se que a mais alta taxa de incremento anual de matrículas é encontrada nas classes secundárias, seguidas pelas universitárias. Isso não significa, entretanto, um atendimento mais extensivo. Pelo contrário, é no nível primário que se verifica maior densidade de presenças, representando quase quatro vezes o total do secundário e perto de 32 vezes o contingente matriculado nas escolas de nível superior.

Para se verificar historicamente os índices de escolarização frente à solicitação potencial, ou seja, população escolarizável, bem como as tendências nele implicadas, foram alinhadas informações cobrindo o período compreendido entre as décadas de 1940 até 1970, a partir de coleta efetuada em fontes já indicadas no início do presente estudo.

Deve ser observado que, em virtude de não se conseguir apurar características da população nos anos 1960, ficou esta época carente de informações tornando mais elástica a margem de possíveis distorções na análise.

Para efeito de melhor visualização, esses dados foram organizados na tabela 4.1.1.(c) que é apresentada a seguir. Foram considerados os limites amplos e os limites restritos da população potencialmente demandante de acordo com a idade.

TABELA 4.1.1 (c) - ABRANGÊNCIA DA ESCOLARIZAÇÃO SOBRE OS LIMITES AMPLOS E RESTRITOS DA POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL

ESCOLARIZAÇÃO	ANOS	1940	1950	1970
<u>Mt. Primário</u>				
Pop. 5 e + (1.a)		10,52%	8,88%	16,83%
<u>Mt. Primário</u>				
Pop. 5 a 14 (1.a)		31,99%	28,11%	48,59%
<u>Mt. Primário</u>				
Pop. 7 a 14 (1.r)		40,95%	36,37%	62,98%
<u>Mt. Prim. + Secundário</u> ^(*)				
Pop. 7 a 19 (1.r)		29,85%	28,03%	53,40%
<u>Mt. Secundário</u> ^(*)				
Pop. 10 e + (1.a)		1,17%	1,96%	5,56%
<u>Mt. Secundário</u> ^(*)				
Pop. 10 a 19 (1.r)		3,41%	5,86%	15,49%
<u>Mt. Superior</u>				
Pop. 15 e + (1.a)		0,17%	0,22%	0,81%
<u>Mt. Superior</u>				
Pop. 20 a 29 (1.r)		0,55%	0,71%	2,83%

FONTES: IBGE/Anuários Estatísticos (matrículas)
 IBGE/Censos Demográficos (população)
 IPARDES

(*) Foi incluído o total de "outros"

OBS.: Os valores absolutos das matrículas estão na Tabela 4.1.1 (a)

Através da Tabela 4.1.1 (c) verifica-se um percurso indicador de relativa estabilidade nos percentuais mantidos nas primeiras fases estudadas, isto é, anos de 1940-50. Neste período, o ensino primário reduz sua amplitude frente ao crescimento populacional das faixas situadas no módulo 5 a 14 anos, 7 a 14 anos, assim como em relação à população total, exceto crianças de 1 a 4 anos.

Uma certa demora da expansão pública do ensino em atender ao aumento da população em idade escolar constitui-se num dos fatores determinantes deste decréscimo. O aumento da população escolarizável se deveu fundamentalmente ao fluxo migratório ao meio rural, intenso exatamente nestas décadas, provocado por uma necessidade de sobrevivência e trabalho que mobiliza grande contingente de outras regiões brasileiras para atividades ligadas ao cultivo, à criação e a lavração da terra no Paraná. As fontes de riqueza são os frutos da terra, consequentemente, e apenas quando em parte satisfeitas estas necessidades é que outras vão surgindo e se firmando.

Por ser rural, a maior parcela do incremento da população escolarizável, tardou mais em se constituir em demanda escolar e pressionar através da política clientelística a expansão pública do ensino. Gradualmente, o crescimento agrícola estimulou a dinamização das atividades terciárias e agro-industriais, incrementando a população urbana que, tanto por sua renda como por suas ocupações, "estilo de vida" e maior acesso à categoria política, pressiona com mais eficiência a expansão de escolas. Aceitos a necessidade e o direito de universalidade do ensino primário, o poder público expande esse grau de ensino em direção à população rural nas décadas entre 1950 e 1970.

A expansão do ensino secundário e superior frente à população em idade potencial (limites mais restritos e mais amplos) não sofre decréscimo em nenhuma década, indicando a maior eficiência de resposta da oferta de ensino à parcela da população urbana que demanda tais graus de ensino. Ao lado da pressão da demanda, a complexificação das ocupações urbanas, assim como as transformações tecnológicas e exigência de maior produtividade, estimulam a expansão desses níveis de ensino. Seus ritmos de incremento foram mais altos que o do primário e foram mais próximas do ritmo de incremento da população em idade demandante. Embora sua taxa de escolarização insignificante em 1940 continue baixa em 1970, comprovando-se que esses níveis de ensino não tendem à universaliza-

ção, responderam mais rapidamente à sua demanda específica (algumas categorias sociais) e às necessidades das transformações tecnológicas e organizacionais das ocupações urbanas.

Da população rural, apenas um contingente restrito demanda níveis de ensino secundário e superior. Aos poucos, seu número aumenta dentro de algumas categorias. Filhos dos proprietários já enriquecidos vêm aos grandes centros para receber instrução e se metamorfosear em doutores ou então, para adquirir conhecimentos técnicos, frente à exigência de maior produtividade e das transformações da tecnologia de trabalho.

Por sua vez, a mecanização progressiva aliada à instabilidade do mercado demandante de matérias-primas tradicionais, provoca crescentes fluxos liberadores da mão-de-obra rural que vê sua perspectiva de sobrevivência limitada ao deslocamento a novas lavouras ou cidades. Nestas últimas, dado o frágil dinamismo empregatício que ainda as caracteriza, estes migrantes sobrevivem qualificando-se para o trabalho demandado, obtendo colocação que lhes assegure participação no mercado consumidor, aumentando especialmente a demanda pelo ensino primário..

Nas taxas de urbanização, deve-se considerar também, como já se salientou, o acréscimo provocado pela evolução do setor agrícola. A partir de solicitações internas ao desenvolvimento regional rural, instalaram-se e/ou sofreram ampliações: a rede de infra-estrutura (energia, transportes e comunicações), o comércio, a prestação de serviços dentre outros, gerando a criação de novos municípios e o decorrente adensamento demográfico.

Em síntese, tais processos, amalgamando conotações regionais particulares de cunho também político e cultural é que vêm, lentamente, provocando acréscimos substanciais não só nas entradas em curso secundário e superior como no global, na medida em que também concebem múltiplas iniciativas voltadas à educação popular em níveis primários. É muito mais a expansão do en-

sino a partir das áreas urbanas que chega às áreas rurais, do que a partir das exigências do trabalho rural.

Assim, observa-se as diferenças existentes nas relações entre matrícula e população escolarizável entre as décadas de 1950 e 1970. Nesta última, praticamente todos os indicadores percentuais no mínimo dobraram, refletindo a tendência de mudança de relações estruturalmente agrícolas frente a exigência agro-industriais, implementação de novos serviços, aliadas ao simultâneo incremento populacional urbano.

Ainda assim, o percentual da população atendida pelo sistema educacional é mínimo, representando em 1970:-

- 48,59% da população em idade de ingresso no ensino primário comum (5 a 14 anos) ou 62,98% da população de 7 a 14 anos.
- 15,49% do contingente potencialmente solicitador do ensino secundário (10 a 19 anos).
- 2,83% da população em idade adequada de ingresso na categoria de ensino superior.

Isto significa que em cada 100 pessoas em idade de 5 a 14 anos, 49 estão na escola primária, enquanto que no ensino superior a proporção não chega a 3 pessoas por 100 entre os de 20 a 29 anos. Mantém-se, portanto, o considerável afunilamento das entradas no ensino superior frente às da educação primária.

Das taxas até aqui apresentadas, a mais precisa é a que considera o total das matrículas primárias e secundárias sobre o total da população de 7 a 19 anos. Essa taxa expressa a baixa escolarização ainda em 1970, apenas 53,40% encontrava-se na escola.

Todas as taxas de escolarização já apresentadas são apenas indicadores aproximados da proporção de crianças, adolescentes ou adultos de cada faixa etária que estão na escola face às que não estão. Seria preciso conhecer a idade da população que se encontra na escola por nível de ensino, para se contrapor ao total da

faixa e obter assim a real taxa de escolarização e em que nível de ensino se encontra.

Os censos não oferecem tais dados. Os levantamentos sobre a situação escolar realizados pela Fundação Educacional do Estado do Paraná (FUNDEPAR) na segunda metade da década de 1960, oferecem a possibilidade de se calcular as reais taxas de escolarização da população entre 7 e 19 anos, assim como conhecer o nível e série de ensino em que se encontram.

Pelas taxas de escolarização, pode-se determinar em que idade se dá a terminalidade real da população, isto é, em que idade deixa a escola para o trabalho ou afazeres domésticos, geralmente por necessidade ou por não conseguir continuar os estudos.

Da Revista do Ensino nº 146 - suplemento especial nº 3, estudo realizado por um grupo de trabalho da Secretaria de Educação, ver sando sobre Educação no Paraná, foram extraídas partes da análise sobre a terminalidade real do ensino no Paraná, tendo por base o ano de 1969, apresentada a seguir.

Com vistas ao estudo preliminar da terminalidade real comparou-se a população escolarizada por idade e distribuída pelas séries do primário do 1º ciclo e do 2º ciclo, à população total por idade (base 1969). Os cálculos estão apresentados na tabela 4.1.1.(d).

A partir da Tabela 4.1.1.(d) evidencia-se que:

1º - "A proporção da população etária na escola aumenta da idade de 7 a 10 anos, quando atinge o máximo de escolarização e então começa a decrescer (...)

Assim, se dos 10 anos, 78,93% das crianças estão na escola, aos 14 anos apenas estão 36,02%.

2º - Do total da população de 14 anos apenas 16,69% se encontram no 1º ciclo e apenas 1,78% se encontram na 4.^a série, isto é, na série a que idealmente corresponderia a idade.

TABELA 4.1.1.(d) - POPULAÇÃO ESCOLARIZADA POR IDADE, DISTRIBUÍDA POR NÍVEIS E SÉRIES E COMPARADA A POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL - PARANÁ - 1969

POPULAÇÃO ESCOLARIZÁVEL (TOTAL DA IDA- DE = 100% IDADE)	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS IDADES POR NÍVEIS E SÉRIES															TOTAL PRIMÁRIO + 1º CI- CLO + 2º CICLO		
	PRIMÁRIO						1º CICLO					2º CICLO						
	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	5. ^a	6. ^a	TOTAL	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	TOTAL	1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	TOTAL	
7	200.931	49,83	6,80	0,27	0,02	0,01	-	56,93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56,93
8	195.643	47,34	17,44	5,47	0,27	0,01	-	70,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70,53
9	189.034	37,22	20,64	13,26	4,10	0,18	-	75,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	75,40
10	182.424	28,63	20,75	17,16	10,12	2,27	-	78,93	-	-	-	-	-	-	-	-	-	78,93
11	175.815	18,14	16,17	16,76	12,06	4,35	-	67,48	4,58	0,21	0,01	-	4,80	-	-	-	-	72,28
12	169.205	12,48	12,74	15,13	13,07	5,04	0,01	58,47	7,13	2,94	0,17	-	10,24	-	-	-	-	68,71
13	165.240	6,44	7,07	9,50	9,85	4,17	0,01	37,04	7,32	4,61	2,09	0,14	14,16	-	-	-	-	51,20
14	161.935	2,86	3,20	4,63	5,83	2,71	0,01	19,24	6,82	4,79	3,30	1,78	16,69	0,09	-	-	-	0,09
15	157.929	1,00	1,17	1,78	2,78	1,75	-	8,48	5,39	4,44	3,53	2,99	16,35	1,47	0,10	-	-	1,57
16	154.664	(*)	-	-	-	-	-	3,58	3,49	3,12	2,95	13,14	2,60	1,07	0,06	-	3,73	
17	150.037	(*)	-	-	-	-	-	2,37	2,54	2,45	2,43	9,79	2,65	1,92	0,91	-	5,48	
18	144.089	(*)	-	-	-	-	-	1,54	1,65	1,73	1,80	6,72	2,30	2,05	1,72	0,01	6,08	
19	138.140	(*)	-	-	-	-	-	1,11	1,13	1,21	1,34	4,79	1,82	1,77	1,68	0,01	5,28	
TOTAL DE MATRÍCULAS PRIMÁRIO						862.188	TOTAL DE MATRÍCULAS 1º CICLO 171.712						TOTAL DE MATRÍCULAS 2º CICLO 52.572					

FONTE: Revista do Ensino nº 146, Suplemento Especial nº 3 - FUNDEPAR

- 3º - A terminalidade real, portanto, se dá em grande parte a partir de 12 anos, e acentua-se aos 13 ou 14 anos (aproximando-se a última idade de aprendizagem obrigatória) mas sem que o jovem tenha chegado ao ginásio, ou seja, às quatro séries finais do 1º grau. A terminalidade real vem se dando aos 12, 13 ou 14 anos no primário e, em grande parte, com o primário incompleto.
- 4º - A terminalidade real é antecipada ainda ao nível das quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, por grande parte de alunos em idade bastante atrasada em relação à "idade ideal".
- 5º - O percentual das idades de 7, 8, 9 e 10 anos por série, destaca ainda a 1.^a série, como a que concentra comparativamente, o contingente maior e percentual mais alto" (1).

Evidencia-se, portanto, não só a terminalidade real precoce como sua ocorrência em baixo grau de escolaridade. Indicadores indiretos do alto grau de repetência e ineficiência do ensino.

Considerando-se o total da faixa etária de 7 a 19 anos, obtém-se a taxa de escolarização de 49,72% ao ano de 1969, indicando que, possivelmente a taxa obtida pelos dados do IBGE para 1970 esteja superestimando a escolarização de faixa etária, talvez por incluir matrículas do primário e secundário fora da faixa considerada, menos de 7 anos e adultos de mais de 19 anos. Como há discrepância nos dados populacionais, não só por se referirem a anos diferentes como por se tratar de estimativa populacional para 1969, não se pode precisar a que se deve a diferença. De qualquer modo, não se pode atribuir tão grande incremento de 49,72% para 53,40% em apenas um ano. De outra perspectiva, tendo-se em vista as fontes e critérios diversos dos dados, na verdade, obteve-se a confirmação da baixa escolarização ainda presente na fronteira da atual década. Ao se considerar a faixa etária de 7 a 14 anos, sua escolarização se apresenta mais alta pelos dados da

(1) Secretaria de Educação e Cultura do Paraná - Revista do Ensino, nº 146 - Suplemento Especial nº 3 - Educação no Paraná, Curitiba, 1973.

FUNDEPAR. De acordo com a sua publicação na Revista de Ensino, a taxa de escolarização é de 66,89%. Como essa taxa inclui as matrículas do secundário dessa faixa etária, foi possível corrigir a taxa imprecisa calculada a partir dos dados do IBGE de 62,98%. Comparadas as taxas, a correção implicou em aumento pouco significativo.

A correção das taxas de escolarização para mais, na faixa etária de 7 a 14 anos, e para menos, na faixa etária de 7 a 19 anos, deve-se ao baixo peso da população escolar de mais de 14 anos no total da faixa. Ao se considerar a faixa etária de 10 a 19, a taxa de escolarização já se apresenta por isso mais baixa, 43,24%.

A política do poder público no Paraná é de expandir mais rapidamente os ensinos primário e secundário, prioritariamente às séries que constituem o atual ensino de primeiro grau, propondo-se atingir especialmente a população urbana.

Segundo tendências apontadas pelo Plano Estadual de Educação no que se refere ao ensino de 1º grau (primário + ginásio) e 2º grau (médio profissionalizante), as matrículas e decorrentes taxas de escolarização sofrerão maior incremento que o crescimento populacional das faixas por eles absorvidas, isto é, 7 a 14 e 15 a 19 anos, respectivamente, o que significa uma maior abrangência pelo sistema educacional. Indica ainda um maior crescimento da taxa de matrícula do 2º grau frente a do primeiro implicando menor defasagem entre ambos.

As tabelas seguintes explicitam essas verificações.

TABELA 4.1.1.(e) - CRESCIMENTO RELATIVO DA POPULAÇÃO TOTAL DE 7 A 14 ANOS E DA MATRÍCULA EFETIVA DE ENSINO DE 1º GRAU.

	1967	1974	1975	1976
Matrícula total (prim. e gin.)	100,00	179,33	189,04	200,94
População Total (7 a 14)	100,00	139,31	146,28	153,23

FONTE : Plano Estadual de Educação 1973-76 - Paraná

TABELA 4.1.1.(f) - CRESCIMENTO RELATIVO DA POPULAÇÃO DE 15 A 19 ANOS E DA MATRÍCULA EFETIVA NO ENSINO DE 2º GRAU.

	1967	1974	1975	1976
Matrícula Total	100,00	236,1	255,5	274,9
População Total (15 a 19)	100,00	139,6	146,8	153,7

FONTE: Plano Estadual de Educação - 1973-76 - Paraná

Pode-se assim prever uma aceleração no ritmo de incremento de escolarização do primeiro e segundo graus de ensino, melhorando possivelmente o grau de escolaridade da população total, e em de correnteza, os limites máximos da oferta de mão-de-obra na próxi-
ma década.

4.1.2

INCREMENTO DA ESCOLARIDADE DA PIA

No intuito de apresentar um quadro demonstrativo da evolução da escolaridade (medida pela série e nível de ensino atingido e não pelos anos de freqüência à escola) da população em idade ativa do Estado do Paraná, foram estabelecidas as seguintes categorias que permitem compatibilização entre as informações dos diferen-
tes Censos Demográficos.

- nível sem instrução - que engloba analfabetos e elementos com até três anos de estudo, isto é, com primário incompleto.
- nível primário completo;
- nível médio (ginásio e científico ou equivalente) separado em completo e incompleto. Incompleto abrangendo o total daqueles que tenham ou não concluído o ginásio, não completaram o cien-
tífico ou equivalente. No nível médio completo estão incluídos o total dos que ainda não haviam concluído o curso superior;
- nível superior completo.

Finalizadas estas definições iniciais, passa-se ao tratamento da escolaridade geral da PIA, em termos do incremento (taxa geométrica) por ela manifesto e das proporções de sua trajetória evolutiva ao longo dos anos 1940 - 1950 - 1970.

A exemplo do que se verificou no processo de escolarização, o nível de escolaridade da PIA manifesta avanços graduais e progressivos em direção a categorias de ensino imediatamente superiores, à medida que se aproxima do ano de 1970.

As taxas de incremento anual de escolaridade da PIA permitem o estudo do crescimento comparativo entre os graus de escolaridade no período.

TABELA 4.1.2 (a) - INCREMENTO GEOMÉTRICO DA ESCOLARIDADE DA PIA - PARANÁ (1940 - 1970)

	1940-1950	1950-1970	1940-1970
	TOTAL	TOTAL	TOTAL
Sem instrução	4,66	5,43	5,17
Primário completo	11,99	8,58	9,67
Médio incompleto	9,05	9,73	9,50
Médio completo	10,79	5,71	7,37
Superior	6,68	8,36	7,79

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

OBS.: Os valores absolutos correspondentes estão na Tabela 4.1.2 (c).

Os incrementos anuais das categorias classificadas segundo a escolaridade do total da PIA, evidenciam:

- que o ritmo da categoria sem instrução e primário incompleto

foi sempre menor que o das outras categorias, significando aumento da proporção das outras. No entanto, não só continuou incrementando em termos absolutos, como seu ritmo no período 1950 - 70 foi maior que na década anterior.

- que a maior taxa de incremento na primeira década foi a do primário completo e no segundo período foi a de médio incompleto, indicando que a aproximação entre as proporções das várias categorias se fez primeiro a partir do incremento mais rápido da escolaridade primária, que depois não só perde ritmo em relação a seu próprio, como é superado pelo médio incompleto.
- que a taxa de incremento da categoria médio incompleto sempre superou a do nível superior, e que tanto uma como outra cresceram de um período para outro, mas que o comportamento da categoria médio completo foi discrepante. Na década 1940-50 superou tanto a do médio incompleto como a do superior, conhecendo uma significativa queda entre 1950-70, tornando-se menor que todas as outras taxas, excetuando apenas a categoria dos sem instrução e primário incompleto.
- que ao se considerar o conjunto do período 1940-70, as maiores taxas foram, por ordem, primário completo, médio incompleto, superior e médio completo, significando portanto, uma aproximação nessa ordem entre o peso de cada categoria no total da PIA.

Comparando as taxas geométricas de incremento obtidas para a escolarização - item 4.1.1. - com as extraídas para a escolaridade e, considerando para tanto os períodos compreendidos entre 1940 e 1970, tem-se respectivamente:

TABELA 4.1.2.(b) - TAXAS DE INCREMENTO ANUAL DA ESCOLARIZAÇÃO E
ESCOLARIDADE COMPARADAS - PARANÁ (1940-1970)

		1940-1970	1940-1950	1950-1970
Primário	- Escolarização	7,57	3,63	9,60
	Cursos Complet.	9,67	11,99	8,58
Médio	- Escolarização	12,19	11,10	11,72
	Cursos Complet. (*)	7,37	10,79	5,71
Superior	- Escolarização	11,50	8,65	12,96
	Cursos Complet.	7,79	6,68	7,37
Total PIA		5,85	5,48	6,03
Total PT		5,91	5,52	6,11

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

OBS: Os valores absolutos estão na tabela 4.1.2.(c)

(*) Apenas nesta tabela não se considerou o incremento da escolaridade de nível médio incompleto para facilitar critérios de comparação.

Verifica-se, portanto, para o período em conjunto, que o ritmo de crescimento das matrículas (escolarização) é significativamente maior que o da escolaridade nas categorias do ensino médio (secundário: 1º + 2º ciclo) e superior, evidenciando o crescimento da defasagem entre a expansão de matrículas e a expansão de conclusões, causada tanto pela evasão escolar como pelo crescente ritmo da oferta escolar desses níveis de ensino, para um contingente populacional relativamente pequeno.

É necessário caracterizar a dificuldade de comparação dos dados obtidos para o primário. Isto porque o universo de onde foram extraídas as taxas de incremento da escolarização é constituído pela população de 5 anos e mais, enquanto que os dados de escolaridade referem-se à população em idade ativa, ou seja, 10 anos e mais. A maior taxa da escolaridade se deve apenas à década de 1940-50 que foi de 11,99% ao ano, face a de 3,63% da escolarização. Entre 1950 e 1970, o incremento anual da escolaridade cai para 8,58%, enquanto a da escolarização crescia para 9,86% ao

ano, entre 1950 e 1960, e 9,33% na década seguinte, com o ritmo de expansão das matrículas superando o das conclusões.

O aumento mais rápido da escolaridade primária que o da escolarização na década 1940-50 é explicável pelo fato da população escolarizada, por ser ainda numericamente restrita em relação à população total (tendo mesmo decrescido), ter tido mais condições de concluir os cursos iniciados ou anteriormente ou no decorrer da década. Outra possível causa é a entrada de imigrantes estrangeiros de níveis de escolaridade mais altos. Embora poucos, esses imigrantes poderiam ter peso dentro de baixa proporção de escolaridade mais altas no total da população.

No período seguinte, o incremento da oferta de ensino primário é notável. Buscando sua universalização atinge parcelas da população com menos condições de terminar o curso primário, superando assim o incremento da escolaridade.

Na mesma linha de interpretação, o caráter numericamente bastante restrito da população que ingressava no médio na década 1940-50, pode explicar tanto o maior ritmo de escolarização quanto a pequena distância que o ritmo de incremento de escolaridade média apresenta em relação ao de expansão de matrículas. A expansão do nível superior ao ritmo da primária é inferior ao do médio, mas também sua abrangência de um contingente populacional restrito explica que o ritmo de incremento da escolaridade seja apenas pouco menor que o das matrículas.

No período 1950-70, o ritmo do incremento de matrículas em todos os níveis é substancial. Embora o maior salto tenha sido na taxa do primário, é menor que as do nível médio e superior. As altas taxas de incremento de escolarização média e superior do período 1950-70 ocorreram especificamente na última década, e embora não se apresentem os dados, a expansão do ensino superior foi substancial nos últimos anos da década 1960-70, superando a do médio. A urbanização e complexificação de vários tipos de atividades, especialmente secundárias e terciárias, por um lado aumen-

tando seu grau de exigência de qualificação e por outro, ao mesmo tempo e por isso mesmo, incentivando a competitividade de população demandante de empregos melhor remunerados, e em decorrência, a demanda e pressão por educação de mais altos graus, explicam em grande parte essa expansão. Por sua vez, no que se refere ao ensino médio, essa expansão abrangendo contingentes mais amplos chegando a outros com menores condições econômicas, sociais e culturais de permanecer na escola, tende possivelmente a aumentar a evasão, contribuindo para o distanciamento entre o incremento da escolaridade média completa em relação ao da escolarização, e também, o que é mais importante, ao distanciamento do ritmo do incremento da escolaridade média da década anterior. Contribui também para esse distanciamento o fato da expansão ter se acentuado nos últimos anos da década, não permitindo a realização de todos os seus efeitos na escolaridade. Tal explicação, no entanto, é mais fundamental no ensino superior cuja expansão notadamente se concentrou nos últimos anos. O incremento da escolaridade superior é inferior ao da escolarização na década, mas representa crescimento em relação ao da escolaridade da década anterior. As diferenças entre ritmos de escolaridade e escolarização do nível superior, menores em 1940-50 se tornam maiores em 1950-70, mas não devem ser atribuídas ao aumento da evasão pois é o nível que possui a menor taxa de evasão e repetência.

O maior distanciamento é explicado por ter a expansão da escolarização superior ocorrido nos últimos anos.

Ao se analisar as proporções gerais das categorias de escolaridades em relação a PIA, observa-se um crescente número (absoluto e relativo) de indivíduos com estudo em nível primário, médio e superior na medida em que é constatada uma redução relativa (mas não absoluta) na categoria constituída pelos sem instrução e com primário incompleto, conforme pode ser verificado na tabela seguinte (tabela 4.1.2.(c)).

TABELA 4.1.2.(c) - EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA -
PARANÁ - 1940-1970

	M	1940		1950		1970	
		ABSOLUTOS	%	ABSOLUTOS	%	ABSOLUTOS	%
Sem instrução + Prim. M	394.855	89,70		629.181	83,27	1.806.694	74,48
Incomp. + s/declaração F	378.925	91,50		591.783	84,46	1.712.063	75,27
	T	773.780	90,57	1.220.779	83,84	3.518.757	74,86
Primário Completo	M	30.462	6,92	91.821	12,15	486.268	20,05
	F	27.291	6,59	87.410	12,47	444.298	19,53
	T	57.753	6,76	179.231	12,30	930.566	19,79
Médio Incompleto	M	5.589	1,27	12.311	1,63	69.569	2,87
1º Ciclo	F	3.234	0,78	8.673	1,24	64.765	2,85
	T	8.823	1,03	20.984	1,45	134.334	2,86
Médio Completo	M	6.758	1,53	17.482	2,32	43.102	1,78
2º Ciclo	F	4.492	1,09	12.395	1,77	47.561	2,09
	T	11.250	1,32	29.877	2,05	90.663	1,93
Superior	M	2.548	0,58	4.770	0,63	20.018	0,82
	F	182	0,04	445	0,06	5.944	0,26
	T	2.730	0,32	5.215	0,36	25.962	0,56
PIA Total	M	440.212	100,00	755.565	100,00	2.425.651	100,00
	F	414.124	100,00	700.706	100,00	2.274.631	100,00
	T	854.336	100,00	1.456.271	100,00	4.700.282	100,00

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

A diminuição de 6,74 pontos percentuais da categoria sem instrução e primário incompleto na década de 1940 representou, na sua maior parte, o aumento da proporção da categoria imediatamente seguinte à das pessoas que completaram o curso primário. É interessante observar que a proporção do conjunto de médio completo cresceu mais rapidamente que a do médio. No período seguinte, do mesmo modo, a maior parcela da diminuição da categoria dos sem instrução e primário incompleto (8,97 pontos percentuais) deveu-se ao incremento da proporção da categoria dos que completaram o primário (7,49 pontos percentuais). A proporção do contingente de médio completo chegou a decrescer diante do maior incremento dos que cursaram ou não haviam terminado o médio.

A capacidade do processo educativo responder de modo eficaz ao crescimento populacional e sua abrangência, pode ser vinculada à pressão expressa ou latente exercida pelo progressivo contingente da população que ingressa na PIA, agregando às crescentes expectativas de acesso às instituições educacionais. Tais aspirações são resultantes da também crescente urbanização aliada à perspectiva de ascensão social via educação. Por sua vez, as razões do aumento da oferta educacional, derivadas em parte da complexificação das atividades econômicas, já foram apresentadas e devem sustentar a explicação também da evolução dos níveis de escolaridade. Embora secundariamente, deve ser também considerado o valor do efeito demonstração obtido com taxas progressivamente mais altas, relacionadas ao nível de instrução e abundante oferta de mão-de-obra que, qualificada, atrai os investimentos dado seu baixo custo e a decorrente possibilidade de fácil sucesso empresarial. Simultaneamente, deve ser também observada a preocupação com a imagem de desenvolvimento, processo que tem como um dos indicadores o grau de instrução atingido pela população local, segundo critérios da Organização das Nações Unidas.

Mesmo depois de feita a constatação da melhoria gradual da escolaridade da população em idade ativa no período considerado, os dados evidenciam com toda nitidez a baixa escolaridade atingida

pela população que se constitui na oferta potencial global de mão-de-obra. Sabendo-se que, apenas cerca de 43% (segundo os dados de 1969) da população de 10 a 19 anos está na escola e que esta faixa etária que representa apenas 35,89% no total da PIA em 1970 abrange a indiscutível maior parcela de estudantes da PIA, pode-se deduzir que o baixo nível de escolaridade é de uma população que já deixou a escola e não que a está frequentando.

Os traços gerais relativos à qualificação (mais detalhados no de correr deste trabalho) assinalam o flagrante predomínio da população sem instrução que representa 90,6% da PIA em 1940, 83,8% em 1950 e, em 1970 74,9%, seguindo-lhe o agrupamento (bem menor) dos que tem primário completo.

Os de cursos médios (completos e incompletos) participam na PIA com uma média em torno de 1,8% no período estudado, e os de superior, com aproximadamente 0,4% no mesmo período.

Em 1970, 93,65% da PIA constituía-se por pessoas que, ou não haviam recebido instrução ou não haviam ultrapassado o primário completo.

Assim, embora o crescimento e diversificação das atividades económicas que tenha gerado tanto o aumento da oferta educacional quanto do nível de escolaridade da população em idade ativa que constitui os limites máximos da oferta de mão-de-obra, este aumento está longe de ter modificado radicalmente a baixa escolaridade da população.

Os dados apresentados da evolução da escolaridade permitem também caracterizar comparativamente a escolaridade da população feminina, face à da população masculina. Enquanto a distribuição por sexo da população escolarizada pelos dados de 1960 e 1970 apresentava não só proporção ligeiramente superior da parcela masculina em relação à feminina, assim como ligeira acentuação dessa diferença, a proporção da população masculina que conclui

cursos (primário, secundário e superior no seu total) também se apresenta ligeiramente superior, mas tende a diminuir sua diferença. A categoria de mais baixa escolaridade, primário incompleto e sem instrução, diminui seu peso em 16,97% entre 1940 e 1970 na população masculina, e em 17,74% na população feminina, indicando um grau de rapidez maior na melhoria para população feminina com cursos completos. A rapidez é tanto maior quanto mais elevados são os níveis de escolaridade. A comparação entre a evolução da escolaridade masculina e feminina merece uma atenção especial.

4.1.3 EVOLUÇÃO COMPARADA DA ESCOLARIDADE MASCULINA E FEMININA

As proporções demonstrativas do aumento da participação da PIA no processo educativo foram organizadas de forma resumida na tabela apresentada a seguir, segundo a distribuição por sexo.

A tabela 4.1.3 (a) permite ser verificada uma gradativa extensão da escolaridade da PIA, que aumenta proporcionalmente seu nível de instrução.

Considerando a distribuição por sexo, as proporções mantidas no período de 1940 a 1970, são as seguintes:

a) $\frac{\text{PIA c/c completo}}{\text{PIA total}}$; b) $\frac{\text{PIA s/instrução}}{\text{PIA total}}$; c) $\frac{\text{PIA c/c completo}}{\text{PIA s/instrução}}$

Na coluna 1, dada a relação $\frac{\text{PIA c/c completo}}{\text{PIA total}}$ apurou-se que:

- para cada 100 elementos da população feminina em idade ativa constavam-se 8,5 com curso completo, em 1940; em 1950, 15,5 e em 1970, 24,7.
- a mesma relação, agora com a população masculina, revela que em cada 100 pessoas em idade ativa, 10,3 tinham curso completo em 1940; 16,7 em 1950 e 25,5 em 1970.

TABELA 4.1.3. (a) - PROPORÇÕES DA ESCOLARIDADE DA PIA, SEGUNDO CURSOS COMPLETOS, POR SEXO - PARANÁ 1940-1970

P I A

	F E M I N I N A						M A S C U L I N A					
	PIA C/C COMP.		PIA S/INSTR. *		PIA C/C COMP.		PIA C/C COMP.		PIA S/INSTR.		PIA C/C COMP.	
	PIA	TOTAL	%	PIA	TOTAL	%	PIA	TOTAL	%	PIA	TOTAL	%
1940	35.199			378.925			35.194			45.357		
	<u>414.124</u>	8,50		<u>414.124</u>	91,50		<u>378.925</u>	9,29		<u>440.212</u>	10,30	
1950	108.923			591.783			108.923			126.384		
	<u>700.706</u>	15,54		<u>700.706</u>	84,46		<u>591.783</u>	18,41		<u>755.565</u>	16,73	
1970	562.568			1.712.063			562.568			618.597		
	<u>2.274.631</u>	24,73		<u>2.271.631</u>	75,27		<u>1.712.063</u>	32,86		<u>2.425.651</u>	25,50	

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

* PIA s/instrução contém primário incompleto e s/declaração

A visualização gráfica destas informações é apresentada na Prancha 4.1.3 (1^a).

O ritmo de melhoria das proporções com cursos completos das populações masculina e feminina foram quase idênticos, mas foi ligeiramente mais rápido na população feminina, especialmente na primeira década, quando no período seguinte o ritmo da população masculina se aproximou.

Ressalta-se que foram tomadas como: Curso Completo - a somatória de primário completo + médio completo + superior completo;

Primário completo - o total de pessoas com curso primário completo + total de médio incompleto;

Médio completo - total de médio completo + superior incompleto.

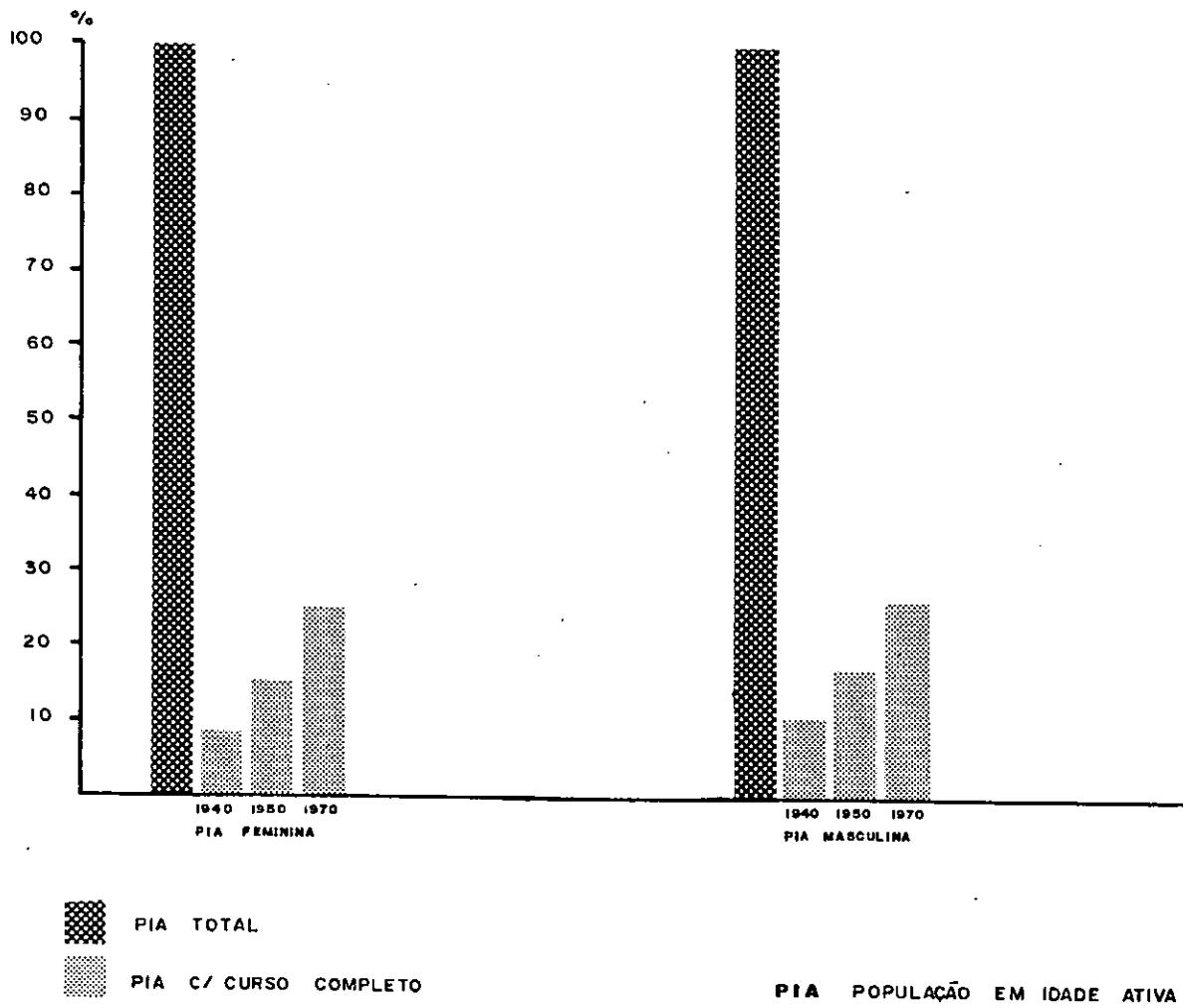
b) Complementar à 1^a coluna, a relação $\frac{\text{PIA s/instrução}}{\text{PIA Total}}$ dada na coluna 2, apresenta as seguintes informações:

- em 1940, a cada 100 elementos da PIA total feminina correspondem 91,5 elementos sem instrução; em 1950, 84,5 e em 1970 a indicação é de 75,4 pessoas.
- para cada 100 componentes da PIA masculina total contam-se 90 sem instrução em 1940; 83 em 1950 e 74 em 1970.

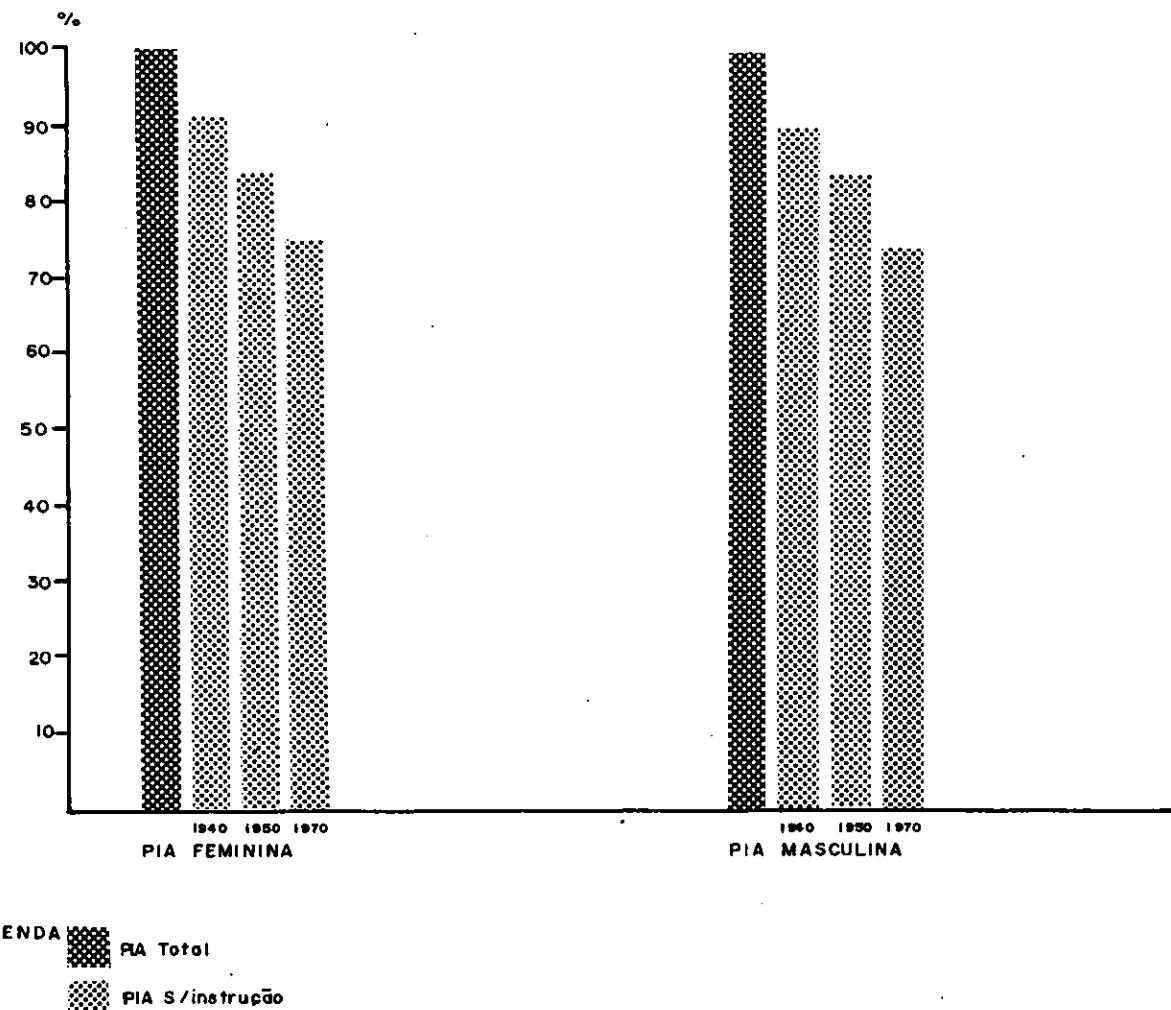
O gráfico destas informações assume a configuração observada na Prancha 4.1.3 (2^a).

Lembrando que se está tomando por sem instrução também a somatória de primário incompleto bem como daqueles sem instrução, constata-se:

PRANCHA 4.1.3 (I) - EVOLUÇÃO DA ESCOLARIDADE FEMININA E MASCULINA



**PRANCHA 4.1.3 (2º) RELAÇÃO ENTRE A PIA SEM INSTRUÇÃO E TOTAL
PARANÁ 1940/1970**



- na PIA feminina a incorporação pelo sistema educacional foi de + 7% de 1940 para 1950 e maior entre 1950 e 1970, + 9,2%; no conjunto dos 30 anos (1940-70) o decréscimo da população sem instrução foi da ordem de 16,2%, decréscimo este que se torna insignificante ao se observar que aproximadamente 3/4 da população de 10 anos e mais continua sem escolaridade completa;
- entre 1940 e 1950 a PIA masculina incorporou 6,4% à categoria de escolaridade completa, aumentando este percentual para 8,9 nos vinte anos seguintes (1950-70).

Nos trinta anos o decréscimo foi de 15,2 revelando que, se em 1940 existiam 90 sem instrução para cada 100 da PIA total, em 1970 contam-se $90 - 15,2 = 74,8$ para igual montante, revelando também que ainda aproximadamente, 3/4 da PIA permanece sem escolaridade completa.

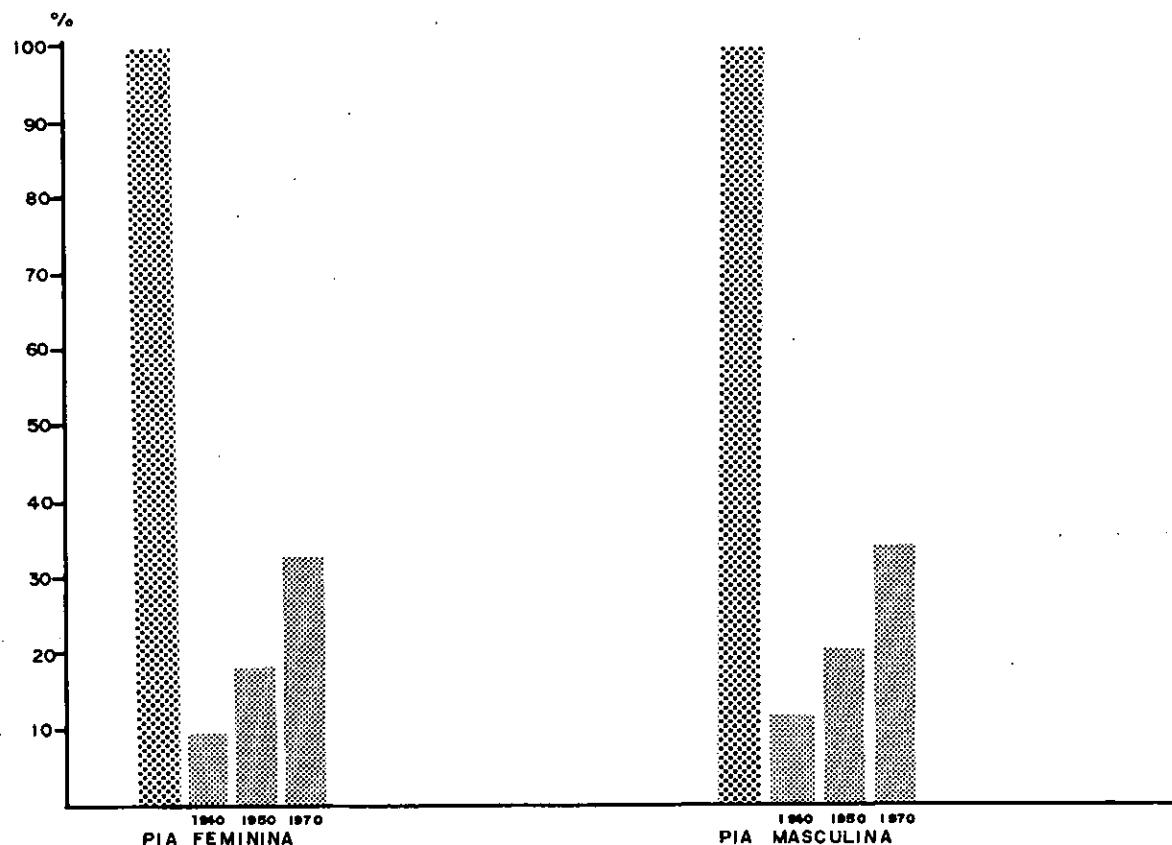
c) Complementando as informações obtidas nas colunas 1 e 2, a coluna 3 aponta a proporção mantida na relação PIA c/c completo, nos PIA s/instrução três anos estudados. Verifica-se que:

- na PIA feminina a cada 100 elementos da categoria sem instrução correspondem 9,3 com curso completo em 1940; 18,4 em 1950 e em 1970 32,9.
- para a PIA masculina tem-se a cada grupo de 100, na categoria sem instrução, um correspondente de 11,5 com curso completo em 1940; 20,1 em 1950 e 34,3 em 1970.

O gráfico desta coluna é observado na prancha 4.1.3.(3^a).

Extraindo-se as taxas de incremento geométrico anuais para o período 1940-70, não só dessas categorias globais como por grau de escolaridade, chegou-se a seguinte tabela:

PRANCHA 4.1.3 (3º) RELAÇÃO ENTRE A PIA COM CURSO COMPLETO E SEM INSTRUÇÃO
PARANÁ 1940 / 1970



LEGENDA

- PIA s/instrução
- PIA c/instrução

TABELA 4.1.3.(b) - TAXAS DE INCREMENTO ANUAL DA PIA SEGUNDO A ESCOLARIDADE, POR SEXO - PARANÁ 1940-1970

CATEGORIAS	SEXO	1940 - 1950		1950 - 1970		1940 - 1970	
		M.	F.	M.	F.	M.	F.
Sem instrução e primário incompl.		4,77	4,56	5,42	5,45	5,19	5,16
Primário completo		11,66	12,34	8,69	8,47	9,70	9,74
Médio incompleto		8,21	10,37	9,04	10,58	8,76	10,50
Médio completo		10,68	10,96	4,61	6,95	6,60	8,27
Superior completo		6,47	9,35	7,43	13,84	7,11	12,32
Total de pessoas pelo menos com primário compl.		10,78	11,96	8,26	8,56	9,10	9,67
Total PIA		5,55	5,39	6,00	6,06	5,85	5,84

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

OBS: Os valores absolutos estão na tabela 4.1.2.(c)

A visualização dessa tabela assim como a construção dos gráficos já apresentados, objetivou resumir e ressaltar os dados para comparar o incremento da escolaridade feminina e masculina e então buscar uma interpretação. Os dados demonstram que a população feminina atingiu mais rapidamente níveis de escolaridade completos no conjunto do corte de 30 anos estudados (1940-70) mas que, no período 1950-70, apesar de continuar com maior ritmo, a população masculina se recuperou. Esta recuperação não se deu em todos os níveis. Substancialmente na escolaridade primária completa cujo ritmo chegou a ser maior e, um pouco, no nível médio incompleto, mantendo-se ainda em ritmo inferior. Se no período 1950-70, o incremento da população que atinge o grau médio completo diminui em relação ao da década anterior devido em grande parte ao fato da ampliação das matrículas ter incorporado proporção maior de pessoas sem condições de chegar ao final do curso, o ritmo de in-

cremento da escolaridade feminina também menor em relação à déca-
da anterior, é significativamente maior que o da população mas-
culina.

A taxa maior obtida para a população feminina do que a masculina no nível médio completo, no período 1950-70, corresponde a um contexto não só de expansão da oferta de ensino médio propiciada imediatamente pela diversificação das atividades econômicas, porém mais diretamente pela urbanização que tem efeitos no incremento das aspirações educacionais, como também cultural e econômica em que a mão-de-obra feminina é menos necessária que a masculina. Ao se expandirem a valorização e as aspirações educacionais em categorias sociais mais amplas, e ao se atribuir muito mais ao homem a abrigatoriedade do trabalho, cresce a oportunidade de estudos para as mulheres.

O incremento da mulher com níveis de escolaridade completa superior foi significativamente superior à do homem no período 1950-70, aumentando o distanciamento existente entre as taxas na déca-
da anterior. As considerações explicativas para o grau de ensino médio completo valem para o ensino superior, acrescentando-se que especialmente nesse último grau, mulheres que antes não precisavam trabalhar mas que não ingressavam no ensino superior, passam a fazê-lo.

Pode-se atribuir a igualização do ritmo de incremento da escolaridade masculina e feminina no nível primário completo ao incremento das exigências desse curso completo para o trabalho que afetou especialmente a população masculina e, por outro lado, a disponibilidade de maior tempo para o estudo por parte das mulheres.

Ao se comparar as taxas de incremento da escolaridade total por sexo, constituídas por todos aqueles que completavam cursos, com

as taxas de incremento da escolarização por sexo (tabela 4.1.1. (b)) observa-se que seu comportamento é divergente. No período de 1950-70, o incremento da escolaridade feminina é maior que o da masculina. Embora não sejam disponíveis os dados para o mesmo período, mas supondo-se que a tendência seja a mesma, na década 1960-70 foi a população masculina que incrementou mais rapidamente sua escolarização (número de matrículas na escola), reafirmando e resumindo a constatação de que uma vez dentro da escola, embora em menor proporção, a mulher tem mais condições de finalizar os estudos.

Buscando melhor localizar e visualizar esse fenômeno organizou-se uma tabela (4.1.3.(c) na qual se fixaram as taxas obtidas para a proporção de presença masculina sobre a feminina, segundo as categorias gerais de ensino, ofertadas pelo sistema educacional nos anos estudados.

As considerações sobre o comportamento das taxas embora não acrescentem novidades já que os mesmos fenômenos foram analisados da perspectiva do incremento anual das categorias populacionais por cursos completos, visam apresentar uma síntese das conclusões.

TABELA 4.1.3. (c) - TAXA DE PARTICIPAÇÃO MASCULINA NA ESCOLARIDADE

CATEGORIAS E RELAÇÃO	SEM INSTRUÇÃO + PRIMÁRIO IN COMP.+ S.DEC.	PRIMÁRIO COMPL.	MÉDIO INCOMP.	MÉDIO COMPL.	SUPERIOR	TOTAL
A N O S						
1940	1,04	1,12	1,73	1,50	14,00	1,06
1950	1,06	1,05	1,42	1,41	10,71	1,07
1970	1,05	1,09	1,07	0,91	3,36	1,06

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

Obs: Os valores absolutos estão na tabela 4.1.2. (c)

Assim, verificou-se que embora as proporções tenham sido mais ou menos constantes na categoria sem instrução para os três anos, a proporção de mulheres caiu no conjunto do período com ritmo mais acentuado na primeira década. As alterações são observadas mais marcadamente a partir de 1950 nas colunas relativas ao ingresso e continuidade no sistema educacional. Nesta situação espaço-temporal, a população feminina vem diminuindo a diferença que mantém frente à masculina, superando-a inclusive nos cursos médios completos em 1970 quando, a cada elemento feminino passa corresponder 0,91 masculino. Notável também é o progressivo acesso da população feminina às escolas de nível superior onde, em 1940 conviviam-se 14 homens a cada mulher e em 1970 a proporção é de 3 para cada uma.

Tal situação foi justificada pela interferência de mecanismos sóciais que colocam o homem mais cedo na força de trabalho enquanto que a mulher, na medida em que logra inserção no sistema educacional, tem maiores possibilidades de concluir o curso de nível médio. A mulher tem menor acesso à escola (seu menor peso no total de matrículas em 1940 se acentua em 1970, a taxa de incremento da escolarização é menor) mas, depois de entrar na escola, tem mais condições não só de permanecer como de alcançar o nível médio de escolaridade.

Aventou-se que este fenômeno mantém relação de causalidade com o aumento das taxas de urbanização, pois, constatado que o ensino médio e superior é predominantemente urbano, pode-se estabelecer por corolário a expansão quantitativa das escolas destas categorias, dado tanto à criação de novas cidades, quanto ao crescimento de outras, cada vez mais a mulher se beneficiando da expansão da oferta.

Outro fator complementar explicativo pode ser encontrado no significativo peso das escolas normais de nível médio e faculdades de filosofia existentes no Estado e que atendem majoritariamente a população feminina. No entanto, em relação ao nível superior,

embora tenha obtido notável progresso, a proporção masculina continua maior. Paradoxalmente, a mulher que continua seus estudos é estimulada porque não precisa trabalhar precocemente e, o homem continua porque tem mais condições de se preparar para o trabalho.

Verifica-se ainda que em uma situação de deslocar-se do interior ou de pequenos centros para estudar no nível superior em centros maiores ou capitais, se estão colocados um rapaz e uma moça e a conjuntura financeira impõe a alternativa de um ou outro, o rapaz é beneficiado independente de que seu desempenho anterior temha-o ou não qualificado para tal. Em contrapartida menos consideração se toma pelas decisões e aspirações da moça. Em situações em que os rapazes não são premidos para o trabalho, encontram mais condições objetivas e subjetivas para o ensino superior como preparação profissional.

Em síntese, a expansão da população com nível médio e superior completos, constituída pela expansão da população masculina, se deve e depende de condições que propiciem maior possibilidade de o homem melhor se preparar para o trabalho. A expansão devida à população feminina foi propiciada em grande parte pela sua menor premência de entrar no mercado de trabalho. Combinadas as duas tendências, assistiu-se ao crescimento da escolaridade, mais rapidamente a das mulheres. Na sua maioria, quando entram na força de trabalho, complementam a renda familiar.

4.1.4

O COMPORTAMENTO DA PIA, POR GRUPOS ETÁRIOS, NA CATEGORIA SEM INSTRUÇÃO.

Ao se examinar a escolaridade da PIA por idade chegou-se a uma particularidade diferencial relativa às posições ocupadas pelas faixas 10 a 19 anos e 20 anos e mais na categoria sem instrução. Obteve-se então:

TABELA 4.1.4.(a) - PIA DE 10 a 19 ANOS NA CATEGORIA SEM INSTRUÇÃO-PARANÁ 1940 - 1970.

ANOS	TOTAL DA FAIXA	TOTAL DA FAIXA	
		S/ INSTRUÇÃO	TOTAL DA FAIXA S/INSTRUÇÃO
1940	292.201	198.162	67,82%
1950	486.834	172.811	56,04%
1970	1.693.867	461.903	27,27%

FONTE: IBGE / C.D. - IPARDES

TABELA 4.1.4.(b) - PIA DE 20 ANOS E + NA CATEGORIA SEM INSTRUÇÃO - PARANÁ 1940-1970

ANOS	TOTAL DA FAIXA	TOTAL DA FAIXA	
		S/ INSTRUÇÃO	TOTAL DA FAIXA S/INSTRUÇÃO
1940	562.135	283.277	50,39%
1950	975.637	613.971	62,93%
1970	3.006.415	1.258.940	41,88%

FONTE: IBGE / C.D. - IPARDES

A comparação entre as tabelas 4.1.4.(a) e 4.1.4.(b) permite verificar que em 1940 a participação dos sem instrução de 10 a 19 anos no total da faixa, era de 67,82%, enquanto que a mesma relação para a faixa de 20 anos e mais indica 50,39%. Como hipóteses explicativas deste fenômeno arrolam-se, por um lado, a baixa capacidade de atendimento do sistema educacional até 1940 à faixa de 10 a 19 anos, população em idade escolar, e por outro (pessoas de 10 anos e +) à densa entrada de imigrantes europeus na composição do contingente em idade ativa, cujo índice de escolaridade é mais alto.

Já em 1950 acresce o total de pessoas com 20 anos e mais situa-

dos na coluna dos sem instrução. Por hipótese, tal mudança pode ser atribuída ao maciço ingresso de mão-de-obra originária de São Paulo e Santa Catarina, com escolaridade nula.

A redução observada no período seguinte, qual seja 1970 pode ser pensada como reflexo da extensão da rede escolar, formas e complementos (movimentos de educação de base, escolas profissionais etc.), sentida com nitidez a partir de 1950.

4.1.5

À GUIA DE RESUMO E CONCLUSÕES

A análise dos dados permitiu revelar que a realidade estudada conta com uma população em idade ativa maciçamente situada entre os que não têm instrução ou contam apenas com 1,2 ou 3 anos de estudo. Esta constatação é assustadoramente sintetizada pela média de anos de estudo obtida para a PIA em 1970. Ressaltando que a PIA é composta por pessoas de 10 anos e mais, teve-se que:

- a média de anos de estudo para a população masculina é 2,52 anos;
- a mesma média para a população feminina é ainda menor, 2,32 anos.

Isto significa que em média a população paranaense em idade ativa não atinge o 3º ano primário ou (atualizando os termos) chega a 3^a série do ensino de 1º grau, embora todos contêm com no mínimo 10 anos de idade ocasião em que, teoricamente, deveriam ingressar na 4^a série primária.

Tais dados foram obtidos a partir do quadro 22 do censo demográfico de 1970, que trata dos anos de estudo da população em idade ativa. Os censos anteriores não apresentam esses dados.

A partir desse mesmo quadro foram calculadas as proporções da PIA por cada ano de estudo, conforme pode ser visualizado a seguir reforçando descrições e análises já feitas.

TABELA 4.1.5 (a) - DISTRIBUIÇÃO DA PIA SEGUNDO ANOS DE ESTUDO
PARANÁ - 1970

ANOS DE ESTUDO	POPULAÇÃO FEMININA	%	POPULAÇÃO MASCULINA	%
1	257.789	10,63	195.989	8,62
2	334.846	13,81	278.600	12,25
3	328.029	13,52	275.733	12,12
4	347.425	14,32	321.320	14,13
5	76.893	3,17	71.754	3,16
6	55.288	2,28	46.488	2,04
7	39.882	1,64	34.206	1,50
8	34.127	1,41	29.203	1,28
9	42.310	1,74	40.546	1,78
10	12.869	0,53	11.703	0,51
11	14.329	0,59	12.780	0,56
12	32.263	1,33	41.260	1,81
13	4.099	0,17	3.066	0,14
14	3.211	0,13	1.742	0,08
15	3.258	0,14	2.026	0,09
16	10.660	0,44	4.876	0,21
17	10.082	0,42	807	0,04
S/Inst.	816.194	33,65	901.173	39,62
S/decl.	2.097	0,09	1.379	0,06
	2.425.651	100%	2.274.631	100%

FONTE: IBGE/C.D. - IPARDES

Média H = 2,52

Média M = 2,32

Como estes dados permitiram desagregar os componentes do grupo constituído pelos sem instrução, primário incompleto e sem declaração para o ano de 1970, é importante ressaltar que se o agrupado representava 74,86% (tabela 4.1.2. (c)) do total da PIA, o peso dos sem instrução embora menor, é ainda muito grande: 36,54%.

Os dados apresentados reafirmam a baixa capacidade de ingresso e continuidade da população geral em idade ativa junto ao sistema educacional revelada no decorrer desse item. Em 1970, 3/4 dela ainda não teve acesso à escolaridade completa ou incompleta.

Os principais fatores determinantes desse fenômeno foram localizados nas características econômicas do Estado e nas condições de vida e trabalho da população, incluindo a realização das migrações.

Pode-se, também, de uma nova forma reafirmar o que já foi indicado. As características de vida e trabalho da população podem ser determinantes internos da baixa escolaridade da PIA. Por sua vez, o que tornou possível tanto o aparecimento como a consolidação de tais características foram as condições externas onde ela se situou. Apesar de se ter dado ênfase aos fatores externos, é claro que os internos eram supostos.

Assim, decorrentes da posição ocupada pela maioria dos integrantes da PIA na sociedade, arrolam-se os seguintes determinantes internos, de forma simplificada que não se pretende rigorosa, mas apenas indicativa, posto que outros dados seriam necessários para melhor sistematização:

- entrada nas atividades produtivas de modo extensivo e precoce;
- impossibilidade de arcar com despesas advindas da escolarização;
- nomadismo, vinculado a instabilidade empregatícia;
- poucas condições de mudança de trabalho e de situação de vida e, em consequência, limitação de interesses e perspectivas;
- baixo nível político - reinvindicatório;
- marginalidade social;
- dificuldades culturais de assimilar os conteúdos transmitidos.

Condicionando tais determinantes, destacam-se dentre os fatores externos:

- a incapacidade do sistema social em integrar a maior parte das condições de rendimentos compatíveis com o aumento da escolaridade, especialmente na zona rural, mas também marginalizando setores urbanos;
- a não exigência de conhecimento gerais e técnicos oferecidos pela escola para o desenvolvimento do trabalho rural, que constitui o fator preponderante do crescimento econômico do Estado;
- existência de regiões de pouco dinamismo sócio-econômico, que exigem menor escolaridade em contraste a reduzidos centros de crescimento crescente;
- investimentos em infra-estrutura privilegiando as regiões relativamente já melhores servidas;
- limitação das atividades dos órgãos de classe, sindicatos e as associações rurais e urbanas ao âmbito assistencial;
- insuficiência e inadequação da oferta educacional que dificulta o acesso às escolas ou não corresponde, em termos de programação e metodologia, às necessidades e exigências da população;
- insuficiência e inadequação do quadro profissional responsável pela educação sistemática que não corresponde quantitativa e qualitativamente às necessidades reais, dado o desprestigamento objetivo dessa área de atividades.

Apesar de apresentar níveis sempre baixos de escolaridade, houve melhoria gradual atribuída ao crescimento econômico do Estado que expandiu a oferta educacional.

Todas essas explicações serão reavaliadas ao se analisar o comportamento evolutivo da escolaridade da população ocupada, indicador das exigências educacionais do mercado de trabalho, assim como as relações entre rendimentos e escolaridade. Considerando os objetivos propostos a este capítulo, empreende-se agora estudos sobre a escolaridade da população ocupada. Considerando-se a escolaridade da PIA como os limites da oferta de escolaridade pa

ra o mercado de trabalho, buscar-se-á caracterizar em que proporções cada categoria é absorvida e sua evolução, bem como comparações entre as faixas de rendimento auferido na produção e qualificação expressa a elas correspondentes.

4.2

O MERCADO DE TRABALHO E A ESCOLARIDADE

Dante da configuração da baixa escolaridade da oferta máxima de mão-de-obra, a interpretação proposta foi a de que o crescimento econômico, no período, não chegou a alterar substancialmente o grau de educação formal alcançada pela população. Basicamente agrícola, o crescimento também foi industrial e terciário, mas apesar de ter dinamizado a expansão da oferta educacional não só em termos absolutos como atingindo proporções mais elevadas da população, não chegou a exigir alteração substancial do grau de escolaridade das mais amplas parcelas da população.

No entanto, não se analisou ainda a escolaridade da população ocupada. Uma alteração mais rápida entre a PO que no total da PIA, poderia indicar que o mercado de trabalho, no período analisado, passou a absorver mais intensamente pessoas que apresentassem graus de escolaridade mais elevados.

Por outro lado, se faz necessário considerar o total da PIA por grau de escolaridade, para saber que categoria se encontra em maior proporção no mercado de trabalho, ou em outros termos qual a capacidade de absorção por categoria de escolaridade do mercado de trabalho. Ocorrendo alteração mais rápida na escolaridade da PO que da PIA, tais proporções se alterariam mais rapidamente nos níveis mais elevados. Incrementos muito rápidos nos graus mais elevados, indicariam que o mercado de trabalho estaria solicitando mão-de-obra de mais alta escolaridade que a encontrada na PIA, especialmente em algumas categorias. Seriam indicadores da configuração da deficiência da escolaridade como ponto de estrangulamento.

Constatada tal deficiência, talvez se devesse reformular as interpretações anteriores propostas, pois, na verdade, estar-se-ia configurando uma maior solicitação ou pressão do mercado de trabalho, cujas características teriam sido transformadas pelo crescimento econômico, mas que não estariam encontrando resposta por parte do sistema educacional e da escolaridade da população.

Ao contrário, se as alterações da escolaridade da PO tiverem sido proporcionais às da PIA, estes pontos de estrangulamento não estariam se configurando. Seriam reafirmadas e, em grande parte, comprovadas as interpretações anteriores de que o crescimento econômico transformando o mercado de trabalho, vai paulatinamente influenciando e possibilitando a oferta de matrículas e da escolaridade da forma lenta já constatada, portanto, sem intensidade de pressão. A constatação de que pontos de estrangulamento não estariam ocorrendo, refere-se e restringe-se ao nível estrutural global e de maior permanência. Não se referem a pontos de estrangulamento conjuturais que ocorrem em períodos específicos e referentes a tipos de formações específicas. Estes não são detectáveis pelos dados globais disponíveis e levantados pelos Censos Demográficos. De fato, se se chamar de pontos de estrangulamento conjuturais ao déficit ou dificuldade de se encontrar um determinado especialista ou um determinado profissional, ou uma determinada "formação" em momentos de uma certa duração, nunca muito ampla, eles não só existem como contribuem fortemente para a posterioridade, às vezes, imediata ampliação da oferta daquele tipo de profissional ou especialista. A falta de mão-de-obra específica tende sempre a gerar num primeiro momento elevação de salários e, portanto incentiva maior formação educacional, quando necessária, para aquele tipo de trabalho.

Como contra-tendência mais geral à configuração de pontos de estrangulamento estruturais e mesmo conjuturais, a instrumentalidade da educação como via de ascensão social nascida da constatação em várias pesquisas como crescentemente situada ao nível da visão e da percepção das classes altas, médias e baixas, predomina-

minantemente na população urbana, expande a escolarização e a escolaridade, além do que o exercício das "ocupações" ou a execução de um tipo de "trabalho", em si o exigiriam. Diante da oferta mais ampla da escolaridade, as empresas podem então selecionar pelos níveis de escolaridade mais alta. Não como "consumo conspícuo" mas muito mais como uma potencialidade de maior aprendizagem no trabalho, maior iniciativa e uma potencialidade maior de disciplina, compreensão e aceitação da rotina de trabalho e das relações de trabalho.

Como contra-tendência mais geral da falta de mão-de-obra não qualificada, altamente correlacionada abaixo dos níveis de escolaridade, a expansão das possibilidades de ascensão social via educação não estão disponíveis para grande maioria da população, por fatores econômico-sociais já arrolados anteriormente, que não conseguem atingir graus mais elevados de escolaridade. Citando Claudio de Moura Castro: "Parece-nos excessivamente inocente a idéia de que existe um "fundo" de empregos potencialmente acessíveis a todos e que a educação nos fornece apenas um mecanismo de distribuição em face do racionamento de bons empregos" (1)

Ainda às vezes, a educação não se constitui como instrumentalidade de ascensão social, como é o caso de grandes parcelas da população rural, dada a desvinculação entre os conteúdos transmitidos na escola e o tipo de trabalho e condições de vida. No entanto, uma escolaridade completa primária universal não seria incompatível com o mercado de trabalho, mesmo quando basicamente rural. Pelo contrário, desenvolveria conhecimentos, informações e uma formação que poderiam ampliar a iniciativa e capacidade de trabalho e a racionalização adequada à maior produtividade. No entanto, a constatada baixa escolaridade da PIA, está a indicar que o crescimento agrícola não parece ter exigido aumento substancial da escolaridade da população. Tal constatação deverá ser

(1) Castro, Claudio de Moura - Desenvolvimento Econômico, Educação e Educabilidade - Edições Tempo Brasileiro - Rio de Janeiro, 1972.

reavaliada ao se analisar a evolução da escolaridade não só da PO, quanto, posteriormente, da população ocupada na agricultura.

Em resumo, quer se constate pontos de estrangulamento ou não, bem ou mal configurados, a hipótese explicativa geral de expansão da escolaridade da população está determinantemente centrada nas alterações que o crescimento econômico impôs ao mercado de trabalho, exigindo conhecimentos técnicos e científicos, associados ao sistema educacional. No entanto, ao se expandir, acaba por acumular o incremento da demanda, além do que o exercício do trabalho em si o exigiria. É claro, que as condições políticas de continuidade do sistema mais amplo, que se associam à expansão do sistema educacional, não estão sendo levadas em conta no trabalho, por fugirem ao âmbito de estudo.

A partir dessas principais questões levantadas, buscou-se comparar a estrutura de escolaridade da PO à da PIA e calcular a absorção pelo mercado de trabalho de cada categoria de escolaridade.

Algumas ressalvas devem ser feitas em relação à homogeneidade dos dados com que se trabalhará. Em 1940 e 1950 trabalhar-se-á de fato com a categoria de população ocupada (PO). No entanto, em 1970, estarão agregados aos ocupados, os desempregados. O censo de 1970 utiliza o conceito de população economicamente ativa (PEA) que inclui ocupados, desempregados e procurando emprego pela primeira vez. Como o censo ao apresentar a distribuição da PEA por atividades econômicas não especifica os que são ocupados e os desempregados, e em itens posteriores esta distribuição será analisada, optou-se por utilizar um total de ocupados que incluisse os desempregados. Os que procuravam emprego pela primeira vez não serão considerados nesse total. Como o desemprego aberto é proporcionalmente pouco significante como já foi indicado na parte introdutória, 0,61% do total da PEA em 1970, incluí-los na PO para compará-la com a ocupação em 1940 e 1950 não acarreta maiores prejuízos. Para efeito de simplificação se adota o tratamento de PO para todos os anos.

Os dados de escolaridade também apresentam problemas. Correspondem a diferentes formas de agregação. Diante da necessidade de compatibilizar tais dados, o nível de desagregação considerado teve que ser mais baixo que o desejável e alguns ajustes foram realizados conforme se esclarece no Anexo Metodológico (AM-4.2.1.).

Ao nível deste capítulo, a escolaridade da P.O. será estudada apenas no seu total, em vista do objetivo mais amplo da parte I deste trabalho, que é caracterizar no seu todo as características da oferta de mão-de-obra. Poder-se-ia ainda caracterizar, apenas a escolaridade da PIA, e, somente depois de analisar a evolução das taxas de ocupação e da estrutura setorial de emprego, introduzir a escolaridade da PO. Buscando, no entanto, dar uma continuidade ao tema "escolaridade da oferta de mão-de-obra" e não fragmentá-lo na análise mais central do comportamento da estrutura setorial de emprego e das taxas de ocupação, optou-se por introduzir junto à escolaridade do total da oferta de mão-de-obra em seus limites mais amplos - PIA - a escolaridade daquela parcela que se encontra ocupada. A população ocupada será aqui considerada, simplificadamente, como aquela que está sendo "demandada" pelo mercado de trabalho. É a mão-de-obra demandada e absorvida pelo mercado de trabalho, quer seja formalizado, quer não. Quer permita baixos rendimentos, quer não.

Assim, visando caracterizar a absorção pelo mercado de trabalho de cada nível de escolaridade, considerar-se-á aqui operacionalmente, que toda população ocupada pode ser identificada à demanda de mão-de-obra, embora se saiba que seu comportamento difira ao se tratar ou não do mercado formalizado e dos rendimentos auferidos. Tais diferenciações serão realizadas posteriormente. Assim, PO será equivalente à demanda e absorção, e PIA à oferta.

Só a seqüência imediata entre escolaridade da PIA e da PO, permitiria unidade de abordagem do tema das relações entre educação e mercado de trabalho. Neste sentido, é o comportamento das taxas de ocupação que está sendo prematuramente introduzido e de

uma forma um tanto diluída. Ainda mais. Neste capítulo entender-se-á por PO aquela definida e quantificada no âmbito dos censos demográficos, apenas com a ligeira ressalva de 1970, pois os dados sobre escolaridade a tomam por referência. Esta quantificação não será adotada no cerne da análise das taxas de ocupação e estrutura setorial de emprego, pois o total da força de trabalho ocupada, pode ser corrigido (ampliado) por comparação com dados dos Censos Agrícolas e da PNAD. Assim, portanto, a leitura das taxas de ocupação em si deve ser feito levando em consideração esta ressalva, não valendo então por si, mas por permitir a análise da absorção pelo mercado de trabalho dos diferentes graus de escolaridade. Desde que se saiba, no entanto, que quanto mais se amplia o conceito de PO além do contido no CD, mais se acentuam as ocupações ou "sub-ocupações" do mercado não formalizado e que as distorções corrigidas se referem à ocupação das mulheres na agricultura, pode se validar as análises e caracterizações aqui contidas e integrar seus resultados no estudo mais global do comportamento da FT.

Assim, o estudo do comportamento do mercado de trabalho feminino, por escolaridade, deve ter em conta que, se todos os censos demográficos subestimam a quantidade de mulheres trabalhando na agricultura, estão subestimando substancialmente mulheres sem instrução ou com primário incompleto. No entanto, como poderiam também estar subestimando as mulheres com primário completo, preferiu-se não efetuar na escolaridade a mesma correção que será apresentada na análise da ocupação e da estrutura de emprego. Considerou-se suficiente apresentar essa ressalva. O prejuízo maior será para a comparação entre as parcelas femininas sem instrução entre as décadas de 1940-1950. A subestimação presente em todos os censos, foi bem menor no censo de 1940. Foi a partir de 1950, por mudança de critérios (como será apresentado posteriormente), que se acentuou. Assim, para essa categoria, é apenas possível comparar os dados entre 1950 e 1970, e não entre 1940 e 1950. A queda da ocupação feminina sem instrução, apontada pelos dados entre 1940 e 1950, não pode ser considerada real.

A ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO OCUPADA

Um indicador mais geral que sintetiza a escolaridade da PO e que, de imediato traduz sua baixa escolaridade, é a média de anos de estudo. Na população masculina de 1970 foi encontrada a escolaridade média de 2,37 anos de estudo. Para os contingentes femininos 3,56 anos, indicando que as mulheres recrutadas para a força do trabalho, que no total constituem um número bem menor apresentam uma escolaridade maior, chegando ao 3º ano do antigo curso primário.

É um dado que não reflete o mesmo comportamento da escolaridade da oferta onde, segundo o item anterior (escolaridade da PIA) é maior a média para a população masculina, que corresponde a 2,52 anos de estudo enquanto que a média de escolaridade dos contingentes femininos é de 2,32 anos. Tais dados, já denotam a característica que diferencia fundamentalmente a absorção de maior número de homens, com baixos índices de escolaridade, enquanto que a incorporação de mulheres menos escolarizada é pequena.

Estes aspectos encontram-se mais detalhadas na comparação da estrutura de escolaridade da PIA e PO que será abordada a seguir.

A escolaridade da PO do Estado, cujos percentuais estão contidos na tabela 4.2.1(a), denota um elevado número de pessoas sem instrução ou de curso incompleto. Este grupo representava 89,68% em 1940, 81,90 em 1950 e 73,42% em 1970. Portanto, nestas três décadas, apenas cerca de 1/4 da PO apresentava escolaridade a nível de curso completo, muito embora este percentual se concentre na categoria elementar.

Desta categoria de instrução consta, em 1970, um contingente de 22,83%, proporcionalmente maior em relação aos anos de 1950 e 1940 que, contaram respectivamente com 14,90% e 7,98% da mão-de-obra nesta faixa.

TABELA 4.2.1.(a) PERCENTUAL DA EVOLUÇÃO MASCULINA NA F.T. POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - PARANÁ 1940 - 1970

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	ANOS E SEXO	1940	1950	1970
total s/ instrução + elementar				
inc. + s/ declaração de grau.		89,68	81,90	73,42
	Masculino	80,17	75,18	61,51*
	Feminino	9,51	6,72	9,75*
total elementar completo + mé- dio incompleto		7,98	14,90	22,83
	Masculino	6,53	12,53	18,68*
	Feminino	1,45	2,37	5,17*
total médio completo + supe- rior incompleto		1,73	2,49	2,72
	Masculino	1,30	1,90	1,91*
	Feminino	0,43	0,59	1,38*
total superior completo		0,61	0,71	1,03
	Masculino	0,59	0,67	1,14*
	Feminino	0,02	0,04	0,37*
TOTAL		100,00	100,00	100,00
	Masculino	88,59	90,28	83,30*
	Feminino	11,41	9,72	16,70*

FONTE: IBGE/C.D. - IPARDES

(*) percentuais obtidos pela agregação por anos de estudo e não diretamente por curso completo. Por isso, apresentam divergências com o total.

OBS.: Os valores absolutos estão na Tabela 4.2.2 (a).

A tendência de uma estrutura de PO mais escolarizada, é evidente no decréscimo de 16,26 pontos percentuais da categoria de menor escolaridade, enquanto quase duplica o peso dos contingentes com curso elementar completo, no período de referência.

A participação de formados em nível médio, 1,73% em 1940; 2,49% em 1950; 2,72% em 1970 cresceu apenas 50%. A PO de nível universitário, apresenta um índice de crescimento ainda menor representando 0,61% em 1940, do total da PO e passa a 1,03% em 1970.

A expansão da escolaridade, observada na estrutura da PO reflete as diferenciações de escolaridade da PIA examinadas no item anterior. Tais variações, indicam a tendência à redução relativa de contingentes sem instrução e alargamento, basicamente, na categoria de elementar completo.

Outra característica, que altera a estrutura da PO no Estado, é a crescente participação feminina. Sua tendência é mais acentuada, quando se verifica presença feminina nas categorias sem instrução e elementar incompleto. Neste caso, a proporção de PO masculina reduz sua participação no total do período em 18,68 pontos percentuais ou 8,48 entre 1950-1970, enquanto os contingentes femininos ocupados aumentam sua participação entre 1950 e 1970 em 3,03 pontos percentuais no total do período. O decréscimo entre 1940-50, é devido à mudança de critérios dos censos Demográficos e não de mudança real. Este dado aponta o crescimento de PO feminina sem instrução na força do trabalho. Entretanto o maior aumento relativo observado no mercado de trabalho, se verifica na população de elementar completo, em que a proporção de mulheres cresce duas vezes e mais, enquanto a da PO masculina não chega a duplicar.

Entre a população de maior nível de escolaridade, nota-se uma participação mais equilibrada nas oportunidades do mercado de trabalho. Entretanto é uma homogeneidade resultante da maior incorporação da mulher na força de trabalho, uma vez que seu peso rela-

tivo aumenta duas vezes no nível médio: 0,43% em 1940 para 1,38% em 1970, enquanto os homens não chegam a aumentar seu peso em 50% de 1,30% em 1940 para 1,91% em 1970⁽²⁾.

A alocação de trabalho feminino, mais acentuada no período 1950-1970, está influenciada pelo processo de urbanização com ampliação dos serviços de consumo coletivo, especialmente atividades sociais e comércio de mercadorias, que preparam e inauguram as condições necessárias para o trabalho feminino na zona urbana, a ser aprofundado em item posterior.

As considerações feitas para o ensino médio completo valem mais acentuadamente para o ensino superior. O incremento foi bem maior entre as mulheres que entre os homens e os dados por sexo, provavelmente incluem pessoas que ainda estão cursando o ensino superior, superestimando o número dos que completaram o curso⁽³⁾.

4.2.2 EVOLUÇÃO DA ABSORÇÃO PELO MERCADO DE TRABALHO DOS DIFERENTES NÍVEIS DE ESCOLARIDADE.

Para se poder melhor observar o que foi até aqui indicado, os dados serão trabalhados em uma perspectiva mais adequada: a evolução das taxas de absorção por nível de escolaridade (tabela 4.2.2. (a)).

(2) Em decorrência da agregação dos dados para cada sexo não ter obedecido o critério de curso completo, há uma levea superestimação de seu crescimento. No total, por curso completo, obtinha-se 22,83% do total da F.T. com nível médio. Por sexo, pela agregação de anos de estudo se obteria 23,85%.

(3) A diferença é de 1,03% por curso superior completo para 1,51% por agregação de anos de estudo.

TABELA 4.2.2. (a) TAXAS DE ABSORÇÃO POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA SOBRE A POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA
PARANÁ 1940-1970

	1940			1950			1970		
	PIA	PO	%	PIA	PO	%	PIA	PO	%
total s/ instrução+elementar									
inc. s/ declaração	773.780	369.886	47,80	1.220.779	569.029	46,61	3.518.757	1.671.479	47,50
Homem	394.855	330.672	83,75	629.181	522.311	83,01	1.738.955	1.400.650*	80,55*
Mulher	378.925	39.214	10,35	591.738	46.718	7,90	1.652.874	222.192*	13,44*
Total elementar completo +									
médio incompleto	66.576	32.936	49,47	200.215	103.529	51,71	1.064.900	519.719	48,80
Homem	36.051	26.935	74,71	104.132	87.076	83,62	595.925	425.323*	71,37*
Mulher	30.525	6.001	19,66	96.083	16.453	17,12	543.497	117.927*	21,70*
Total médio completo + supe-									
rior incompleto	11.250	7.108	63,18	29.877	17.303	57,91	90.633	62.105	68,52
Homem	6.758	5.355	79,24	17.482	13.234	75,70	55.461	43.692*	78,78*
Mulher	4.492	1.753	39,02	12.395	4.069	32,27	35.743	31.522*	47,95*
Total superior									
	2.730	2.536	92,89	5.215	4.907	94,09	25.962	23.451	90,33
Homem	2.548	2.440	95,76	4.770	4.601	96,46	31.310	25.988*	83,00*
Mulher	182	96	52,75	445	306	69,76	12.517	8.452*	67,52*
TOTAL									
	854.336	412.466	48,28	1.456.271	694.768	47,71	4.700.282	2.276.754	48,44
Homem	440.212	365.402	83,01	755.565	627.222	83,01	2.425.651	1.896.661	78,19
Mulher	414.124	470.064	11,36	700.706	67.546	9,64	2.274.631	380.093	16,71

FONTE: IBGE/ CD - IPARDES (*) - Para o ano de 1970, a somatória dos dados referentes a homens e mulheres da PO e PIA por diferença nos critérios dos quadros base não coincide com o total dos dois sexos.

Comparando-se as taxas de absorção por nível de escolaridade, observa-se inicialmente um razoável grau de homogeneidade nos três anos censitários.

Em todo período, as mais altas taxas de absorção são as do nível superior seguidas pelo médio completo, e a seguir, sem quase diferenças, as do primário completo e, por último, as da categoria sem primário completo.

No entanto, ao se distinguir do total a mão-de-obra feminina e a masculina, observa-se que, na verdade, se trata de dois mercados de trabalho de comportamento diferencial. Entre os homens, se a taxa maior de absorção é a do nível superior, segue-se com pouca margem de diferença, a absorção da parcela sem instrução ou apenas com primário incompleto, só depois é que se seguem as de médio completo e primário completo.

Assim, entre a população masculina são nas categorias extremas, nível superior completo e sem instrução ou primário incompleto, que se encontram muito próximos as maiores taxas de incorporação no mercado de trabalho.

O estudo do comportamento do trabalho feminino, como foi assinalado, deve ter em conta que todos os censos demográficos subestimam a absorção de mulheres sem instrução e que não se pode considerar a queda da ocupação feminina assinalada entre 1940 e 1950 como real. Ainda que feitas essas ressalvas, as taxas mais altas de absorção das mulheres são no nível superior, médio completo, primário completo e por último as sem instrução.

A homogeneidade entre as taxas de absorção por nível de escolaridade nos três anos censitários, ao mesmo tempo em que as proporções da categoria sem escolaridade completa da população ocupada vão diminuindo, face ao aumento dos contingentes de escolaridades mais altas, substancialmente a escolaridade elementar completa, evidenciam que o aumento da escolaridade da população e a incorporação proporcional pelo mercado de trabalho desses níveis mais altos, são concomitantes.

Em termos gerais, o aumento concomitante dos níveis de escolaridade da PIA e da PO, expressos tanto na homogeneidade das taxas de absorção como na mudança simultânea e homogênea da estrutura de escolaridade da PIA e da PO, que será apresentada a seguir na tabela 4.2.2.(b), estão, portanto, indicando que, a grosso modo, os pontos de estrangulamento não estão se configurando. Se a escolaridade da população que trabalha e que, ao trabalhar, gerou o crescimento econômico tal como o ocorrido no Paraná, é uma escolaridade significativamente baixa, é que este crescimento econômico foi possível sem exigir expansão substancial do nível educacional de sua mão-de-obra. Não exigiu expansão substancial. Apenas um certo grau expresso na redução de aproximadamente 89% da população ocupada sem instrução, para 73%. Não gerou pontos de estrangulamento bem configurados (as taxas de absorção são homogêneas em todos os anos). Mas algumas deficiências podem ser assinaladas no incremento de algumas taxas de absorção.

Algumas alterações, ainda que de pequena monta, se realizaram. As maiores foram no mercado de trabalho feminino. Observa-se como primeiro ponto, tomando-se por referência 1940 e 1970, a tendência de leve redução na taxa de ocupação dos contingentes sem instrução e elementar incompleto e para a população da categoria de elementar completo e médio incompleto, enquanto que, para as parcelas da população formada em curso de nível médio, observa-se maior solicitação. Se a absorção dos formados em nível superior aumentou entre 1940 e 1950, apresenta pequeno decréscimo em 1970.

Assim, da parcela da população que não recebeu instrução ou não completou o primário (tabela 4.2.2.(a)) 47,80% estavam ocupados em 1940; 46,61% em 1950 e 47,50% em 1970. A taxa de ocupação dos que concluíram o primário ou não completaram o médio, é ligeiramente superior, variando de 49,47% em 1940, para 51,71% em 1950 e 48,80% em 1970. A queda observada em 1970 é resultante do considerável incremento na oferta, o que não implica em redução do contingente ocupado desta categoria na estrutura da F.T. (vide tabela 4.2.2.(b)).

TABELA 4.2.2(b) COMPARAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS POR CURSO COMPLETO NO TOTAL DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E POPULAÇÃO OCUPADA - PERCENTUAL-PARANÁ 1940-1970

NÍVEL DE INSTRUÇÃO	ANOS		1940		1950		1970	
	PIA	PO	PIA	PO	PIA	PO	PIA	PO
s/ instrução + primário incompleto + semi declaração de grau	90,57	89,68	83,83	81,90	74,86	73,42		
primário completo + Médio incompleto	7,79	7,98	13,76	14,90	22,66	22,83		
Médio completo + superior incompleto	1,32	1,73	2,05	2,49	1,93	2,72		
Universitário	0,32	0,61	0,36	0,71	0,55	1,03		
TOTAL	100	100	100	100	100	100		

FONTE: IBGE/ CD - IPARDES

OBS: Os valores absolutos estão na tabela 4.2.2.(a)

É importante se reforçar que, mesmo incidindo sobre estas categorias de escolaridade a menor taxa de solicitação, estas representam não só a oferta mais numerosa, mas significam também o grande e maior peso da PO do Estado. Outro fator a considerar refere-se à crescente solicitação de mão-de-obra feminina destas categorias de escolaridade, o que parece indicar que para homens, cuja taxa de absorção é maior nesta categoria, e para as mulheres, onde a absorção é a menor nesta categoria, a solicitação não vem crescendo na mesma proporção, pelo contrário, no sentido inverso. Enquanto a taxa de absorção para os homens sem instrução e primário completo decresce entre 1940 e 1970 3,25 pontos percen-

tuaís, para as mulheres cresce 7,90 em 1950 para a 13,44 em 1970. A taxa de ocupação da categoria seguinte também apresenta uma inversão mais ou menos proporcional à anterior considerando os anos 1940 e 1970. A queda observada em 50 para as mulheres não deve ser considerada por que se deve apenas a critérios do CD. O aumento da ocupação de mulheres sem instrução e com primário completo pode ser atribuído a alterações nos padrões de consumo que levam a mulher a suplementar o rendimento familiar que se deteriora face ao acelerado processo inflacionário do período 69-70.

Dos que completaram o nível médio ou não completaram o superior, a taxa de ocupação se apresentou, para todo período, superior aos níveis de escolaridade mais baixos. Observa-se um declínio entre 1940 e 1950, de 63,18% para 57,91% talvez devido ao já constatado maior incremento desse nível de escolaridade num contingente ainda restrito e que portanto, é ainda o de uma categoria social que pode continuar estudando, seguida de uma reação do mercado que solicita em 1970, 68,52%. Duas hipóteses podem ser levantadas para essa maior absorção: maior contingente de alunos terá encontrado uma terminalidade real a esse nível de escolaridade por necessidade de trabalho, ou houve crescimento de oportunidades de trabalho para esses níveis.

A elevada integração no mercado de trabalho para estes contingentes sugere a necessária reação do sistema educacional no sentido de incrementar a oferta. É importante observar que o peso da população deste nível de instrução na estrutura da PIA é 1,9% enquanto na PO é 2,7%. Nesta categoria, no período estudado, se observa a ampliação mais acentuada do mercado de trabalho. Seu crescimento se deve particularmente a frentes de trabalho feminino no mercado, cuja taxa de ocupação em 1940 é 39,02 e em 1970 é 47,95% (conforme tabela 4.2.2.a), embora a dos homens também tenha crescido.

De acordo com a referência anterior a presença feminina nesse nível é preponderante, ajustada provavelmente a oportunidades de empregos e outras razões já assinaladas.

A taxa de ocupação dos graduados em nível universitário se manteve em torno de 90%. O crescimento observado de 92,89% em 1940 e 94,09% em 1950, com redução para 90,33% em 1970 se constitui em inverso ao observado para população de nível médio. É interessante notar que também neste nível são contingentes masculinos que tem reduzida sua oportunidade de emprego, embora, indubitavelmente os dados estejam subestimando sua absorção. Em 1970 se verifica uma menor distância para as taxas de ocupação masculina e feminina como se pode observar na Tabela (4.2.2.a). No entanto, apesar da mulher que atinge o nível superior estar cada vez mais entrando no mercado de trabalho, sua taxa de ocupação é menor que a dos homens. Assim, porque seu peso no total de pessoas com nível superior aumenta substancialmente em 1970, é que a taxa de ocupação do total de nível superior cai. A consideração resultante da análise do comportamento do mercado de trabalho frente a oferta de escolaridade diferenciada, consolida ainda a predominância dos contingentes masculinos e paralelamente expressa o significativo aumento de solicitação de parcelas femininas. Não se considerando as diferenças entre 1940 e 1950, quer se compare 1940 a 1970 ou 1950 a 1970, é indiscutível o incremento percentual da taxa de ocupação masculina. Configura-se praticamente uma situação de movimento inverso nas oportunidades de trabalho, para homens e para mulheres por categorias de escolaridade, especialmente nas categorias extremas.

Onde a mulher apresentava a menor taxa de absorção, isto é, entre as sem instrução e primário incompleto, foi onde ocorreu o maior crescimento (cerca de 70% em relação à taxa de 1950). Onde os homens apresentavam a maior taxa de absorção, na categoria de nível superior, constatou-se um dos maiores decréscimos. E se a mulher também decresceu, foi em grau muito pequeno, fazendo com que sua participação no total da categoria de nível superior aumentasse.

A taxa de absorção das mulheres aumenta também no primário completo, ao lado do ligeiro decréscimo da dos homens. Na categoria médio completo, não só aumenta a dos homens como, muito mais, a das mulheres.

Se a mulher na F.T. mantém em 1970 escolaridade superior a dos homens, ela deve ter diminuído sua distância em relação a dos homens, dado que a aproximação das taxas de absorção entre homens e mulheres, se deu em grande parte em função do decréscimo da absorção de homens sem instrução, e do aumento de mulheres sem instrução, categoria de peso relevante no total da F.T.

Aprofundar tanto as comparações entre o comportamento do mercado de trabalho feminino e masculino por escolaridade, quanto aprofundar as questões entre as inter-relações e efeitos entre o incremento da oferta e demanda, que nesse item foram expressos pelas taxas de absorção, merecem uma atenção especial através de novas formas de trabalhar os dados, que possam acrescentar algumas interpretações a tudo que até aqui se analisou.

4.2.3

O MERCADO DE TRABALHO E A ESCOLARIDADE FEMININA

A predominância da solicitação de homens na estrutura da demanda no decorrer dos trinta anos em estudo, em todas as categorias de escolaridade, é a imagem da natureza do mercado de trabalho que prevalece neste período, procedendo a um recrutamento, mais comum e fácil, da população masculina.

Entretanto, este modelo de mercado vem modificando sua estrutura com crescente incorporação da mão-de-obra feminina constatada em todos os níveis de escolaridade.

No processo de expansão do mercado de trabalho feminino, é marcante a velocidade com que as mulheres alcançam as proporções dos contingentes masculinos, especialmente as formadas em cursos universitários.

Nesta faixa, existem certos condicionantes que colaboram para assegurar estas mudanças.

- Novas aspirações de terminalidade com o incremento de oferta dos cursos de filosofia.
- Possibilidade de avançar os limites de terminalidade escolar, pelo comprometimento com a sobrevivência, assumido pela filha mulher, muito mais tarde do que pelo filho homem, ou pela mulher muito menos que pelo marido.

Por outro lado como será visto adiante, a economia mantém uma definida divisão de trabalho entre homens e mulheres em diversas áreas. A oportunidade para as mulheres está mais associada, portanto, a maiores níveis de escolaridade. Isto deve explicar o aumento crescente da participação feminina na escolaridade de nível superior, cuja proporção era de 25,41 homens para cada mulher em 1940, e se reduz para 15,03 em 1950, chegando em 1970, a 3,07 (tabela 4.2.3.a). Foi a taxa masculina da escolaridade que mais decresceu (79%), ou seja, onde houve maior incremento da proporção feminina comparada à masculina.

Ainda que esta participação se concentre nos setores tradicionalmente reservados à mulher, já se pode observar como tendência, uma penetração dos contingentes de mão-de-obra feminina em áreas anteriormente privativa do uso masculino, no nível superior.

Entretanto, é no médio+superior incompleto que se expressa mais claramente o peso da participação feminina. Seu aumento(57%) não foi tão grande, mas seu peso é bem maior. Em 1970, o número de mulheres com escolaridade completa de 10 anos e mais é surpreendente ultrapassando o número de homens desta faixa(tabela 4.2.3. (a)). A proporção de população feminina ocupada é de uma mulher para 1,38 homens, constituindo o ponto mais próximo de um equilíbrio entre homens e mulheres.

Os decréscimos verificados na representação masculina denotam não uma diminuição do contingente masculino, mas a elevação do feminino. Cabe levantar uma questão, no sentido de justificar este aumento crescente da escolaridade feminina. Para esta faixa, a entrada no mercado de trabalho se realiza em termos de vantagem

TABELA 4.2.3.(a) TAXA DE PARTICIPAÇÃO MASCULINA NA ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E DA POPULAÇÃO OCUPADA^(*) - PARANÁ -
1940 - 1970

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	ANOS E SEXO	1940		1950		1970	
		PIA H/M	PO H/M	PIA H/M	PO H/M	PIA H/M	PO H/M
s/ instrução + s/declaração de grau + elementar							
incompleto		1,04	8,43	1,06	11,18	1,05	6,30
Elementar completo + nível médio incompleto		1,18	4,48	1,08	5,29	1,09	3,60
Médio completo + superior							
incompleto		1,50	3,05	1,38	3,25	0,84	1,38
Superior completo		14	25,41	10,71	15,03	2,50	3,07
Total de cursos completos			4,42		5,04		3,14
TOTAL		1,06	7,76	1,07	9,26	1,06	4,98

FONTE : IBGE/CD - IPARDES

Obs: Os dados absolutos estão na tabela 4.2.2. (a)

(*) Dados divergentes da tabela 4.1.3.(c), por haverem sido agregados de forma distinta, conforme metodologia em anexo.

econômica, quando sua substituição nas atividades domésticas para complementar a renda familiar é considerada mais rendosa. Para que isso aconteça, a mulher necessita de melhor qualificação, o que leva o contingente feminino desta faixa, a elevar seu grau de escolaridade, mesmo que sua taxa de retorno, medida pelos rendimentos auferidos, seja menor que a dos homens, nesse mesmo nível de escolaridade. É por sua vez, o seu maior descomprometimento com a sobrevivência, que permite permanecer mais tempo na escola, ainda que sua taxa de retorno seja menor que a dos homens.

Esta característica não se aplica para camadas de rendas mais baixas, onde não existe a oportunidade de escolher opções mais vantajosas. Nesta faixa não existe relação direta entre o aumento de sua participação no mercado de trabalho e da escolaridade. Entre as mulheres das camadas de rendas mais baixas, a entrada no mercado de trabalho é feita sob a necessidade de equilibrar o orçamento familiar, provavelmente, em mercado não formalizado.

Entre as camadas de renda mais baixa, se situou a maior parcela da população feminina sem instrução ou primário incompleto. Grande parte da população ocupada com primário completo, pode também ser situada em camadas baixas, mas geralmente um pouco superiores. Embora o peso da parcela sem instrução no total da força de trabalho feminino tenha diminuído de 69% para 58% entre 1950 e 1970, continua ainda sendo a maior parcela (sem se levar em conta a subestimação do C D) e conheceu um incremento na participação no total da força de trabalho ocupada de 6,72% em 1950 para 9,72% (tabela 4.2.1.a).

O crescimento da população feminina sem instrução apresenta um especial interesse. A sua absorção aumenta quando, não só decrece também o peso da força de trabalho masculina sem instrução, no total da força de trabalho (tabela 4.2.1.a), quanto na taxa de absorção (tabela 4.2.2.a). É, portanto, o aumento da participação feminina na categoria sem instrução que faz decrescer mais lentamente o peso da parcela sem instrução no total da força de

trabalho. A participação masculina na categoria sem instrução de cresce em torno de 44%. Esse decréscimo é maior do que o ocorrido na categoria de primário completo. A participação feminina entre ocupados que cursaram o elementar completo cresceu em 32%, ou seja, foi nesta categoria que menos se alteraram as proporções entre homens e mulheres. Se o peso da força de trabalho masculina sem instrução continuava crescendo no total da população ocupada (tabela 4.2.1.a), sua taxa de absorção diminuiria (tabela 4.2.2.a) explicando assim que sua participação em relação aos homens do mesmo nível de escolaridade não tenha se alterado muito, embora ao se considerar o total da população ocupada feminina, o seu peso já bastante grande desta parcela em 1950 (24%) tenha crescido mais do que o das mulheres sem instrução.

De um modo geral, portanto, a participação feminina em relação à masculina incrementou em maior ritmo, por ordem, entre a população de escolaridades mais altas, de nível superior e médio completo e a seguir entre as sem instrução e primário completo.

Atribuiu-se tal fato ao incremento de atividades terciárias, que oferecem maiores oportunidades para trabalhos escolarizados, incluindo alguns tipicamente femininos assim como a possibilidade da mulher permanecer mais tempo na escola, mesmo quando sua taxa de retorno é menos compensadora que a do homem (devido ao seu maior grau de descomprometimento com a sobrevivência).

No entanto, somando-se as proporções das categorias sem instrução e primário completo, continuam representando absoluta maioria em relação ao total da força de trabalho feminina, apesar do decréscimo de 93,52% em 1950, para 89,50% em 1970 (a diminuição é indiscutível ainda que se possa corrigir este peso pela subestimação dos C D). Assim, a maior proporção das mulheres que continua em 1970 se incorporando a força de trabalho, é intimamente constituída por pessoas que são levadas a aumentar o rendimento familiar, ou a mantê-lo ou até a compensar a queda do salário real.

INTERRELACOES ENTRE O RITMO DE CRESCIMENTO DA OFERTA E DEMANDA DE NIVEIS DE ESCOLARIDADE

A hipótese geral explicativa das influências recíprocas do crescimento da expansão da escolaridade da população, e da demanda por níveis mais altos, tal como proposta na introdução a esse capítulo, pode em parte ser avaliada de uma perspectiva bastante interessante. Perceber se a um incremento maior da demanda por nível de escolaridade, no período seguinte, o ritmo de crescimento da oferta se torna maior e vice-versa. É claro que não se pretende de modo nenhum discutir alternativamente, se é o crescimento da demanda por níveis de escolaridade que gera aumento da oferta, ou vice-versa. Consideradas as duas proporções isoladas, elas em si são válidas e nesse sentido seriam complementares. O que na verdade se propõe como hipótese geral explicativa, é que a condição determinante do aumento da escolaridade está de fato situada nas transformações do crescimento econômico, e em decorrência do mercado de trabalho para o qual se torna imprecindível determinado grau de conhecimentos técnicos e científicos, associados à expansão educacional. Mas para além disso, ou seja, uma vez em marcha o crescimento do sistema educacional, o mercado de trabalho passa a exigir níveis de escolaridade mais altos, associados à disciplina, raciocínio, iniciativa, maior potencialidades de aprendizagem no trabalho, melhor relacionamento no trabalho, etc., assim como uma forma de restringir a competitividade num determinado campo de trabalho. Assim a expansão da oferta de escolaridade passa a produzir expansão da demanda de escolaridade. Se essa afirmação é válida por si, não é a condição determinante da expansão do sistema educacional.

Em parte, a importância determinante da demanda em relação à oferta, pode ser reafirmada da perspectiva que ora se propõe, de certa forma, curiosa. No período estudado, o comportamento da oferta e da demanda de escolaridade foi tal que, toda vez em que o crescimento da demanda foi maior que o da oferta, no período seguinte o da oferta era maior que o da demanda, caracterizando, portanto, uma pressão da demanda causada pelo seu descompasso com

a oferta, sobre a oferta do período seguinte que, então se expandia mais rapidamente que a respectiva demanda.

Ao contrário, quando o crescimento era maior que o da demanda, no período seguinte a oferta crescia a um ritmo menor que o da demanda, ou seja, a oferta de escolaridade sofria menor pressão do incremento da demanda.

No entanto, se se julga que a constatação das alterações simultâneas e bastante homogêneas, entre a escolaridade da PIA e da PO, podem reafirmar que o crescimento econômico gerou ao mesmo tempo a demanda e a oferta de níveis de escolaridade mais altos, ainda que as alterações tenham sido de pouca monta, a análise da comparação entre as taxas de incremento é menos precisa, dado que as interpretações estão na verdade baseadas em pequenas diferenças entre as taxas. Essa análise permitirá indicar com mais clareza alguns pontos de "desajuste" entre oferta e demanda, ou seja, de uma capacidade de absorção maior do que a de expansão do nível de escolaridade, e também indicar como esse "desajuste" é depois corrigido. Permite assim indicar que as inter-relações entre incremento da demanda e da oferta se fazem através de "desajustes" e "ajustes". Considerando-se no entanto que os ritmos diferenciais entre as taxas, por não serem muito nítidas, não possuem validade suficiente para manter tais hipóteses complementares, ao menos, não podem de forma nenhuma invalidar o que se tentou demonstrar de modo mais geral: alterações simultâneas e bastante homogêneas entre a expansão da escolaridade e de sua demanda.

Para efeito de análise, considera-se a oferta e a demanda de escolaridade em situação natural de ajuste num mesmo período, quando o crescimento da oferta escolarizada se faz à taxas mais altas que as apresentadas pela demanda, isto é, quando o incremento da escolaridade da PIA é maior que o da PO. Ao contrário quando o incremento da demanda é mais rápido que o da oferta, caracteriza-se uma situação de desajuste.

É importante verificar se no período posterior ao "desajuste", o ritmo de incremento da oferta se torna mais acelerado que o da demanda. Se se constatar que a oferta se tornou maior, pode-se inferir a capacidade de resposta do sistema educacional, frente ao incremento acelerado de empregos para determinados níveis de escolaridade, no período anterior.

Antes de se analisar as taxas anuais de incremento para responder a essas questões, algumas observações mais gerais se fazem necessárias.

Comparando-se em primeiro lugar os ritmos diferenciais de crescimento da oferta de escolaridade segundo se trata da população feminina ou masculina, constata-se na tabela 4.2.4.(a) que a oferta feminina escolarizada cresce a um ritmo mais acelerado que a oferta masculina, praticamente em todas as categorias de escolaridade, à exceção das taxas obtidas para 1940 - 1950 na categoria sem instrução ou primário incompleto, onde seus ritmos são quase iguais com diferenças proporcionais aos dos incrementos do total das populações de cada sexo, e 1950-1970 do nível primário completo, onde é maior a taxa de incremento para parcelas masculinas.

Quanto à demanda, que expressa a capacidade de geração de emprego da economia, a maior taxa de incremento no período 1940-1950, refere-se às possibilidades de ocupação para contingentes masculinos das categorias elementar completo e médio incompleto. No superior o incremento anual é mais rápido para população feminina. As duas décadas seguintes reforçam não só a oferta feminina nos diferentes níveis de escolaridade, como também o ritmo de expansão do mercado de trabalho feminino, que excede consideravelmente as oportunidades das frentes de emprego para os homens. Tais dados conduzem a consolidar a idéia de uma acelerada integração da mulher no mercado de trabalho.

Cabe agora a abordagem em torno da pergunta inicial, referente a

TABELA 4.2.4 (a) TAXAS DE INCREMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA E DA POPULAÇÃO OCUPADA POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE - PARANÁ 1940-1970

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE E SEXO	ANOS PIA E PEA		1940-1950		1950-1970	
	PIA	PO	PIA	PO	PIA	PO
Total-s/instrução + elementar	4,67	4,40	5,43	5,53		
incompleto + s/ declaração de grau						
Homem	4,77	4,60	5,21	5,06		
Mulher	4,56	1,77	5,27	8,11		
Total-Elementar completo + mé						
dio incompleto	11,64	12,13	8,72	8,40		
Homem	11,19	12,45	9,11	8,25		
Mulher	12,15	10,61	9,05	10,35		
Total-Médio completo + supe-						
rior incompleto	10,26	9,30	5,71	6,60		
Homem	9,97	9,47	6,31	6,15		
Mulher	10,68	8,77	8,70	10,79		
Total-Superior	6,69	6,82	8,36	8,14		
Homem	6,47	6,55	9,86	9,04		
Mulher	9,35	12,29	18,16	18,05		
TOTAL	5,48	5,35	6,03	6,11		
Homem	5,55	5,55	6,01	5,69		
Mulher	5,40	3,71	6,06	9,00		

FONTE: IBGE/ CD - IPARDES

OBS: Os dados absolutos estão na tabela 4.2.2 (a)

reação do sistema educacional frente a um incremento de demanda, que excedeu o incremento da oferta no período anterior.

Para a população masculina com curso elementar completo ou médio incompleto, conforme a tabela (4.2.4.(a)), as proporções de 11,19% ao ano para a PIA e 12,45% ao ano para PO, que caracterizam a situação como desajuste, não se repetem no período seguinte, corrigida por um ritmo de crescimento maior na oferta que na demanda. Inferindo-se dai, a capacidade de reação do sistema educacional a um anterior desajuste. Na década 1940-1950, situação semelhante se constata para as taxas de incremento anual da PO masculina e feminina de nível universitário.

No período seguinte 1950-1970, o ritmo da demanda é mais acelerado que a oferta na população feminina sem instrução e primário incompleto, com curso elementar completo e médio completo. O ritmo de demanda, entre a população feminina sem instrução e com primário completo, superior ao da oferta, é indicador da notável incorporação da mulher no mercado de trabalho. Como essa incorporação era absolutamente pequena em relação ao total da oferta na década de 1940, é que aparece tão alta a taxa da demanda no período seguinte, não podendo ser interpretada como desajuste entre oferta e demanda. Quanto ao nível médio completo, esta situação de descompasso no ritmo de crescimento entre oferta e demanda pode-se inferir que é uma situação de desajuste, ou seja, de aumento da absorção desse nível de escolaridade, que pressiona o aumento da oferta desse grau de escolaridade. Pode-se supor que, como ocorreu nos casos já assinalados de outros níveis de escolaridade, a tendência natural do sistema educacional e do comportamento da população, será expandir a oferta desses níveis de escolaridade, chegando, provavelmente a superar o incremento da demanda posteriormente. Em parte essa "correção natural" é explicada pelo fato da demanda maior, sobre contingentes com determinada escolaridade, provocar a elevação salarial de tal grupo, num primeiro momento, o que determina a reação do sistema educacio-

nal frente a pressão por nível de escolaridade mais solicitado pelo mercado de trabalho.

A persistência desse desajuste pode significar um ponto de estrangulamento. Entretanto, tal situação não se configurou no período estudado. Ao contrário as taxas tendem a um ajuste.

No período de 1950-70, ao contrário da década anterior, são as categorias sem instrução, elementar incompleto e médio completo, que se caracterizam pelo incremento maior da demanda que da oferta, considerando-se o total dos dois sexos. Entre os sem instrução, a absorção de homens menor que a oferta é compensada pela absorção maior de mulheres sem instrução, fazendo com que no total, a diferença seja muito ligeira.

Entre os de nível médio completo, é também o maior ritmo de incremento das mulheres na F.T. que o do aumento de sua oferta, que compensa o menor ritmo de absorção dos homens em relação ao total da oferta desta categoria.

É interessante observar que na década anterior, essas duas categorias tinham se comportado de modo inverso. O crescimento da oferta superava o da demanda, e não só no total, como em cada sexo, o menor crescimento da demanda em relação ao da oferta em 1940-50, foi seguido por um crescimento da oferta menor que o da demanda no período seguinte, provavelmente por ter pressionado menos o crescimento da oferta de escolaridade.

De uma forma global e dentro dos limites impostos pelas características dos dados analisados, que permitem muito mais indicar do que comprovar, pode-se apontar a capacidade do sistema educacional em expandir a oferta de um determinado nível de escolaridade, respondendo ao grau de intensidade da pressão que sofre pelo mercado de trabalho, quando incorpora mais rapidamente um certo nível de escolaridade.

4.2.5

A CORRESPONDÊNCIA ENTRE A PROFISSIONALIZAÇÃO E OCUPAÇÃO DAS PARCELAS DA POPULAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR.

Até aqui, o estudo esteve orientado para uma abordagem mais geral.

Neste item buscar-se-á, num nível de detalhamento maior, perceber a adequação da PO, formada nos vários ramos profissionalizantes, da categoria dos cursos médio ou superior, ao tipo de atividade exercida no mercado de trabalho. E identificar, na medida do possível, a PNO com cursos médio e universitário.

As constatações são feitas para 1970 por não se dispor de dados para acompanhar a evolução das proporções formadas - ocupações.

Estes dados foram organizados nas Tabelas 4.2.5. (a) (b) (c) (d).

Quanto ao nível medio quatro pontos parecem suficientes para sua caracterização. O primeiro (Tabela 4.2.5. (a)) refere-se à parcela diminuta dos técnicos industriais e agrícolas no total dos formados em nível médio que estão ocupados. O que revela a pequena capacidade de absorção deste tipo de técnico pelo mercado de trabalho, 0,70% e o 0,24% respectivamente. As párctelas maiores são das normalistas, 37,82%, e uma equivalência entre formados no "colegial" 30,87%, e os técnicos "comerciais", 30,37%.

O segundo ponto é a adequação entre os ramos de ensino profissionalizante e a entrada mais rápida no mercado de trabalho. As maiores taxas de ocupação estão entre os "técnicos" comercial, industrial e agrícola. Quase a totalidade dos que concluíram esses cursos se integram na força de trabalho. Por ordem, respectivamente, 85,10%, 80,85% e 77,08% (tabela 4.2.5 (b)).

Para as normalistas, a taxa é um pouco mais baixa, 65,81% mesmo assim, é mais alta que a do ramo de ensino que, de fato, não se

TABELA 4.2.5.(a) CONDIÇÃO DE ATIVIDADE DA PO COM NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE 2º GRAU - PERCENTUAL
PARANÁ - 1970

CONDIÇÃO	CURSO						TOTAL
		COLEGIAL	AGRÍCOLA	INDUSTRIAL	NORMAL	OUTROS	
PIA		35,38	0,21	0,59	39,37	24,45	100
PO		30,87	0,24	0,70	37,82	30,37	100
Ocupações domésticas não remuneradas		24,04	0,03	0,33	61,86	13,73	100
Outras condições inativas		62,95	0,26	0,39	26,66	9,75	100
TOTAL não PO		45,19	0,15	0,36	42,73	11,57	100

FONTE: IPARDES - A partir de dados da F. I B G E que se encontram na Tabela AE 4.2.5 (a)

pretendia terminar, o colegial. A menor adequação à sua finalidade profissionalizante é, portanto, a do ensino normal. Em parte, forma donas de cas, 66,08%, em parte permite a continuidade dos estudos a nível de terceiro grau, 33,92% (tabela 4.2.5.(c)). Quanto ao colegial, que não se pretendia profissionalizante em parte o é, os que se integram na FT, 59,77%, (tabela 4.2.5. (b)) o fazem predominantemente em ocupações administrativas, 49,55%, (tabela 4.2.5. (c)) e em segundo lugar em atividades docentes, 14,64% (tabela 4.2.5.(c)). Por outro lado, também os ensinos técnicos não são apenas profissionalizantes. A maior parte dos formados no ramo industrial e agrícola que não trabalham, continuam os estudos (tabela 4.2.5.(a)).

Quanto aos formados no Comercial que não estão ocupados, e que são poucos, parte se ocupa em atividades domésticas e outra provavelmente estuda (tabela 4.2.5. (d)). Embora de forma não rígida, há compatibilidade entre a função profissionalizante e a entrada mais rápida no mercado de trabalho. O terceiro ponto é a compatibilidade entre o tipo de atividades produtivas exercidas pelos formados no nível médio e o ramo cursado. Observa-se que existe, em grau razoável. No mínimo, dentro dos limites que permitem ver as categorias ocupacionais dos censos. Apenas cerca de 27% (tabela 4.2.5. (c)) dos técnicos industriais parecem não exercer atividades apropriadas, ocupando-se com funções burocráticas e ocupações terciárias. A quase totalidade dos normalistas que trabalham, o fazem em atividades docentes, com exceção do contingente significativo de 13,28% que se dedica a ocupações administrativas, e de outras parcelas menos significativas. No entanto, esta absorção de técnicos em atividades condizentes nem sempre corresponde à demanda do mercado de trabalho por assalariados. Por exemplo, 32,43% dos técnicos de nível médio agrícola que trabalham são proprietários, e 17,47% dos industriais também o são. Ainda deve-se ressaltar que 14,86% dos técnicos agrícolas são professores. Nota-se, assim, que o exercício de atividades compatíveis nem sempre é sinônimo de demanda de técnicos no seu sentido estrito.

O quarto ponto é que, considerando-se o total dos formados em nível médio, incluindo-se, portanto, também os de nível colegial que trabalham na sua maior parte, isto é, 79,65% dedicam-se a atividades nitidamente terciárias a saber: 43,12% em ocupações administrativas e 36,53% em atividades docentes. Conclui-se que o aumento da incorporação na FT da parcela de nível médio completo se deve, e acompanhou o incremento substancial das atividades terciárias, no decorrer do crescimento econômico do Estado e simultâneo processo de urbanização. Devem-se e acompanham em parte o processo de expansão da escolarização e, em parte o processo de intensificação das atividades burocráticas tanto dos setores de serviços quanto do industrial.

TABELA 4.2.5. (b) PESSOAS SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE COM CURSO DE NÍVEL MÉDIO - PARANÁ-1970 (PERCENTAGEM)

GRAU DE INSTRUÇÃO CONDIÇÕES DE ATIVIDADE	COLEGIAL	AGRÍCOLA	INDUSTRIAL	NORMAL	COMERCIAL E OUTROS	TOTAL
PIA-População com mais de 10 anos	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Pessoas ocupadas	59,77	77,08	80,85	65,81	85,10	68,50
Pessoas não eco- nomicamente ativas	40,23	22,92	19,15	34,19	14,90	31,50

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

OBS.: Os dados absolutos encontram-se na Tabela AE 4.2.5 (a)

Para complementar a análise das ocupações e ramos de estudo cabe um exame das tabelas referentes a ocupações da população formada em curso superior e a condição da PNO, 4.2.5. (e) (f) (g).

TABELA 4.2.5. (c) PESSOAS OCUPADAS COM CURSO DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO GRUPOS OCUPACIONAIS - PARANÁ-1970 - (PERCENTAGEM)

GRAU DE INSTRUÇÃO GRUPOS E SUBGRUPOS OCUPACIONAIS	COLEGIAL AGRÍCOLA INDUSTRIAL NORMAL OUTROS					TOTAL
	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	
Total de Ocupados	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ocup. Administrativas	49,55	42,57	36,55	13,28	73,89	43,12
Proprietários	11,42	32,43	17,47	1,08	13,66	8,28
Administradores	9,68	7,43	6,21	2,59	11,27	7,45
Func. Burocráticas	28,45	2,71	12,87	9,61	49,12	27,39
Ocupações Técnicas,	21,90	14,86	28,05	82,54	8,31	40,73
Científicas e Afins						
Professores e Aux.	14,64	14,86	7,13	81,17	4,03	36,53
Outras	7,25	-	20,91	1,37	4,28	4,20
Ocup. da Agropecuária	0,16	33,78	0,92	0,02	0,11	0,17
Ocup. da Indústria de	4,16	2,70	20,00	0,45	2,13	2,25
Transformação e Construção Civil						
Ocup. do Comércio	8,60	-	3,91	1,07	6,57	5,08
Ocup. dos Transportes e Comunicações	1,75	-	1,84	0,64	1,38	1,22
Ocup. da Prestação de Serviços	0,38	-	-	0,31	0,41	0,36
Ocupação da Defesa Nacional e Segur. Pública	5,64	-	2,53	0,12	1,62	2,30
Outras Ocupações	7,87	6,09	7,13	1,57	5,58	4,77

FONTE: IBGE/ CD - IPARDES

OBS: Os absolutos estão no AE.4.2.5 (c).

TABELA 4.2.5.(d) PESSOAS NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS COM CURSO DE NÍVEL MÉDIO
PARANÁ-1970 (PERCENTAGEM)

GRAU DE INSTRUÇÃO CONDIC. DE ATIVIDADE	COLEGIAL	AGRÍCOLA	INDUSTRIAL	NORMAL	COMERCIAL		TOTAL
					E	OUTROS	
Pessoas não economicamente ativas	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Ocupações Domésticas	24,29	9,09	41,75	66,08	54,19	45,64	
Condições Inativas	75,71	90,91	58,25	33,92	45,81	54,36	

FONTE: - IBGE/ CD - IPARDES

OBS.: Os dados absolutos encontram-se na Tabela AE 4.2.5 (a).

TABELA 4.2.5 (e) - PESSOAS INCLUÍDAS NA PO E NA PNO DE ACORDO COM O CURSO - PARANÁ - 1970

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E + POR GRAU DE INSTRUÇÃO SE- GUNDO GRUPOS E SUB- GRUPOS OCUPACIONAIS.	GRAU E ESPÉCIE DO CURSO							
	SUPERIOR							
	TOTAL	CIÊNCIAS JU- RÍDICAS ECO- NÔMICAS E AD- MINISTRATI- VAS	OUTRAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	CIÊNCIAS DA SAÚDE	TECNO- LOGIA	CIENCIAS AGRO- PECUÁRIAS	CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS	OUTRAS
Pessoas economicamen- te ativas	23.451	6.424	4.266	5.413	2.892	1.015	227	3.214
Pessoas não econome- ticamente ativas	2.511	507	561	566	222	57	22	576
PERCENTUAL								
Pessoas economicamen- te ativas	100,00	27,39	18,19	23,08	12,33	4,33	0,97	13,71
Pessoas não econome- ticamente ativas	100,00	20,19	22,34	22,54	8,84	2,27	0,88	22,94

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

TABELA 4.2.5. (f) PESSOAS DE 10 ANOS E + POR GRAU E ESPECIE DE CURSO SEGUNDO OS GRUPOS OCUPACIONAIS - PARANÁ - 1970 (PERCENTAGEM)

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E + POR GRAU DE INSTRUÇÃO SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS OCUPACIONAIS	GRUPO E ESPECIE DO CURSO							
	TOTAL	SUPERIOR						
		CIÊNCIAS JURÍDICAS ECONÔMICO. ADMINIST.	OUTRAS CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMAN.	CIÊNCIAS DA SAÚDE	TECNOLOG.	CIÊNCIAS AGROPEC.	CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS	OUTRAS
TOTAL								
Pessoas econom. ativas	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Ocupações administrativas	20.56	32.63	12.28	10.29	22.93	25.62	11.89	21.59
Proprietários	8.39	11.88	2.53	7.28	11.58	14.68	-	7.44
Administradores	7.27	12.25	4.17	1.77	9.96	9.75	4.85	7.62
Funç.buroc.ou de escrit	4.81	8.50	5.58	1.24	1.38	1.18	7.05	6.53
Ocupações Técnicas, Científicas, Afins	71.55	57.21	84.20	86.48	72.54	68.37	82.82	57.59
agron.veterin.natural	2.71	-	0.07	0.07	-	61.48	-	0.12
medic.dent.e funç.aux.	17.26	-	0.87	73.42	0.55	0.39	-	0.47
prof.e funç.auxiliar	22.47	7.41	76.42	8.57	4.81	5.81	80.62	22.68
magist.advog.funç.aux.	10.63	37.70	0.56	-	0.59	0.30	-	0.81
eng., funç.afins e civ	7.70	0.05	0.07	0.09	60.72	0.36	-	1.09
outras	10.76	14.07	6.21	4.20	5.81	-	2.20	50.31
Ocupaç. na Agropecuar. e da prod.extrat. vegetal e animal	0.03	-	-	-	0.14	-	-	0.09
Ocupaç. das Inds de transfor. e da constr. civil	0.35	0.19	0.35	-	0.97	0.39	1.76	0.56
Ocupaç. do comércio e ativo auxiliares	1.65	3.21	1.24	0.79	0.73	1.08	-	1.68
Ocupaç. dos transp. e das comunicações	0.20	0.34	0.21	0.15	-	-	1.76	0.12
Ocupação da prest.de serv	0.02	0.06	-	-	-	-	-	-
Ocupaç.da defesa nacional e segurança pública	3.50	3.41	0.80	1.46	0.76	1.28	-	14.13
Outras ocupações mal definidas ou não decl.	2.14	1.96	0.91	0.83	1.94	3.25	1.76	4.23

FONTE : IBGE/CD - IPARDES

OBS: Os absolutos estão no AE. 4.2.5.(f)

Um primeiro ponto a considerar refere-se ao pequeno número de ocupados formados em ciências exatas, naturais e agropecuárias, que representam o menor percentual frente ao total, 0,97% e 4,33%, respectivamente. Os cursos que apresentam o número mais elevado de formados na PO se caracterizam como voltados a atividades terciárias. O número mais representativo é de formados em ciências jurídicas, econômicas e administrativas, 27,39%, seguido dos formados em ciências da saúde, sociais e humanas e tecnologia, com 23,08% 18,19% e 12,33%, respectivamente (tabela 4.2.5. (e)).

Ainda que a taxa de ocupação para todos os formados em cursos superior se apresente em torno de 90%, fica claro a baixa capacidade do mercado, para formados em cursos que tem um peso muito reduzido na estrutura da oferta da população de nível superior, como agropecuária e ciências exatas e naturais. Um fator acumulativo que define a fraca integração desta especialização na economia do Estado é a presença na agropecuária de 14,68% da PO são proprietários, que na área tecnológica também se constata uma elevada proporção (11,58%) de proprietários na PO.

Da população da categoria de instrução superior, que não se incorpora na FT (tabela 4.2.5. (e)) a maior parte é formada em ciências sociais e humanas 22,34%, em ciências da saúde, 22,54%, em ciências jurídicas, econômicas e administrativas 20,19%. Na área da saúde, metade dos formados que estão FFT são donas de casa, a outra parte, provavelmente, são aposentadas ou capitalistas. Na área de ciências sociais, as parcelas FFT são fundamentalmente mulheres, 77,01%. Nos demais cursos, as parcelas que não se integram no mercado de trabalho, conforme a tabela 4.2.5.(e)) se encontram em outras condições inativas.

Um segundo ponto a ser discutido diz respeito às funções em que incorporam as parcelas formadas em ensino superior. Pode-se observar na tabela 4.2.5. (f) que os maiores contingentes de cada curso têm ocupações em área estritamente técnicas. Assim, 73,42% dos formados em ciências de saúde são médicos ou dentistas, 10,29%

estão em áreas administrativas e, como em todas as demais áreas, uma parcela de formados (4,81%) é encaminhada para o magistério.

O curso de ciências sociais e humanas forma basicamente professores (76,42%), 5,58% ocupam funções burocráticas e 4,17% são administradores, essencialmente voltados para atividades terciárias.

Os tecnólogos, agrônomos e veterinários têm uma incorporação no mercado bem semelhante. Cerca de 60% são engenheiros e agrônomos ou veterinários: aproximadamente 5% são professores, e cerca de 1/4 desse grupo está em área administrativa.

O curso que apresenta alternativas mais limitadas pelas ocupações do censo, é o de ciências exatas e naturais. Basicamente, seu mercado de trabalho é o magistério que ocupa 80,62% dos formados desta área.

Com taxas mais baixas de absorção em ocupação estritamente técnica encontra-se o mercado para formados em ciências jurídicas, econômicas e administrativas, 37,70% são advogados e outros 32,63% estão em ocupações administrativas e 3,41%, provavelmente dos formados em ciências jurídicas, ocupam funções de defesa nacional e segurança pública.

A correspondência entre ocupação e formação pode ser visto, para a maioria dos formados, como satisfatório, na medida em que os maiores contingentes ocupam funções específicas. E aqueles que não estão nestas, indiretamente respondem às suas especializações em áreas, mais gerais, como administração de empresas, provavelmente ligadas à sua formação profissional.

Comparada à população de nível médio a integração ao mercado de trabalho dos formados no superior é mais rápida por razões relacionadas a:

- caráter de terminalidade dos cursos universitários
- fracas perspectivas de pós-graduação
- reduzida parcela da população que percorre a via universitária em seu processo de profissionalização.

Os cursos que apresentam as menores taxas de ocupação, ciências sociais e humanas e outros (biblioteconomia, jornalismo e outros menos significativos formam tradicionalmente um maior número de mulheres; note-se o elevado percentual FFT: 77,02% para os primeiros, e 51,39% para "outros", ambos constituídos por donas de casa (Tabela 4.2.5 (g)).

Uma última consideração é situar quais os ramos que demandam maiores proporções de mão-de-obra de nível superior.

Nota-se, na Tabela 4.2.5 (f), como característica predominante, a maior incorporação de formados em terceiro grau nas funções estritamente técnicas. Assim, 38,30% são agrônomos, médicos, dentistas, engenheiros ou advogados. O magistério integra no mercado de trabalho 22,47% da população de nível universitário, e 20,56% estão em ocupações administrativas.

Apesar de, ao nível do que coloca o censo, não ser possível delinear, nitidamente, as vinculações setoriais para cada categoria de ocupações técnicas e científicas, no geral os maiores percentuais parecem corresponder a atividades terciárias, explicitamente ao magistério. As outras ocupações constituem-se fundamentalmente em prestação de serviços, basicamente também terciárias. Em ocupações administrativas, à exceção dos formados em agronomia ou veterinária que representam 2,71% dos ocupados, considerando a estrutura setorial do Estado, a maior parte deve desempenhar atividades terciárias.

Os dados examinados indicam a existência de uma razoável adequação. O crescimento econômico baseado substancialmente na dinamicidade agrícola do Estado, gerou tanto a necessidade do aumento

TABELA 4.2.5. (g) PESSOAS NÃO ECONOMICAMENTE ATIVAS COM CURSO DE NÍVEL SUPERIOR - PARANÁ - 1970

OCUPAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E + POR GRAU DE INSTRUÇÃO SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS OCUPACIONAIS	TOTAL	GRAU E ESPÉCIE DO CURSO						
		SUPERIOR						
		CIÊNCIAS JURÍDICAS	OUTRAS CIÊNCIAS ECONOMIC. E ADMINIS	CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMAN	CIÊNCIAS DA SAÚDE	TECNOLOGIA	CIÊNCIAS AGROPECUAR	CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
Pessoas não economicamen- te ativas.	2.511	507	561	566	222	57	22	576
Ocupaç. domesticas não remuneradas.	1.169	114	432	275	27	3	22	296
Outras condições inati- vas	1.342	393	129	291	195	54	-	280
PERCENTUAL								
Pessoa não econ.ativas	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Ocupaç. domestic não rem.	45.56	22.49	77.01	48.59	17.16	5.26	100.00	51.39
Outras condições inativ.	53.44	77.51	22.99	51.41	87.84	94.74	-	48.61

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

de atividades terciárias quanto permitiu, em grande parte, o crescimento de uma indústria quase toda agro-industrial também gerando ampliação da escolarização. Tal relação entre crescimento e expansão da educação não ocorreu isolada, mas foi um processo que se dinamizou em toda nação. Deve ser entendido neste contexto, embora com suas características específicas. Como Estado eminentemente agrícola exigiu menos ainda, altos níveis de escolaridade, mas à medida que o crescimento econômico gerou possibilidades de expansão da oferta de escolas, e à medida em que as parcelas que alcançam maior escolaridade, conseguiram no meio urbano melhores posições e rendimentos relativos, estava instaurado o mecanismo de auto-adequação entre mercado de trabalho e níveis de escolaridade: crescimento econômico - expansão de escolas, expansão das aspirações da população por educação, expansão da oferta de mão-de-obra com mais altos níveis de escolaridade, expansão da absorção de mão-de-obra de mais altos níveis de escolaridade, que reforçaram a expansão de escolas e de aspirações.

4.3

RENDIMENTO E ESCOLARIDADE

O item anterior tratou da integração da população escolarizada no mercado de trabalho, que demonstrou ser proporcionalmente maior para contingentes com níveis de instrução também mais elevados. Supõe-se que esta integração se associe à maior produtividade de indivíduos mais escolarizados em trabalhos comuns dado que o processo de escolarização além de possibilitar uma adaptação mais rápida e portanto mais rentável, acrescenta para a empresa uma unidade de valor maior do que a correspondente a seu salário.

Como decorrência tanto das vantagens comparativas no mercado de trabalho, que pressiona a expansão da escolaridade quanto da expansão do aparelho educacional, cresce a oferta de contingentes mais escolarizados.

Duas questões se colocam então: como reage o mercado de trabalho frente às alterações na qualidade da oferta; e até que ponto a maior produtividade representada pelo trabalhador escolarizado se reflete em rendimentos mais elevados.

Na medida em que não se dispõe de uma seqüência histórica para inferir como se deram os ajustamentos na estrutura de rendimentos a partir de alterações na estrutura de escolaridade da população - os dados se referem apenas a 1970 - não se pretende responder categoricamente àquelas questões, mas sim conhecer os níveis de rendimento que correspondem à população enquadrada em diferentes categorias de escolaridade.

Admitindo-se, entretanto, a possibilidade de modificações na estrutura da oferta, pode-se tecer considerações ou, ao menos, discutir as duas questões levantadas.

Convém considerar que se reconhece a importância de trabalhar com categorias de rendimento segundo sua origem, ou seja, do trabalho ou da propriedade. Este recurso tornaria o trabalho mais explicativo. Considerando-se, porém, que a maior parcela incorporada ao mercado recebe rendimentos do trabalho, a ausência da variável propriedade não invalida a análise. Além disso, por não se conhecerem os limites superior e inferior dos rendimentos, foi necessário trabalhar com duas classes abertas: até Cr\$ 50,00 no limite inferior e Cr\$ 2.001,00 e mais no limite superior.

Para uma caracterização mais evidente da situação - escolaridade rendimento - empregou-se duas tabelas, excluindo da segunda a fração da população sem rendimento.

A estrutura de distribuição da renda (tabelas 4.4.(a) e (b) calculadas a partir da tabela A.E.4.4.(a)) entre indivíduos de categorias de escolaridade diferentes, configura, como característica mais geral, elevados contingentes de baixa escolaridade em faixas de rendimentos mais baixos. No seu geral a estrutura de ren-

dimentos concentra nos primeiros intervalos (menos de Cr\$ 50,00 até a Cr\$ 200,00 mensais), mais da metade da PIA. Excluindo a categoria sem rendimentos e sem declaração, as relações entre escolaridade e rendimento ficam mais claras como se pode visualizar na tabela 4.3.(b).

No detalhe da tabela 4.3. (b), visto abaixo, pode-se observar melhor os índices de escolaridade de população masculina (69,63%) e da população feminina (77,18%) que auferem rendimentos até Cr\$200,00.

anos de Estudo	Homens	Mulheres
	%	%
Menos de 1 ano	30,75	27,47
1 a 3 anos	26,74	22,26
4 a 5 anos	10,54	21,69
6 a 9 anos	2,41	7,75
10 a 12 anos	0,49	3,36
12 a 17 anos	0,06	0,31

De fato a relação entre rendimentos e escolaridade é evidente na observação de ambas as tabelas. Os maiores contingentes, portadores de baixa escolaridade, compartilham os mais baixos rendimentos. Portanto, na medida em que baixa o nível de escolaridade, amplia-se consideravelmente o número de indivíduos que percebem rendimentos mais baixos.

Esta estrutura diferenciada se repõe na ordem inversa com relação aos rendimentos mais altos, como pode ser observado no último intervalo da tabela A.E. 4.3 (a), correspondente a Cr\$2.001,00 ou mais, onde somam: 5.968 pessoas com nível universitário.

1.756 pessoas com 2º ciclo
1.732 pessoas com 1º ciclo
2.098 pessoas com primário completo
1.039 pessoas com primário incompleto
549 pessoas sem instrução

Estes dados permitem explicitar outra característica da estrutura de distribuição de rendimentos por escolaridade onde, considerando a tabela 4.3.(b) apenas 0,68% dos homens e 0,03% das mulheres desfrutam de rendimentos acima de Cr\$ 2.000,00.

Entre os dados fornecidos pela tabela 4.3 (b) chama a atenção o elevado contingente com rendimentos socialmente insuficientes (49% que percebem até Cr\$ 150,00) uma vez que o salário mínimo em 1970, era de Cr\$ 170,40.

Em parte a explicação está em que, nos dados, não se distingue zona agrícola e não agrícola. Considerando-se o numeroso contingente agrícola do Estado e os baixos níveis de escolarização que alcançam, é possível admitir que a maior parte dos que se encontram em faixas de rendimento até Cr\$ 50,00 ou até Cr\$ 100,00, ou ainda, os que percebem pagamento em bens ou espécies, vivem no campo, e portanto podem sobreviver dentro dos padrões mínimos da zona rural. Mesmo assim, dentro de certas condições: possibilidade de ter ou cultivar terras, além de estabelecer relações familiares capazes de prover a sua subsistência.

Na realidade, não se percebe, a nível dos dados, as parcelas que têm alcance a estas condições ou que realmente sobrevivem dentro de padrões mínimos.

Outro dado que exige explicação é o elevado número da população sem rendimento. O censo inclui neste agregado tanto donas de casa, estudantes e inválidos quanto capitalistas e proprietários. pode-se porém, destacar aí o elevado número de mulheres que, apenas na condição sem instrução representam 48,53% (tabela 4.3. (a)), sendo também bastante significativo, o seu número nas outras categorias, induzindo a inferir-se de que, em grande parte, devem corresponder à condição de donas de casa, ao passo que entre os homens a concentração corresponderia aos estudantes, na medida em que os proprietários, capitalistas e inválidos, representam uma reduzida parcela deste agregado.

Ainda dentro das características gerais da tabela, pode-se perceber, para uma mesma faixa de instrução a valorização salarial masculina, uma vez que os grandes contingentes masculinos e femininos nestas faixas se mantém sempre com uma defasagem na classe de rendimentos. A mulher, com o mesmo nível de escolaridade recebe menos que o homem. Por exemplo, dentro da categoria sem instrução, a maior concentração de homens, 26,17%, enquadra-se na classe de Cr\$ 51,00 a Cr\$ 100,00, e a maior freqüência de mulheres 3,64%, na classe até Cr\$ 50,00 (tabela 4.3. (b)). É diferenciado este comportamento para os formados em 1º, 2º ciclo e universitário, para os quais coincidem rendimentos no mesmo intervalo para homens e mulheres.

Cabe ainda observar quais os padrões de rendimento para cada categoria de escolaridade e quais as categorias em que estão mais definidos os rendimentos e onde flutuam entre intervalos maiores. Esta resposta por referir-se explicitamente à população com rendimento, está mais nítida na tabela 4.3. (b).

É bastante evidente que, nas categorias sem instrução, primário incompleto e primário completo, os rendimentos para praticamente toda a população situam-se entre Cr\$ 51,00 e Cr\$ 200,00.

Um gradual deslocamento para níveis mais altos de rendimentos acompanha escolaridade maior.

As características dos contingentes sem instrução e primário incompleto são bastante semelhantes.

As mulheres das duas categorias têm seu maior percentual nos rendimentos abaixo de Cr\$ 51,00. O contingente masculino se encontra agrupado em maior número, na faixa entre Cr\$51,00 e Cr\$200,00, com ligeira vantagem da classe de primário incompleto, que tem sua maior concentração masculina entre Cr\$151,00 e Cr\$ 200,00 enquanto que os sem instrução se concentram na faixa de Cr\$51,00 a Cr\$ 100,00.

Apesar de configurar a mesma concentração, a categoria de primário completo já apresenta concentrações maiores em níveis mais elevados de rendimento, 6,98% de homens na faixa de Cr\$ 501,00 a Cr\$ 1.000,00.

Outro dado que o distingue das demais categorias é o leve aumento de rendimentos auferidos por maiores contingentes de mulheres 5,88% na faixa de Cr\$ 51,00 a Cr\$ 100,00.

Já nas categorias de 1º e 2º ciclo observa-se acentuada flutuação dos salários.

O rendimento da parcela do 1º ciclo, oscila de Cr\$ 151,00 a Cr\$ 1.000,00, com relativa concentração, de 13,42% de homens e 6,53% de mulheres na faixa de Cr\$ 151,00 a Cr\$ 200,00 e, na faixa de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00, de 11% de homens.

No segundo ciclo o rendimento oscila entre as classes de Cr\$ 151,00 e Cr\$ 1.500,00, para os homens e, para as mulheres de Cr\$ 151,00 a Cr\$ 1.000,00.

A maior concentração é observada na faixa de Cr\$151,00 a Cr\$400,00 para as mulheres e na faixa de Cr\$501,00 a Cr\$ 1.000,00 para os homens.

Como se pode notar, os dados desta categoria confirmam o que já foi dito anteriormente a respeito da valorização salarial masculina, com destacada concentração dos contingentes de homens nas faixas salariais mais elevadas.

A grande flutuação salarial registrada no ensino médio de 1º e 2º ciclo, em que aparecem de um lado, contingentes incluídos nas mesmas faixas salariais, de rendimentos baixos, de outras categorias com menor grau de instrução e, de outro, consideráveis agrupamentos em faixas salariais mais altas, provavelmente isto se deve a um remanejamento do mercado de trabalho frente a uma

oferta mais escolarizada, que desloca contingentes com menor grau de instrução para atividades menos qualificadas.

A população formada em cursos universitários está distribuída pelas faixas salariais mais altas, a partir de Cr\$ 500,00. Nesta faixa mesmo, se acha concentrado o maior contingente, tanto masculino, 19,35%, quanto feminino, 7,90%. É o nível de maiores expectativas de acesso a rendimentos mais altos, expectativa esta realizada de fato pelos contingentes masculinos, uma vez que a percentagem de mulheres que atingem os dois últimos intervalos é insignificante, representando 0,75% e 0,33% respectivamente da população com nível universitário que tem rendimentos.

As características gerais da estrutura de distribuição de rendimentos por escolaridade, apresentadas por categorias, permitem abordar agora as questões levantadas no início deste item.

É necessário observar primeiramente que a relação maior escolaridade, maior rendimento só aparece de forma direta nos dois extremos da tabela, ou seja, entre os sem instrução e os de nível universitário.

Isto pode ser explicado pelos mecanismos mais simples de seleção, pelos quais cabem aos contingentes de menor escolaridade aquelas funções em que a baixa produtividade é intrínseca e, portanto de menores rendimentos, enquanto que as funções mais qualificadas são entregues a pessoal de alto grau de escolaridade que, pelo próprio caráter de investimento contido num processo de graduação de terceiro grau, implica uma taxa de retorno mais alto e que se incluem, portanto, nos contingentes de maiores rendimentos.

Nas faixas intermediárias esta relação se dilui, apresentando contingentes de níveis de escolaridade diversos nas mesmas faixas salariais.

O 1º e 2º ciclo constituem, na estrutura escolar tradicional, a

fase preparatória para os cursos universitários. São notadamente cursos de conteúdo pouco prático (não profissionalizante) que marcam a passagem de uma escolaridade semi-obrigatória (primário completo) para níveis de escolarização mais altos, estreitamente ligados ao ingresso à universidade. Abrangendo contingentes menos numerosos, estes cursos formam, para o mercado de trabalho, mão-de-obra que, sem a qualificação ou nível de escolaridade necessárias para colocá-la nas faixas de rendimento mais altos, não se integram também nos contingentes desqualificados.

Extrapolando os dados utilizados, pode-se supor que, por suas ca racterísticas especiais, este contingente cujos rendimentos oscilam entre Cr\$ 501,00 a Cr\$ 1.000,00 vai se localizar no setor terciário em funções de maior responsabilidade ou entre a administração assumida por pessoal de nível mais estritamente técnico ou superior no setor produtivo, ocupado, como já foi visto pe los contingentes menos escolarizados.

As reformas do ensino, propostas pela lei 5692 visam sobretudo modificar as características deste contingente, dando um caráter fortemente profissionalizante ao ensino de 1º e 2º grau.

Visando diminuir a defasagem entre o ensino tradicional e o mercado de trabalho, oferecendo contingentes formados profissionalmente, a reforma depara, entretanto, com alguns entraves para sua execução: a formação técnica ministrada nas escolas não supriria as necessidades tecnológicas das empresas, que continuariam, como vem sendo feito, a treinar pessoal especializado dentro de seus padrões, valendo-se da rede escolar, mas sem absorver diretamente o pessoal por ela formado. Seria portanto difícil reorientar estes contingentes para atividades diretamente ligadas à produção porque, além disso, estes cursos representam, para grande parte da população, uma forma de ascenção social, mesmo sem rendimentos representativos desta ascenção e não admitiria facilmente o seu enquadramento em funções ligadas diretamente à produção. Um terceiro aspecto a ser levantado é que mesmo preparan-

do técnicos para serviços ligados à administração ou ao setor serviços, não haveria condições de plena absorção desta mão-de-obra que não teria, portanto, traduzido em maiores rendimentos sua maior qualificação, mas simplesmente estariam deslocando pessoal não qualificado.

Analissados vários aspectos da relação escolaridade-rendimento pode-se concluir que a escolaridade, por si, não determina o rendimento. Seria necessário ampliar a análise para levantar outras variáveis que atuam nesta determinação.

Resta apenas levantar algumas hipóteses, como a maior produtividade intrínseca em alguns setores de tecnologia mais avançada, ou um aumento ocasional da demanda, provocado por diversos fatores que acrescentariam novos elementos para esta análise.

De modo geral, entretanto, as conclusões inclinam-se para uma explicação mais global, em que as determinações dos níveis de renda, necessariamente se ajustam ao tipo de bens produzidos, tipificando padrões de demanda que requerem uma maior ou menor concentração da renda, em última instância resultante de uma política de rendas associada ao modelo econômico.

Seguem as tabelas 4.3 (a) e (b).

TABELA 4.3. (a) - SITUAÇÃO DE RENDIMENTO DA PIA MASCULINA E FEMININA SEGUNDO NÍVEIS DE ESCOLARIDADE - PERCENTAGEM - PARANÁ 1970

RENDIMENTO MENSAL	ANOS DE ESTUDO	MENOS 1	PRIMÁRIO			PRIMÁRIO			1º CICLO			2º CICLO			UNIVERSITÁRIO		
			INCOMPLETO			COMPLETO			SECUNDÁRIO			SECUNDÁRIO					
		S/INSTRUÇÃO	1	a	3	4	a	5	6	a	9	10	a	12	13	a	17
Até 50			2,440		1,840			1,200		1,000		0,140		0,010			
	M																
	F		1,330		1,350			1,730		1,000		0,180		0,040			
51 a 100			9,570		7,130			4,180		3,000		1,000		0,230			
	M																
	F		1,300		1,320			2,510		2,100		1,810		0,310			
101 a 150			8,920		7,500			4,400		2,570		1,350		0,500			
	M																
	F		0,490		0,540			1,160		1,230		1,650		0,400			
151 a 200			7,210		8,730			8,000		5,320		3,810		1,530			
	M																
	F		0,370		0,600			2,070		2,570		3,920		1,290			
201 a 250			1,370		2,220			2,610		2,020		1,950		8,870			
	M																
	F		0,070		0,100			0,450		0,800		1,910		0,740			
251 a 300			1,460		2,620			3,760		3,050		3,270		1,930			
	M																
	F		0,070		0,100			0,400		0,880		3,930		2,200			
301 a 400			0,780		1,670			3,130		3,020		4,000		2,720			
	M																
	F		0,030		0,068			0,270		0,640		6,140		3,160			
401 a 500			0,550		1,140			2,470		2,600		3,750		3,280			
	M																
	F		0,020		0,040			0,180		0,400		2,440		2,850			
501 a 1000			0,420		1,000			3,000		4,600		9,460		15,310			
	M																
	F		0,020		0,040			0,231		0,500		3,310		6,250			
1001 a 1500			0,050		0,130			0,500		1,200		3,400		11,030			
	M																
	F		0,003		0,010			0,030		0,080		0,360		2,000			
1501 a 2000			0,030		0,070			0,250		0,560		1,600		9,310			
	M																
	F		0,001		0,004			0,020		0,040		0,070		0,600			
2001 a +			0,030		0,060			0,240		0,500		1,310		13,350			
	M																
	F		0,002		0,001			0,010		0,030		0,100		0,260			
Sem declar.+			1,060		0,740			0,900		0,630		0,500		0,900			
	M																
	F		0,220		0,120			0,210		0,200		2,360		0,300			
Sem rend. +			13,654		20,240			17,331		23,180		12,000		10,440			
	M																
	F		48,530		40,635			38,760		36,100		26,280		9,190			
TOTAL			100,000		100,000			100,000		100,000		100,000		100,000			

FONTE: IBGE - IPARDES

OBS : Os absolutos estão no AE.4.3.(a)

TABELA 4.3. (b) - SITUAÇÃO DE RENDIMENTO DA PIA MASCULINA E FEMININA, SEGUNDO NÍVEIS DE ESCOLARIDADE EXCLUÍDOS OS GRUPOS SEM RENDIMENTOS E SEM DECLARAÇÃO - PERCENTAGEM - PARANÁ - 1970

RENDIMENTO MENSAL	ANOS DE ESTUDO	MENOS 1	PRIMÁRIO			1º CICLO			2º CICLO			UNIVERSITÁRIO	TOTAL
			INCOMPLETO	COMPLETO	SECUNDÁRIO	SECUNDÁRIO	13	17	13	17	13		
50		S/INSTRUÇÃO	1 a 3	4 a 5	6 a 9	10 a 12							
		M	6,68	4,83	2,82	2,27	0,24	0,02	4,62				
		F	3,64	3,54	4,04	2,50	0,30	0,06	3,40				
51 a 100		M	26,17	18,63	9,77	7,55	1,64	0,29	17,71				
		F	3,54	3,45	5,88	5,30	2,98	0,40	3,99				
101 a 150		M	24,38	19,60	10,29	6,49	2,22	0,62	17,49				
		F	1,35	1,42	2,73	3,11	2,71	0,50	1,79				
151 a 200		M	19,72	22,80	18,49	13,42	6,27	1,94	19,24				
		F	1,02	1,54	4,84	6,53	6,44	2,63	2,53				
201 a 250		M	3,75	5,80	6,12	5,11	3,20	1,10	4,93				
		F	0,18	0,28	1,06	2,02	3,15	0,94	0,64				
251 a 300		M	4,00	6,85	0,80	7,71	5,38	2,44	6,17				
		F	0,20	0,25	0,95	2,24	6,47	2,78	0,80				
301 a 400		M	2,14	4,37	7,32	7,62	6,55	3,44	4,47				
		F	0,09	0,15	0,64	1,63	10,09	4,00	0,80				
401 a 500		M	1,51	2,98	5,78	6,54	6,16	4,15	3,41				
		F	0,07	0,10	0,44	1,00	4,01	2,34	0,42				
501 a 1000		M	1,15	2,58	6,98	11,59	15,52	19,35	4,39				
		F	0,06	0,11	0,54	1,25	5,44	7,90	0,62				
1001 a 1500		M	0,16	0,34	1,18	3,00	5,59	13,94	1,09				
		F	0,01	0,02	0,08	0,22	0,60	2,46	0,11				
1501 a 2000		M	0,08	0,19	0,60	1,43	2,62	11,76	0,63				
		F	0,01	0,01	0,05	0,12	0,12	0,75	0,04				
2001 a +		M	0,08	0,16	0,57	1,27	2,15	16,86	0,68				
		F	0,01	0,00	0,03	0,08	0,15	0,33	0,03				
SUB TOTAL *			100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00				

FONTE: IBGE/CD - IPARDES

OBS: os absolutos estão no AE. 4.3.(a)

* No sub-total não foram incluídos os sem declaração, e os sem rendimento.

CONCLUSÕES GERAIS

A expansão da situação educacional da população foi gradual e lenta. Os níveis de escolaridade que caracterizavam a oferta de mão-de-obra se mantinham extremamente baixos ainda em 1970. O crescimento econômico e as transformações no mercado de trabalho, que tiveram lugar no período, não exigiram alterações mais substanciais. A capacidade de absorção por níveis de escolaridade não configura pontos de pressão que indiquem maior necessidade de expansão, a não ser, embora de forma pouco acentuada, na formação de nível médio completo, que corresponde na atual nomenclatura, ao 2º grau, que se apresenta crescente no período 1950 e 1970. Como, no entanto, não só na década de 1960, como especialmente na década 1970, a política educacional proposta pelo Estado é expandir mais rapidamente o ensino de 2º grau, pode-se supor que essa pressão maior para sua expansão já esteja sendo atendida. Essa "pressão" foi caracterizada não em termos de maior ou menor necessidade de profissionalização desse grau de ensino como o quer a lei 5692, mas, simplesmente em termos de que a real integração no mercado de trabalho de grande parcela dessa população que completou o 2º grau, está se fazendo cada vez maior em relação ao seu total.

As relações básicas entre educação e mercado de trabalho foram caracterizadas, como o processo pelo qual as exigências do mercado de trabalho vão se transformando em linhas orientadoras para a expansão tanto das aspirações sociais como da oferta de escolas, e novamente se convertem em ampliação dos requisitos do mercado de trabalho por escolaridade, a tal ponto que não se instituem separações bem definidas entre a escolaridade exigida para o exercício técnico de uma ocupação ou desenvolvimento de uma atividade e a escolaridade exigida como proporcionadora de disciplina, maior integração no trabalho, potencialidade de aprendizagem etc...

Caracterizadas como tal essas relações, e confirmadas no avanço

gradativo entre a escolaridade da população total e da escolaridade da população ocupada no decorrer do crescimento econômico e das respectivas alterações no mercado de trabalho, pode-se supor que essas relações básicas estariam tendo e terão continuidade, respondendo o sistema educacional às pressões do mercado de trabalho não de uma forma imediata, mas mediatizada pela qual, em termos amplos, a oferta de níveis de escolaridade é geralmente maior que a imprescindibilidade da demanda. É claro que essa adequação entre as alterações do mercado de trabalho e a expansão do sistema educacional se dá e exige especialmente políticas e medidas de intervenção do poder público. No mínimo, exigindo sua contínua expansão. Muitas vezes exigindo reformulações.

Como a maior parte das deficiências assinaladas e reiteradamente repetidas, atualmente, se centram no seu nível qualitativo, o escopo desse trabalho não permite apontá-las.

Do mesmo modo, o âmbito global e estrutural que é o seu, não permite detectar os possíveis e muito mais prováveis pontos de estrangulamento e de pressão ao nível da formação técnica profissionalizante, de treinamento, aperfeiçoamento e especialização das entidades como SENAI (setor industrial), SENAC (setor terciário) do Programa Integrado de Preparação de Mão-de-obra (PIPMO) (que atinge os três setores) e outras instituições como a ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná) que organizam cursos para as atividades agropecuárias. Embora tenha sido constatada uma capacidade de flexibilidade e de resposta ao mercado de trabalho caracterizada no ritmo crescente de curso e de matrículas assim como de diversificação dos tipos de formação, como se verifica em seus relatórios anuais, pode-se supor que, ao se processarem as alterações na tecnologia agrícola no processo de expansão da oferta agrícola e ao se processar a expansão agro-industrial em capacidade de valor gerado e em produtividade, em parte previstas pelo estudo sobre a agro-indústria no Paraná uma pressão maior far-se-á em torno de maior expansão e diversificação dos cursos.

Problemas de ordem qualitativa do sistema educacional formal e problemas de ordem quantitativa e talvez qualitativa dos cursos profissionalizantes supletivos não invalidam, no entanto, a constatação que se fez possível no decorrer do trabalho da capacidade do sistema educacional atender às exigências do mercado de trabalho, de forma mediatizada, admitindo e se fazendo através de pontos de estrangulamento conjunturais e específicos e as vezes até mais amplos, mas também através de correções. E de tal modo que a oferta de níveis de escolaridade ultrapassa a imprescindibilidade das exigências da demanda.

As caracterizações e considerações sobre os diferentes níveis de escolaridade de cada setor de atividade serão apresentadas concomitantemente à análise das alterações na estrutura setorial de emprego.

Somente então, e diante da estimativa do incremento da demanda agro-industrial, é que se apresentarão considerações finais sobre a particularização do problema da escolaridade e qualificação da mão-de-obra agro-industrial.

**INSTITUTO PARANAENSE DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES
av. vicente machado - 445 - 2º andar - curitiba - pr.**